

***INSTITUTO DE ALTOS ESTUDOS MILITARES
CURSO DE ESTADO MAIOR***

2002-2004



TRABALHO INDIVIDUAL DE LONGA DURAÇÃO

DOCUMENTO DE TRABALHO

O TEXTO CORRESPONDE AO TRABALHO ELABORADO DURANTE A FREQUÊNCIA DO CURSO NO IAEM SENDO DA RESPONSABILIDADE DO SEU AUTOR, NÃO CONSTITUINDO ASSIM DOUTRINA OFICIAL DO EXÉRCITO PORTUGUÊS.

**Quais os sectores Estratégicos de Interesse para a
formulação de uma actual Política de Defesa
Nacional? Como consubstanciar esse interesse?**

***Luís Manuel Silva Fernandes
MAJ INF***



*Quais os Sectores Estratégicos de Interesse
para a formulação de actual Política de Defesa
Nacional? Como consubstanciar esse interesse?*

Instituto de Altos Estudos Militares, 31 de Outubro de 2003



RESUMO

As alterações ocorridas no ambiente estratégico mundial neste início de milénio, levaram os actores internacionais a adequarem as suas posturas e mesmo as suas estruturas a esta nova realidade. As ameaças permanentes e os riscos de concretização imprevisível alteraram significativamente a agenda político-estratégica, criando novos desafios no âmbito da Segurança e Defesa.

Neste contexto, o trabalho tem como objectivo identificar os Sectores Estratégicos Nacionais e a sua contribuição para o fortalecimento do Potencial Estratégico Nacional, potenciando a capacidade do Estado, na formulação de modalidades de acção.

Desta forma, procuramos responder à questão central que norteou todo o nosso trabalho: “Face à actual Política de Defesa Nacional, como podem participar os sectores Estratégicos Nacionais na sua concretização?”

Este trabalho identifica um conjunto de elementos ligados à Defesa Nacional em Portugal, bem como os desafios e ameaças que se lhe deparam neste novo ambiente estratégico, ressaltando a importância dos sectores estratégicos nacionais como resposta a esses mesmos desafios e ameaças.

Desta forma, a metodologia adoptada foi o “Desenvolvimento Experimental”, tendo partido de conhecimentos já existentes com o intuito de produzir novos conhecimentos ou a melhoria dos já existentes. Assim, alicerçamos o nosso trabalho numa investigação documental sobre o assunto, através de uma pesquisa bibliográfica de vários autores, reforçada com entrevistas a entidades de reconhecido valor.



ABSTRACT

The changes that occurred in the international strategic environment in the beginning of this millennium led the international participants to adapt their attitudes and structures to this new reality. The permanent threats and unpredictable risks have changed significantly the strategic-political agenda, creating new challenges in the area of Security and Defence.

In this context, the work has the aim of identifying the National Strategic Sectors and their contribution for the strengthening of the Potential National Strategy, improving the State capacity in the formulation of the action modalities.

In this way, we try to respond to the main question that guided the whole work we developed: “Considering the present National Defence Policy, what is the way in which the National Strategic sectors may participate to make it possible?”

This work identifies a set of elements attached to the National Defence in Portugal, as well as the challenges and that may appear in this new strategic environment, stressing the importance of the national strategic sectors as a response to these same challenges and threats.

In this way, the adopted methodology was the “Experimental Development”, starting from the already existent knowledge with the purpose of producing new knowledge or improving knowledge. We therefore base our work in a document investigation about the subject, though a bibliographic research of several authors, reinforced by some interviews to recognised value.



DEDICATÓRIA

**Para a Beatriz e a Carla
pelos momentos de ausência**



AGRADECIMENTOS

Gostaríamos de agradecer a todos aqueles que, de uma forma ou de outra, colaboraram na elaboração deste trabalho. Não sendo especialistas nestas áreas do saber, a realização do mesmo tornou-se um desafio, que esperamos ter ultrapassado, apesar dos contratempos ao longo da sua realização.

Gostaria de transmitir uma palavra de apreço e admiração ao Senhor Major de Artilharia Luís Monsanto, meu orientador, pelo seu apoio permanente e confiança, durante a realização deste trabalho;

Uma palavra especial ao Senhor Coronel Tirocinado de Artilharia Vítor Viana, pelos conselhos e ensinamentos com que me auxiliou, para direccionar a investigação perante a magnitude daquilo que nos propúnhamos realizar;

Ainda uma palavra de agradecimento à Direcção Geral de Política de Defesa Nacional na pessoa do seu director o Senhor Tenente General Pinto Ramalho, pela disponibilidade e informação facultada;

Por último, uma palavra de gratidão aos camaradas do Curso de Estado-Maior que, desde sempre, me incentivaram a realizar esta nobre tarefa.



LISTA DE ABREVIATURAS

| | |
|-----------------|---|
| - A2 | Auto-estrada n.º 2 |
| - BGCEDN | Bases Gerais do Conceito Estratégico de Defesa Nacional |
| - CEDN | Conceito Estratégico de Defesa Nacional |
| - CEE | Comunidade Económica Europeia |
| - CEM | Chefe de Estado-Maior |
| - CEM | Curso de Estado-Maior |
| - CEMGFA | Chefe de Estado-Maior General das Forças Armadas |
| - CNPCE | Conselho Nacional de Planeamento Civil de Emergência |
| - COR | Coronel |
| - CPLP | Comunidade dos Países de Língua Portuguesa |
| - CRP | Constituição da República Portuguesa |
| - CSCD | Curso Superior de Comando e Direcção |
| - CSDN | Conselho Superior de Defesa Nacional |
| - DGPDN | Direcção Geral de Política de Defesa Nacional |
| - ENI | Ente Nazionale Idrocarburi (Entidade Nacional Idrocarboretos) |
| - EUA | Estados Unidos da América |
| - GEN | General |
| - GOCEDN | Grandes Opções do Conceito Estratégico de Defesa Nacional |
| - GOP | Grandes Opções do Plano |
| - GT | Grupo de Trabalho |
| - IAEM | Instituto de Alto Estudos Militares |
| - IC19 | Itinerário Complementar n.º 19 |
| - IC23 | Itinerário Complementar n.º 23 |
| - IIIQCA | Terceiro Quadro Comunitário de Apoio |
| - IP3 | Itinerário Principal n.º 3 |
| - IP4 | Itinerário Principal n.º 4 |
| - IP5 | Itinerário Principal n.º 5 |
| - IP8 | Itinerário Principal n.º 8 |
| - LDNFA | Lei da Defesa Nacional e das Forças Armadas |



| | |
|----------------|---|
| - MAJ | Major |
| - OMC | Organização Mundial do Comércio |
| - REN | Rede Eléctrica Nacional |
| - Ro-Ro | Roll-on, Roll-off |
| - RTP | Radiotelevisão Portuguesa |
| - RTPi | Radiotelevisão Portuguesa Internacional |
| - TAP | Transportes Aéreos Portugueses |
| - TCOR | Tenente Coronel |
| - TGEN | Tenente General |
| - TN | Território Nacional |
| - UE | União Europeia |
| - ZEE | Zona Económica Exclusiva |



CORPO de CONCEITOS

Para uma apreciação correcta deste estudo, parece necessário referir um conjunto de termos e conceitos que importa definir:

- **Defesa Nacional** – é a actividade desenvolvida pelo Estado e pelos cidadãos no sentido de garantir, no respeito da ordem constitucional, das instituições democráticas e das convenções internacionais, a independência nacional, a integridade do território e a liberdade e a segurança das populações contra qualquer agressão ou ameaças externas. (Artigo 1.º da Lei da Defesa Nacional e das Forças Armadas)
- **Política de Defesa Nacional** – consiste no conjunto coerente de princípios, objectivos, orientações e medidas adoptados para assegurar a defesa nacional, os seus princípios fundamentais bem como os seus objectivos permanentes decorrem da Constituição e da Lei de Defesa Nacional e das Forças Armadas. As suas principais orientações e medidas constam do programa do Governo aprovado em Conselho de Ministros e apresentado na Assembleia da República. (Artigo 4.º da Lei da Defesa Nacional e das Forças Armadas)
- **Potencial Estratégico Nacional** – é o conjunto de forças de qualquer natureza, morais e materiais, que um Estado pode utilizar em apoio da sua estratégia. Ele conduz-nos ao conhecimento das possibilidades e vulnerabilidades estratégicas de um Estado. (Couto, 1988a)
- **Sectores Estratégicos Nacionais**¹ – são todos os sectores que proporcionam o suporte para a Segurança Nacional, proporcionando o dinamismo da economia e bem-estar às populações. A sua defesa permanente é fundamental para criar um sentimento de confiança e deste modo contribuir para aumentar e incrementar a nossa identidade nacional.

¹Fonte: Adaptado do “*The Physical Protection of Critical Infrastructures and Key Assets*” (2003), The White House, Washington.



ÍNDICE

| | Pagina |
|---|-----------|
| Resumo/Abstract | |
| Dedicatória | |
| Agradecimentos | |
| Lista de Abreviaturas | |
| Corpo de Conceitos | |
| INTRODUÇÃO | 1 |
| Definição do Objectivo da Investigação | 2 |
| Importância do Estudo | 3 |
| Delimitação do Estudo | 3 |
| Metodologia | 4 |
| Organização e Conteúdo do Estudo | 5 |
| I. A DEFESA NACIONAL | 6 |
| I.1. Quadro Legal de Referência | 6 |
| I.1.1. Constituição da República Portuguesa | 6 |
| I.1.2. Lei de Defesa Nacional e das Forças Armadas | 7 |
| I.1.3. Entidades com Responsabilidades na Defesa Nacional | 10 |
| I.2. Enquadramento Estratégico da Defesa Nacional | 12 |
| II. INSERÇÃO DE PORTUGAL NA COMUNIDADE GLOBAL | 14 |
| II.1. A conjuntura Mundial | 14 |
| II.2. Ameaças e Riscos para Portugal | 15 |
| II.3. As Potencialidades e Vulnerabilidades do Estado Português | 18 |
| III. PORTUGAL PERANTE O MUNDO: QUE RESPOSTA FACE A ESTA NOVA REALIDADE | 21 |
| III.1. Nova Concepção de Segurança | 21 |
| III.2. Vectores Estratégicos da Defesa Nacional | 23 |
| IV. SECTORES ESTRATÉGICOS NACIONAIS | 25 |
| IV.1. Generalidades | 25 |
| IV.2. Caso Nacional | 27 |
| IV.3. Linhas de Acção | 30 |



| | |
|---------------------------------------|-----------|
| IV.3.1. Sector Alimentar | 31 |
| IV.3.2. Política Externa | 33 |
| IV.3.3. Sector dos Transportes | 37 |
| IV.3.4. Sector Energético | 42 |
| IV.4. Centros de Decisão | 47 |
| CONCLUSÕES | 48 |
| BIBLIOGRAFIA | |
| APÊNDICES | |
| ANEXOS | |
| ÍNDICE DE APÊNDICES | |
| ÍNDICE DE ANEXOS | |



ÍNDICE DOS APÊNDICES

- **Apêndice 1** – Extracto da Entrevista ao MGEN Pinto Ramalho
- **Apêndice 2** – Modelos implementados noutros países



ÍNDICE DOS ANEXOS

- **ANEXO A** – Extracto da Decisão N.º 1346/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 22 de Maio de 2001
- **ANEXO B** – Extracto do Plano Rodoviário Nacional
- **ANEXO C** – Quantidade de Energia Produzida e Consumida em Portugal durante o ano de 2002
- **ANEXO D** – Mapa da Rede de Transporte de Gás Natural em Alta Pressão
- **ANEXO E** – Preâmbulo da Constituição Federal de 1988
- **ANEXO F** – Extractos da Constituição Federal de 1988
- **ANEXO G** – Conceito Estratégico Nacional da República Federativa do Brasil
- **ANEXO H** – LEY ORGÁNICA 6/1980, DE 1 DE JÚLIO, POR LA QUE SE REGULAN LOS CRITÉRIOS BÁSICOS DE LA DEFENSA NACIONAL Y LA ORGANIZACIÓN MILITAR
- **ANEXO I** – Extractos da Constituição Espanhola
- **ANEXO J** – Directiva de Defesa Nacional 1/2000



“A noção de espírito de defesa é normalmente entendida como a vontade colectiva de defender, por todos os meios, com ênfase nos militares, uma determinada unidade política”

Coronel de Cavalaria Martins Barrento

(Reflexões Sobre Temas Militares, IÆM)

INTRODUÇÃO

Após o último grande conflito mundial, muitos pensadores e políticos deram conta de que a Defesa Nacional, não só era defesa militar, mas também um vasto conjunto de sectores da sociedade, que trabalhando conjugadamente, fazem parte dessa mesma defesa. Estava assim aberto o caminho para que outras componentes que não a militar participassem no espírito colectivo de proteger uma unidade política contra qualquer agressão ou ameaça. A defesa adquire assim contornos transversais às sociedades, levando os países a investirem cada mais nos sectores considerados fundamentais para o normal funcionamento do Estado.

Num âmbito global de Defesa Nacional, constata-se a existência de dois grandes vectores que, trabalhando em parceria, permitem que a coesão nacional seja fortalecida e que a segurança e o bem-estar das populações sejam alcançados.

As componentes militares da Defesa Nacional encontram-se confinadas ao papel desempenhado pelas Forças Armadas. As não militares diferem na forma como são inventariadas, materializadas e articuladas, variando assim entre unidades políticas. No entanto, e num sentido mais lato, elas têm duas grandes finalidades que são: fortalecer, proteger, sustentar e defender o Estado e apoiar as Forças Armadas.

No actual contexto internacional, marcado por profundas mutações e grandes incógnitas, em permanente instabilidade e turbulência resultantes do ritmo acelerado em que o espaço global se encontra, os países tendem a associar-se em Organizações Internacionais que lhes proporcionam segurança e defesa, numa perspectiva de comunidade de valores comuns, onde a segurança de um, é a segurança de todos.

Neste contexto, como pode Portugal, um pequeno país situado na parte mais ocidental da Europa, fazer a sua inserção nesta aldeia global?



Segundo o Prof. Políbio de Almeida, os pequenos estados devem regular a sua actuação no sistema internacional segundo as seguintes estratégias¹:

- “(...) o estado deve aceitar as desigualdades de poder e de força como um fenómeno corrente, mas deve tentar ser o menos desigual possível em relação aos actores que definem as regras dos jogo. (...)”;
- “(...) o estado mais fraco deve potencializar e explorar as semelhanças que possa ter com os outros estados, principalmente os que situam ao seu nível de poder e acima dele. (...)”;
- “(..) a interdependência pode conduzir a formas cada vez mais elaboradas de cooperação (...) o papel das alianças é muito importante no contexto das estratégias do pequeno estado (...)”;
- “(...) necessidade de manter e desenvolver os laços históricos, linguísticos e culturais com estados de maior afinidade. (...)”.

Perante esta realidade, um país como o nosso deve apostar numa política externa activa e actuante, nas diversas organizações de que faz parte. Deve ainda apostar na manutenção de laços privilegiados com os países pertencentes à comunidade de língua portuguesa, bem como com aqueles onde se encontra a diáspora portuguesa.

Deverá ainda conduzir políticas que garantam a sua menor dependência do exterior, para que os recursos tão indispensáveis à segurança e bem-estar dos portugueses nunca sejam postos em causa. Compete pois às componentes não militares da Defesa Nacional, desenvolver todos os esforços para garantir a sustentabilidade dos sectores estratégicos nacionais, sem os quais poderá dar-se a paralisação do tecido económico e social.

Definição do Objectivo da Investigação

Esta investigação tem como principal objectivo identificar quais os sectores estratégicos nacionais que mais contribuem para a definição da actual Política de Defesa Nacional, fazer a sua análise, enunciar quais serão as suas principais linhas de actuação e de que forma podem contribuir para o desenvolvimento do Potencial Estratégico Nacional.

¹ ALMEIDA, F. Valente de (1990), *Do poder do Pequeno Estado*, Instituto de Relações Internacionais, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Lisboa, 351-352.



Importa pois verificar se as componentes não militares desenvolvem políticas sectoriais, de forma a privilegiar os sectores estratégicos fundamentais para a segurança e bem-estar da população portuguesa.

Importância do Estudo

Tendo os Estados como objectivo principal da sua acção governativa, a prossecução dos objectivos nacionais permanentes, cabe pois aos elementos desse mesmo Estado criar condições para que aqueles sejam alcançados.

Com este estudo pretendemos identificar os sectores estratégicos em Portugal e a forma como eles contribuem para a elevação do potencial estratégico nacional, estando conscientes de que somos um pequeno país, onde as ameaças que se lhe colocam são da mais diversa ordem.

A actualidade deste estudo encontra-se centrada na forma como estes sectores se encontram preparados para responder às solicitações com que todos os dias são confrontados, tornando-se assim elementos potenciadores da capacidade nacional para se auto-sustentar, garantindo ao mesmo tempo em permanência, a capacidade de formularmos as nossas próprias modalidades de acção, numa Europa cada vez mais integrada.

Delimitação do Estudo

Apesar de não sermos especialistas nestes domínios², consideramos que este tema é bastante extenso e sujeito às mais diversas interpretações e abordagens. Por essa razão, vamos cingir o nosso estudo à identificação dos sectores estratégicos e à forma como poderão contribuir para a definição da actual política de Defesa Nacional. Faremos ainda a identificação das ameaças que se deparam a Portugal e procuraremos identificar as potencialidades e vulnerabilidades que a sociedade portuguesa apresenta.

² Económico, Científico, Educacional, Cultural, Relações Internacionais, etc.



Metodologia

Este tipo de investigação enquadra-se no “Desenvolvimento Experimental” que parte de conhecimentos já existentes, com o objectivo de produzir novos materiais ou o melhoramento dos já existentes. Ao longo do trabalho utilizaremos o método “Científico Dedutivo”, onde se parte do geral para o particular³.

Com este estudo iremos responder à seguinte questão central: “Face à actual Política de Defesa Nacional, como podem participar os sectores estratégicos nacionais na sua concretização?”. Pretende-se ainda responder a um conjunto de questões derivadas, que a seguir se enumeram:

- Quais as ameaças que afectam o normal funcionamento do Estado, e que podem ser colocadas nos dias de hoje a Portugal?
- Quais as actuais ameaças para Portugal, que podem afectar a soberania do Estado?
- Quais as potencialidades e vulnerabilidades que Portugal apresenta?
- Quais os sectores estratégicos com interesse para a actual Política de Defesa Nacional?
- Quais as suas principais linhas de acção?
- Como podem os sectores considerados estratégicos elevar o Potencial Estratégico Nacional?
- Se os centros de decisão desses sectores forem transferidos para fora do território nacional, quais as principais implicações para a Política Nacional?

As hipóteses levantadas para o nosso trabalho são as seguintes: o Estado português desenvolve políticas no sentido de preservar a nossa auto-sustenção e privilegia a sua flexibilidade; Portugal desenvolve, dentro das organizações a que pertence, uma política activa de afirmação da cultura e língua portuguesa; a transferência dos centros de decisão nacionais, para fora do território nacional, não afectarão o nosso desenvolvimento, em virtude das empresas continuarem a produzir riqueza em Portugal.

³ Apoiado em dados estatísticos.



Organização e Conteúdo do Estudo

Após a introdução, o trabalho encontra-se organizado da seguinte forma:

- Uma primeira parte, onde se pretende enquadrar a Defesa Nacional na Política Geral do País;
- Uma segunda parte, onde se referem as principais ameaças e riscos para Portugal, bem como quais as suas potencialidades e vulnerabilidades;
- Uma terceira parte, onde procuramos identificar as componentes não militares da Defesa Nacional, bem como a nova concepção de segurança decorrente do Conceito Estratégico de Defesa Nacional (CEDN) de 2003;
- Uma quarta parte, onde pretendemos identificar os sectores estratégicos e as suas principais linhas de acção estratégicas;

No final do trabalho apresentam-se as conclusões resultantes da investigação, tendo como propósito responder à questão central e derivadas. É ainda feito um conjunto de considerações que têm como propósito visualizar o desenvolvimento dos sectores em estudo.



I. A DEFESA NACIONAL

Neste capítulo pretende-se enquadrar a Defesa Nacional na Política Geral do País e situar as diversas estratégias ao nível das diferentes decisões políticas.

I.1. Quadro legal de referência

I.1.1. Constituição da República Portuguesa

Após termos definido qual o tipo de trabalho que pretendemos realizar e numa primeira abordagem, nada melhor do que analisarmos qual o edifício legislativo onde se encontram expressas as matérias que serviram de base ao nosso estudo.

Em primeiro lugar iremos analisar a lei das leis, que é a Constituição da República Portuguesa (CRP) que no conjunto dos seus artigos, destaca quatro relacionados com a Defesa Nacional.

No texto, temos a destacar um conjunto de princípios que consideramos fundamentais para a organização da Defesa Nacional em Portugal. Um deles⁴ é o que afirma que é obrigação do Estado Português assegurar a Defesa Nacional, bem como garantir a independência nacional, a integridade do território e a liberdade e segurança dos cidadãos contra a agressão ou ameaças externas.

Ainda dentro deste âmbito, a defesa da Pátria deve ser um direito e um dever fundamental de todos os portugueses⁵, competindo às Forças Armadas a defesa militar da República⁶.

No mesmo texto constitucional, é referido que são tarefas fundamentais do Estado⁷: criar condições políticas, económicas, sociais e culturais, para a preservação da independência nacional; assegurar e incentivar a participação dos cidadãos nacionais na resolução dos problemas que se colocam ao País; transformar e modernizar as estruturas económicas e sociais, de forma a promover a o bem-estar e a qualidade de vida do povo português; defender a natureza e meio ambiente, preservando os recursos naturais e assegurando um correcto

⁴ Artigo 273.º da CRP, N.º 1. e N.º 2

⁵ Artigo 276.º da CRP.

⁶ Artigo 275.º da CRP.

⁷ Artigo 9.º da CRP.



ordenamento do território; assegurar que o ensino tenha carácter permanente e que a difusão da língua portuguesa tenha um carácter universal e por último, que se efectue um desenvolvimento harmonioso do território nacional sem esquecer a situação ultraperiférica dos Açores e Madeira.

Uma outra incumbência do Estado⁸, é o desenvolvimento de relações económicas com todos os povos, salvaguardando sempre a independência nacional e os interesses dos cidadãos portugueses e da economia, criando instrumentos jurídicos e técnicos necessários ao desenvolvimento económico e social, assegurando ainda uma política científica e tecnológica favorável ao desenvolvimento do país, adoptando ainda uma política nacional de energia, tendo em vista a preservação dos recursos naturais e o equilíbrio ecológico.

Caberá ainda ao Estado a elaboração de planos⁹ que visem promover o crescimento económico e o desenvolvimento integrado de sectores de actividade e de das regiões, de forma a existir uma coordenação das políticas económicas com as de ordem social, educativa e cultural, tendo presente a defesa do equilíbrio ecológico, a defesa do meio ambiente e a qualidade de vida do povo português.

I.1.2. Lei da Defesa Nacional e das Forças Armadas

A Lei de Defesa Nacional e das Forças Armadas, constitui um referencial de consulta, para os diversos sectores da Administração do Estado, onde se encontra enumerado um conjunto de princípios, que deve ser tido em linha de conta quando se aborda o assunto da Defesa Nacional.

Na abordagem aos diversos capítulos da referida lei procuraremos encontrar elementos que possam esclarecer que a Defesa Nacional não é exclusividade das Forças Armadas mas sim de todos os Portugueses, qualquer que seja a sua área de actividade ou o seu empenhamento na sociedade.

No seu artigo primeiro, a Lei enumera que *“a defesa nacional é a actividade desenvolvida pelo Estado e pelos cidadãos no sentido de garantir, no respeito da ordem constitucional, das instituições democráticas e das convenções internacionais, a independência nacional, a integridade do território e a liberdade e a segurança das populações contra qualquer agressão ou ameaça externas”*.

⁸ Artigo 81.º da CRP.

⁹ Artigo 90.º da CRP.



Por ele podemos observar que a Lei está de acordo com o que se encontra expresso na CRP, nomeadamente no seu Art. 273.º, n.º 2, que põe em prática, tendo em vista a demarcação das áreas de intervenção, quer das Forças Armadas quer das Forças de Segurança, bem como a jurisdição dos diversos ministérios na prossecução dos seus objectivos, visando a realização dos fins últimos do Estado, sem esquecer ainda a coordenação que deve existir entre eles (Viegas, 1988).

É ainda referido o que se entende por Política de Defesa Nacional, nomeadamente as principais orientações e medidas políticas, que decorrem do Programa do Governo, aprovado em Conselho de Ministros e apresentado na Assembleia da República. Ressalta também a importância da continuidade da Política de Defesa Nacional, nos sucessivos governos do país¹⁰.

A Lei introduz ainda os conceitos do carácter nacional e os objectivos permanentes da Defesa Nacional. Observa-se que os objectivos permanentes têm importância diferente quer se trate de tempo de paz quer de tempo de guerra¹¹. Estes objectivos diferem uns dos outros, na medida em que os três primeiros¹² correspondem a valores essenciais que devem ser protegidos em caso de conflito armado, e determinam que o Estado, a Nação, bem como as Forças Armadas se preparam, desde do tempo de paz para enfrentar qualquer tipo de ameaça ou agressão que possam colocá-los em risco.

Os objectivos d) e f), dizem respeito ao estado de conflito e após uma declaração de guerra. Por último temos o objectivo e), que nas palavras do Coronel Silva Viegas é *“...o mais permanente dos permanentes e constitui o pressuposto fundamental de qualquer política de defesa na medida em que não há defesa sem espírito de defesa...”* (Viegas, 1988, 16).

São também referidas as actividades¹³ a exercer em tempo de paz e em tempo de guerra, assim como as acções de resistência, não só no território nacional mas também fora deste. Devido à sua natureza global, esta não é só confinada à componente militar, mas também às componentes não militares, devendo as suas principais orientações estarem vertidas no Programa do Governo.

As medidas a implementar por parte dos ministérios deverão estar de acordo com a política geral definida para a Defesa Nacional. Os cidadãos deverão estar

¹⁰ Artigo 4º da LDNFA.

¹¹ Artigo 5 da LDNFA.

¹² a), b) e c).

¹³ Artigo 6º da LDNFA.



informados das tarefas a realizar em matéria de defesa, pelo que deverá existir uma informação pública capaz de transmitir as orientações nesse sentido, de forma a criar um verdadeiro “*espírito de defesa*”.

A condução da Política de Defesa Nacional compete ao Governo¹⁴. Os partidos da oposição deverão no entanto ser informados. Este facto deverá criar, no seio dos partidos, um “*espírito de defesa*”, constituindo assim uma envolvente de todas as forças políticas na execução das tarefas fundamentais à Defesa Nacional.

O CEDN¹⁵ deverá conter a definição dos aspectos fundamentais da estratégia global do Estado, adoptada para a consecução dos objectivos da Política de Defesa Nacional.

São igualmente referidos os princípios gerais a que devem obedecer as instituições¹⁶ com responsabilidade na Defesa Nacional, competindo às Forças Armadas a execução da componente militar.¹⁷

É também referida a obrigação de todos os portugueses de participar na Defesa Nacional, sob a forma de resistência activa e passiva, orientados por órgãos de soberania que funcionem livremente¹⁸. É óbvio que estas acções de resistência devem ser associadas a acções militares levadas a cabo pelas Forças Armadas Portuguesas e ainda por elementos de Forças Armadas de países amigos, num quadro de cooperação e alianças de que Portugal faz parte. É igualmente afirmado que as forças de segurança participam na execução da Política de Defesa Nacional.

Fica ainda definido onde ficará situado o órgão de apoio técnico e administrativo¹⁹, que apoiará o Conselho Superior de Defesa Nacional (CSDN), e o Primeiro-Ministro, nas suas tarefas de coordenação, de planeamento e execução, em matéria de Defesa Nacional e das Forças Armadas (Santos, 1986).

¹⁴ Artigo 7º da LDNFA.

¹⁵ Artigo 8º da LDNFA.

¹⁶ Artigo 9º da LDNFA.

¹⁷ Artigo 17º da LDNFA.

¹⁸ Artigo 18 da LDNFA.



I.1.3. Entidades com Responsabilidades na Defesa Nacional

Cabe à Assembleia da República²⁰ a aprovação de legislação referente à Defesa Nacional, nomeadamente nas seguintes matérias: organização da Defesa Nacional e definição dos deveres dela decorrentes; definição dos limites das nossas águas territoriais, da zona económica exclusiva e os respectivos direitos aos fundos marítimos contíguos; aprovação do Orçamento de Estado; eleição de 2 deputados para fazerem parte do CSDN; aprovação das leis de programação militar.

O Governo, como responsável pela condução da Política de Defesa Nacional, tem as seguintes competências²¹: elaborar e executar as leis referentes à programação militar e ao Orçamento de Estado; efectuar regulamentos necessários à boa execução das leis em matéria de Defesa Nacional; definir o CEDN.

Ao Primeiro-Ministro, de entre as diversas competências que lhe estão atribuídas, há a destacar as seguintes²²: coordenar, orientar e dirigir a acção de todos os ministros nas matérias relacionadas com a Defesa Nacional; definir o CEDN em conjugação com o Ministro da Defesa e propor ao Conselho de Ministros a sua aprovação; informar o Presidente da República sobre a condução da Política de Defesa Nacional. Pode, no entanto, delegar a direcção interministerial da Política de Defesa Nacional no Ministro da Defesa Nacional.

As competências do Ministro da Defesa Nacional em matéria de Defesa Nacional são as seguintes²³: responsabilidade política pela elaboração e execução da componente militar da Defesa Nacional; apresentação ao Conselho de Ministros das propostas relativas à componente militar da Política de Defesa Nacional; administração das Forças Armadas; estabelecimento de relações de carácter geral com os outros órgãos da Administração Central; em conjugação com o Primeiro-Ministro propor ao Conselho de Ministros o CEDN e ainda, elaborar e dirigir a execução da política nacional de armamento e equipamento.

¹⁹ Artigo 36º da LDNFA.

²⁰ Artigo 40º da LDNFA.

²¹ Artigo 42º da LDNFA.

²² Artigo 43º da LDNFA.

²³ Artigo 44º da LDNFA.



Os outros ministros são responsáveis politicamente pela execução das componentes não militares da Política Defesa Nacional²⁴. Para isso, devem contribuir, aquando da elaboração do CEDN, com propostas na sua área de responsabilidade, dirigir as actividades necessárias para a execução da Política de Defesa Nacional dentro do seu ministério, e ainda, responder pela preparação e emprego dos meios que dependem de si nas tarefas necessárias para a Defesa Nacional.

Outro órgão, com competência no âmbito da Política de Defesa Nacional, é o CSDN²⁵. Presidido pelo Presidente da República e sem composição fixa, é um órgão específico de consulta para os assuntos relativos à Defesa Nacional, bem como quanto à organização, funcionamento e disciplina das Forças Armadas. Das suas competências, destacam-se as seguintes: emissão de pareceres sobre a Política de Defesa Nacional; as grandes opções do CEDN; legislação relativa à organização da Defesa Nacional; organização da protecção civil em caso de conflito; leis de programação militar. Compete-lhe ainda pronunciar-se sobre o CEDN. Em caso de guerra passa a funcionar em sessão permanente para assistir o Presidente da República, o Primeiro-Ministro e o Ministro da Defesa Nacional, em tudo o que diga respeito à condução superior da mesma.

Podemos então constatar que este órgão não é mais do que um instrumento de consulta do Governo em questões da sua exclusiva competência. O facto de incluir elementos dos três órgãos de soberania democraticamente eleitos, leva à conclusão de que este é um órgão de concertação ao mais alto nível em termos de Política de Defesa Nacional.

²⁴ Artigo 45º da LDNFA.

²⁵ Este órgão é composto pelos seguintes elementos: Presidente da República, Primeiro-Ministro, Ministro da Defesa, Ministro dos Negócios Estrangeiros, Ministro da Administração Interna, Ministro das Finanças, Ministro da Economia, Ministro das Obras Públicas Transportes e Habitação, 2 Deputados da Assembleia da República, CEMGFA, CEM dos três Ramos das Forças Armadas, Ministros da República e Presidentes dos Governos Regionais dos Açores e Madeira, esta composição refere-se à situação presente; e Artigo 46º e 47º da LDNFA. (Fonte: http://www.mdn.gov.pt/Defesa/Estrutura/Organigrama/org_CSDN.htm, 16 de Setembro 2003, 15h25)



I.2. Enquadramento Estratégico da Defesa Nacional

Segundo o COR Cabral Couto “ (...) a *Estratégia* auxilia a política na correcta formulação dos seus objectivos, (...) a *Política* fixa os objectivos que terão que ser realizados pela *Estratégia*, (...) a *Estratégia* estabelece conceitos de acção, concebe as doutrinas de preparação e de conduta de acção e indica à *Política* os tipos de meios e processos mais adequados para se atingirem esses objectivos (...), a *Política* escolhe o conceito de acção e a doutrina estratégica que considera adequados, (...) podemos dizer que a política comanda a estratégia: a política é um fim; a estratégia é, como actividade, um meio para esse fim” (Couto, 1988a, 220-221).

Segundo o Gen Lopes Alves a “*Estratégia* é «una pelo seu Objecto e pelo seu Método».” (Alves, 1999, 117), tendo presente a utilização que os decisores fazem dela, esta divide-se em várias estratégias de cariz especializado, que, por sua vez, correspondem às diversas actividades que o Estado desenvolve, no sentido de incrementar a segurança e o bem-estar das populações.

Deste modo obtemos uma estratificação de estratégias, segundo as palavras do “*General Beaufre*, «uma verdadeira pirâmide de estratégias distintas e interdependentes, que se torna necessário definir com clareza, para as combinar da melhor maneira num conjunto de acções que vise a mesma finalidade de conjunto» ” (Couto, 1988a, 227).

Esta pirâmide procura atingir os objectivos formulados pelos decisores políticos, que têm a incumbência de gerir os destinos do Estado.

Nas unidades políticas, e no vértice da pirâmide, encontra-se a estratégia total, em permanente contacto com a política. A ela compete gerar os recursos humanos e materiais, bem como o seu progresso, no sentido de alcançar a materialização dos objectivos políticos. É sua função coordenar as estratégias gerais, de forma a auxiliar a acção política, na resolução dos problemas entretanto surgidos. (Couto, 1988a)

Uma vez que à estratégia total compete a direcção estratégica ao mais alto nível de decisão, podemos afirmar que esta significa concepção e direcção da Política de Defesa Nacional (Couto, 1988a). No caso português a estratégia total é elaborada e conduzida pelo Primeiro-Ministro, aquando da apresentação do seu Programa de



Governo no início da legislatura e na apresentação anual das Grandes Opções do Plano (GOP) na Assembleia da República.

As estratégias gerais situam-se num patamar intermédio e correspondem a cada um dos sectores de actividade ministerial. Estas estratégias são executadas pelos titulares dos ministérios que mais intervêm na Política de Defesa Nacional, como é o caso dos Ministérios das Finanças, Economia, Defesa Nacional, Agricultura e Pescas, Administração Interna, entre outros. Estas estratégias são assim orientadas pelo CEDN e pelas diversas Directivas Ministeriais.

Em cada uma das estratégias gerais, a actividade estratégica é exercida pelos respectivos titulares, tendo sempre presente a utilização dos seus meios específicos. É o que podemos chamar “estratégias particulares” que consistem, por assim dizer, no trabalho interno dos respectivos ministérios, com as suas Direcções-Gerais e os Institutos a eles associados.

Podemos então verificar que a estrutura do Estado se encontra estratificada nas diversas estratégias preconizadas pelo Gen Beaufre, com o Primeiro-Ministro no topo da pirâmide, definindo os objectivos políticos a alcançar conjuntamente com os membros do Governo. Num patamar inferior, a acção governativa dos ministros, definindo estratégias para os seus respectivos ministérios, de forma a cumprir os objectivos traçados pelo Programa do Governo. Por último, as estratégias particulares, levadas a efeito pelos elementos integrantes dos respectivos ministérios, tendo sempre em conta as directrizes estabelecidas pelo respectivo titular.



II. INSERÇÃO DE PORTUGAL NA COMUNIDADE INTERNACIONAL

Neste capítulo procuraremos descrever a conjuntura mundial e as ameaças e riscos que Portugal enfrenta, bem como enumerar quais as suas principais potencialidades e vulnerabilidades.

II.1. A conjuntura Mundial

A conjuntura internacional é neste momento bastante complexa e difusa, em que os actores internacionais procuram dar-lhe resposta aumentando o seu proteccionismo, recuperando o isolacionismo, reduzindo o ritmo da chamada globalização, refreando o movimento das pessoas, de forma a criar mecanismos de se auto-protecção.

Os problemas sociais dos países da América Latina, as crises de regime nos Estados da África SubSaariana, o problema da fome e dos direitos humanos à escala planetária, parecem defrontar-se com o alheamento sistemático dos Estados Unidos da América (EUA) e dos seus Aliados Ocidentais, cuja atenção se centra nos países que, pela sua cultura política e prática religiosa, podem representar uma ameaça à estabilidade regional bem como ao mundo em geral.

Estamos portanto a assistir a novas formas de conflito, em que, por um lado, existe um conjunto de países com elevada tecnologia e, por outro uma organização ou organizações ligadas em rede, onde as frentes de batalha são difusas e onde não se pretende a conquista de terreno decisivo, mas antes a eliminação física dos seus opositores.

Verifica-se assim, que o terrorismo, como uma das actuais ameaças com maior significado nas sociedades mais evoluídas, veio alterar o modo de vida das populações, aprofundando a crise política e a recessão económica, num clima de medo e de indecisão quanto ao futuro.



II.2. Ameaças e Riscos para Portugal

Segundo a CRP, nomeadamente no seu artigo 9.º, encontra-se plasmado que o Estado Português deve “*Garantir a independência nacional e criar as condições políticas, económicas, sociais e culturais que a promovam*”. Isto significa que a entidade Estado deverá ter capacidade para enfrentar qualquer tipo de ameaças ou riscos, nem que para tal tenha que fazer uso do instrumento militar, de forma a garantir a independência nacional, sendo esta uma das suas tarefas fundamentais.

A noção de risco encontra-se geralmente associada a uma vulnerabilidade própria que pode ser utilizada por alguém, com o intuito de impor a sua vontade perante nós. Essa vulnerabilidade decorre, na maior parte das vezes, da escassez do potencial estratégico de uma Unidade Política, da qual resulta a diminuição da sua capacidade para fazer face a uma ameaça.

Uma ameaça não é mais do que o produto de uma capacidade por intenção. Logo, existindo o primeiro factor, devemos estar preparados para fazer face a possíveis mudanças do segundo.

Podemos então afirmar que a ameaça não é mais do que uma interacção entre nós e os outros, e que o risco está mais relacionado com as nossas próprias vulnerabilidades e em estreita ligação com a viabilidade de ocorrência de determinada ameaça (Couto, 1988a).

Com um panorama internacional extremamente fluido, onde os focos de conflitualidade aparecem a cada dia que passa, quais serão as principais ameaças que Portugal defronta?

Em primeiro lugar, o terrorismo transnacional, como fonte de desestabilização, quer internamente quer externamente, em conjugação com a demonstração de capacidades e de motivações por parte de organizações mal definidas e não totalmente identificadas. Estas organizações podem, de um momento para o outro, conduzir acções de grande impacto junto das populações, criando a possibilidade de ocorrência de enormes estados de destruição humana e material, cujas consequências em termos económicos e sociais são de difícil previsão.

Outra ameaça que devemos considerar é a proliferação de Armas de Destruição Maciça e a possibilidade de acidentes Nucleares Biológicos e Químicos e Radiológicos, que possam ocorrer dentro ou fora do espaço nacional, como



consequência do uso indevido dos referidos meios e materiais, por parte de elementos de organizações terroristas ou ainda por deficiência no manuseamento dos mesmos²⁶.

A existência de redes de tráfico de pessoas e de bens, o crime organizado, o tráfico de armamentos e narcotráfico, criam na sociedade portuguesa factores que podem afectar o seu normal funcionamento.

Podemos ainda referir a desigualdade das populações dentro do mesmo espaço territorial, o mau serviço judicial que põe em causa os direitos, liberdade e benefícios dos cidadãos, em que muitas vezes se afirma a existência de uma justiça de primeira qualidade e outra de segunda, consoante a classe social do indivíduo.

Identificamos actualmente a existência de problemas relacionados com cidadãos emigrantes, devido à sua não integração nas sociedades em que se vão fixar-se. Criando autênticos guetos onde a cultura do país de acolhimento não consegue penetrar, que ficam muitas vezes à margem da evolução das respectivas sociedades e promovendo assim condições de exclusão social e fenómenos de desenraizamento sobretudo entre as gerações mais novas²⁷.

Em jeito de pequena síntese, podemos afirmar que as ameaças ao território nacional já não são do tipo “*clauswitziano*” (Santos, 2003, 228), uma vez que as mesmas terão probabilidade de ocorrer a “*médio e longo prazo*”²⁸. As restantes que pelas suas características fazem parte do dia a dia dos cidadãos, poderão ter uma probabilidade ocorrência “*alta ou média*”²⁹. Cabendo ao Estado e a cada um de nós evitar que tal aconteça mas, a acontecer, que os danos sejam residuais.

²⁶ É de considerar a possibilidade de ocorrência de acidentes com este tipo de materiais, na medida em que junto da fronteira portuguesa existe uma central nuclear espanhola, e ainda porque na nossa costa transitam uma enorme quantidade de navios com cargas perigosas, muitas vezes sem se saber qual a carga que levam nem o destino para onde vão.

²⁷ A criação de gangs de jovens delinquentes nas cinturas urbanas das grandes cidades é um bom exemplo.

²⁸ Conferência do MGEN Pinto Ramalho ao CEM 02-04, no IAEM, em 24 de Julho de 2003.

²⁹ Idem.



II.3. As potencialidades e vulnerabilidades do Estado Português

Sendo um Estado ribeirinho e periférico do Continente Europeu, de vocação atlântica e de cariz oceânico, Portugal encontra-se numa encruzilhada de comunicações, que lhe concede uma posição de charneira entre os dois lados do Atlântico. Perante este facto, decorrem potencialidades que urge explorar e vulnerabilidades que temos que assumir e colmatar.

Em seguida, procuraremos dar uma panorâmica breve das potencialidades e vulnerabilidades de Portugal. Não pretendemos ser exaustivos na enumeração das mesmas, mas apenas, referir aquelas de importância para a problemática do tema do presente trabalho³⁰.

As potencialidades que o nosso país pode explorar são:

- A posição geoestratégica assente essencialmente no “poder funcional”³¹ que é conferido pela situação geográfica do conjunto nacional;
- A descontinuidade territorial ao conferir maior profundidade ao Território Nacional;
- A facilidade de comunicações marítimas e aéreas entre as três parcelas do território (Continente, Açores e Madeira);
- A enorme extensão de uma Zona Económica Exclusiva rica em recursos marinhos;
- A coesão nacional, a par de uma homogeneidade da população sob o ponto de vista étnico, linguístico, cultural e religioso;
- A nossa inserção no espaço comum europeu;
- O facto de se tratar de estado unitário, um Estado-Nação sem problemas fronteiriços, com um regime democrático formalmente estabilizado;
- A posse de um subsolo rico em minérios;

³⁰ Estas potencialidades e vulnerabilidades tomaram como referência informação recolhida junto da Direcção Geral de Política de Defesa Nacional do Ministério de Defesa Nacional, fruto do ciclo de conferências realizadas no Instituto de Defesa Nacional quando da discussão das BGCEDN. As mesmas foram referidas por diversas personalidades que participaram no referido ciclo de conferências.

³¹ Poder que advém da detenção de uma situação geográfica privilegiada e quanto maior for esse poder, maiores serão as suas tendências para o controle por outros, logo deve ser dada especial atenção a esse facto. (Fonte: Pensamento Geopolítico do MGEN Pinto Ramalho, Trabalho de grupo do CEM 02-04, GT 4, no âmbito da cadeira de Estratégia, IAEM, Lisboa.)



- As possibilidades económicas nos domínios dos produtos florestais, no sector das pescas, indústrias transformadoras, produtos agrícolas e pecuários e ainda nos serviços;
- A existência de importantes núcleos de emigrantes portugueses em França, Suíça, Alemanha, Brasil, Luxemburgo, EUA, Canadá, República da África do Sul, Venezuela, entre outros países, apesar de, por vezes necessitarem de apoio, pode constituir como que uma alavanca na difusão da língua e cultura portuguesas tornando-se um elemento importante da presença de Portugal no mundo.

Em relação às vulnerabilidades que o país apresenta, podemos enunciar as seguintes:

- No sector energético encontramos-nos totalmente dependentes do exterior;
- A produção de certos bens de consumo e de equipamentos é francamente diminuta, importando grande parte daquilo que consumimos;
- A reduzida capacidade de transportes marítimos, bem como a diminuta frota pesqueira;
- As trocas comerciais terrestres com o espaço europeu têm obrigatoriamente de ser processadas através da Espanha, o que implica uma dependência só ultrapassável por um relacionamento amistoso com os nossos vizinhos, como se tem verificado até agora;
- A transferência dos centros de decisão para fora do território nacional, fruto das privatizações levadas a efeito em alguns sectores da nossa economia;
- O contínuo envelhecimento e desertificação do interior, a par de um fluxo de deslocados para as grandes cidades do litoral, acarretando problemas de ordenamento territorial e manchas de subdesenvolvimento;
- Os índices de carácter social, tecnológicos e de investigação e desenvolvimento são dos mais baixos da Europa;
- Assiste-se cada vez mais a um desinteresse pelas questões políticas, sendo disto o aumento progressivo da abstenção, um bom exemplo. Os cidadãos sentem-se defraudados com a classe política;
- Os problemas sociais relacionados com a instabilidade no emprego, no ensino, nos cuidados de saúde, na justiça, na protecção à terceira idade,



nas perspectivas de futuro para a juventude³² e ainda a elevada taxa de analfabetismo e os elevados níveis de iliteracia;

- A falta de coordenação entre os sectores da Administração Central aos mais diversos níveis;
- A generalizada falta de cultura e sensibilidade para aos problemas de Defesa Nacional, remetendo muitas vezes esses assuntos para a exclusividade das Forças Armadas;
- A fraca capacidade militar, se comparada com países em tudo semelhantes ao nosso, em confronto com a enorme importância estratégica do TN.

Face ao exposto, apesar de existirem algumas vulnerabilidades que convém colmatar, as potencialidades nacionais superam-nas largamente, desde que sejam criadas políticas para o seu desenvolvimento integrado, numa perspectiva totalmente nacional.

³² Em Portugal verifica-se uma situação extraordinária, de se observar jovens licenciados desempregados, ou a trabalhar em locais, onde as suas habilitações literárias são mais que suficientes.



III. PORTUGAL PERANTE O MUNDO: QUE RESPOSTA FACE A ESTA NOVA REALIDADE

Neste capítulo pretende fazer-se uma análise crítica, ainda que breve, do CEDN de 2003 e enunciar os vectores da Política de Defesa Nacional.

III.1. Nova concepção de segurança

Quando o XV Governo Constitucional tomou posse em 6 de Abril de 2002, uma das suas prioridades foi a revisão do CEDN. Este conceito, datado de 1994, tinha sido elaborado, tendo por base o ambiente estratégico que se vivia na altura.

Da análise desse documento, realça-se a sua estrutura. Começa por ser feito um enquadramento internacional, passando pelos objectivos permanentes da Política de Defesa Nacional, e terminando nas estratégias gerais. No entanto, parece-nos enfermar de um aspecto que nos parece fundamental: a não enumeração das ameaças e riscos que Portugal pode enfrentar e para os quais temos de proteger-nos. Outro aspecto negativo é a ausência de orientações claras para aqueles riscos, que na opinião do decisor político não devem ser no imediato preocupantes, deixando no ar a sensação de que temos capacidade para contrariar todo o tipo de ameaças, embora a experiência nos diga que isso não corresponde à realidade dos nossos dias.

O processo de revisão iniciou-se com a apresentação das Bases do CEDN para discussão pública, onde a sociedade civil, pela primeira vez, pode dar os seus contributos. Nesse documento era referido um conjunto de temas que pela sua importância iam ao encontro daquilo que se pretende de um Conceito Estratégico, ou seja, identificação dos valores permanentes da Defesa Nacional, das áreas que para Portugal são de interesse estratégico, das ameaças e riscos que o país pode enfrentar, como pode combatê-las, utilizando a coacção militar integrada ou não em alianças ou utilizando outras formas de coacção. Em suma, basicamente trata-se, na sua essência, de um bom documento de reflexão, que como se enunciou anteriormente, originou um enorme debate, quer em termos de sociedade castrense, quer em termos de sociedade civil, com contribuições dos mais diversos sectores. Pela primeira vez na sociedade portuguesa, os não militares pensaram a Defesa



Nacional, e numa forma em tudo diferente. No antecedente esta era praticamente restrita à Instituição Militar.

Após debate público das Bases, seguiu-se a apresentação das Grandes Opções do Conceito Estratégico de Defesa Nacional (GOCEDN) na Assembleia da República, onde após discussão parlamentar as mesmas foram aprovadas.

Por resolução do Conselho de Ministros em 20 de Dezembro de 2002, foi aprovado o novo CEDN. Este documento encerra meses de discussão e debates nos mais diversos fóruns, mas que apesar disso, o mesmo encerra em si, um conjunto de ambiguidades que poderão ocasionar dúvidas sobre o mesmo.

Desde logo, a enumeração das ameaças e riscos que Portugal pode enfrentar, não se encontra sistematizada ressaltando a sua dispersão ao longo do documento e havendo muitas vezes repetições.

É de sublinhar a não descrição das potencialidades e vulnerabilidades nacionais que convém explorar e proteger por um lado, e diminuir por outro, utilizando as capacidades nacionais. Estas capacidades são remetidas, como que em exclusivo, para as componentes militares da Defesa Nacional. Isto poderá trazer a prazo a nossa não capacidade para garantir a segurança e o bem-estar para os portugueses, face às ameaças que podem acontecer a cada momento.

Um aspecto que consideramos fundamental, e que não é referido no documento, é a ausência de linhas de acção estratégica para as estratégias gerais, de cada um dos sectores da actividade ministerial, com importância para a Política de Defesa Nacional. Ou seja, as componentes não militares da Defesa Nacional são como que relegadas para um segundo plano, não existindo orientações claras para o seu desenvolvimento a médio e longo prazo. Por esse motivo, o seu desenvolvimento estará dependente dos sucessivos programas de governo, que forem sendo executados.

Como a Defesa Nacional deve ter um carácter transversal a toda sociedade, esta situação poderá acarretar disfunções entre as diversas políticas sectoriais. Não havendo uma linha de rumo aceite por todos, o seu desenvolvimento, poderá fazer-se de acordo com as conveniências de quem está em determinada altura no governo.

Esta é uma situação que não se verificava no anterior CEDN, onde eram dadas orientações precisas aos vários sectores de actividade com importância na definição da Política de Defesa.



Por essa razão, ao fazer a leitura do documento, ficamos com a sensação de que, ao não serem dadas orientações para as outras componentes, este limita-se a ser uma espécie de conceito estratégico de índole militar, o que de certo modo contraria todo o processo que levou à sua revisão. Surge o sentimento de que os contributos da sociedade civil não foram tidos em linha de conta para a elaboração do documento e de que este se resume a um conjunto de textos onde são abordadas principalmente as questões de ordem militar.

Em jeito de pequena síntese, podemos afirmar que o actual CEDN enferma das mesmas dificuldades do anterior. O documento de 1994 encontrava-se bem estruturado. No entanto, não era nele feita a sistematização das ameaças e riscos, o que podia levar a pensar que o país se encontrava apto para responder a qualquer tipo de ameaça.

No actual documento, as ameaças encontram-se mencionadas, mas os riscos que o Estado pode eventualmente desprezar, são insuficientes, não se encontram explicitados. Outra característica é o não levantamento de vulnerabilidades e potencialidades que o país possui e que, aliadas às capacidades, podem combater as ameaças e diminuir os riscos. Estas capacidades, no entanto, e segundo o documento, são apenas militares, constatando-se quase uma ausência total das capacidades não militares e remetendo assim para os militares, quase exclusivamente as questões de segurança e defesa, contrariando o que é referido nos diversos documentos: que ela é uma tarefa de todos, e não apenas de alguns.

III.2. Vectores Estratégicos da Defesa Nacional

A Política de Defesa Nacional deve determinar os objectivos a alcançar, para garantir a segurança e o bem-estar dos cidadãos. Para a obtenção de tais objectivos, é necessário o emprego de meios e recursos adequados para fazer face às situações que podem por em perigo esses mesmos objectivos.

Ela deverá ser suficientemente flexível, de forma a adaptar-se rapidamente às transformações que vão ocorrendo no mundo. Deverá ser permanente, na medida em que não deverá sofrer alterações substanciais aquando da mudança de políticas governamentais que acarreta a necessidade de tomada de decisões, cujos efeitos, geralmente fazem sentir-se apenas a médio e longo prazo.



Numa óptica mais alargada, todas as actividades da organização estatal, concorrem para os objectivos da Defesa Nacional, fazendo face às ameaças e riscos que podem ocorrer. Assim, a Defesa Nacional tem duas grandes componentes, uma de cariz meramente militar e outra de âmbito não militar. Enquanto que a primeira têm como missão primária a defesa do território nacional, a segunda, com a sua visão mais alargada sobre o estado do país, desenvolve as suas actividades no sentido de incentivar o desenvolvimento do mesmo, de uma forma harmoniosa, e de ainda reforçar a componente militar, aquando do seu emprego.

Da leitura e análise dos documentos conceptuais, nomeadamente o CEDN de 2003, afigurasse-nos que as componentes não militares da Defesa Nacional são as seguintes:

- Ciência e Tecnologia;
- Educação e Cultura;
- Ordenamento do Território e Ambiente;
- Economia e Finanças;
- Industria e Energia;
- Transportes e Comunicações;
- Informação.

A par destas componentes podemos ainda destacar um conjunto de entidades que, de uma forma ou de outra, participam na consecução dos objectivos da Defesa Nacional. Deles há salientar os seguintes: Sistema de Alerta Nacional, Conselho Nacional de Planeamento Civil de Emergência, Serviço Nacional de Bombeiros e Protecção Civil, Forças e Serviços de Segurança³³. Convém ainda referir que a componente militar é constituída pelo Sistema de Forças Nacional, dos três ramos das Forças Armadas. Estas, fruto do CEDN de 2003, têm que cumprir um conjunto variado de missões, tais como: defesa militar do país; missões de interesse público; vigilância e controlo do território nacional e do espaço intercontinental e ainda a sua fiscalização.

³³ A Guarda Nacional Republicana, Polícia de Segurança Pública, Polícia Judiciária, Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, Serviços da Autoridade Marítima e Aeronáutica.



IV. SECTORES ESTRATÉGICOS NACIONAIS

Neste capítulo, procuraremos descrever os sectores estratégicos nacionais bem como as suas principais linhas de acção, e fazer uma pequena abordagem à questão da deslocação, ou não, dos centros de decisão nacionais. Tendo nós conhecimentos de que os sectores estratégicos são todos os sectores que proporcionam o suporte para a Segurança Nacional, a sua defesa permanente é fundamental para criar um sentimento de confiança e, deste modo, contribuir para aumentar e incrementar a nossa identidade nacional.

IV.1. Generalidades

Definidas que foram as componentes não militares da Defesa Nacional, procuraremos de seguida identificar quais os sectores estratégicos que essas mesmas componentes asseguram.

A tarefa para identificação dos mesmos não foi fácil, na medida em que diversas opiniões surgiram ao longo da nossa investigação. Um dos autores escolhidos foi o GEN Loureiro dos Santos que, no seu livro publicado em Fevereiro de 2003, identifica quais são, na sua opinião, os sectores que o Estado deve proteger contra qualquer ameaça. Assim, *“O ordenamento do território, os bens essenciais de que usufruímos internamente (agrícolas ou industriais, especialmente em situações de crise), as questões relacionadas com o acesso à energia e a outros recursos (como a água), a identidade dos centros de decisão económica em aspectos fundamentais e a sua situação geográfica, o dinamismo educativo e cultural do país, a natureza dos tratados políticos que comprometem e que definem o grau de influência na tomada de decisões nos organismos internacionais a que pertencemos, e o comportamento político geral dos nossos aliados, em especial dos nossos vizinhos. Todos estes, e outros ainda, constituem aspectos a considerar no âmbito da segurança nacional de Portugal”* (Santos, 2003, 246).

Por este pequeno excerto, podemos verificar que o autor identifica claramente que sectores como a energia, os bens essenciais, o ordenamento do território a educação e cultura, são os sectores que urge proteger. Outro tema levantado é a transferência dos centros de decisão para fora do país, com todas as consequências



que daí podem advir, tais como, que outros, que não os portugueses, possam tomar decisões contrárias ao desenvolvimento harmonioso do território.

Outro autor escolhido é o MGEN Pinto Ramalho³⁴, o qual considera que os sectores que melhor asseguram o funcionamento da economia, a autoridade do Estado e vida diária do país, são os que dizem respeito ao sector bancário, já que é nele que os cidadãos e Estado depositam as suas poupanças e onde contraem dívidas, assim como o sector das telecomunicações, o sector da energia, onde podemos incluir os carburantes, os combustíveis, a electricidade e o gás. Os outros sectores enunciados são: o sector dos transportes e o sector alimentar, este sendo particularmente vulnerável já que importamos quase tudo o que consumimos.

Outro exemplo que gostaríamos de referir é o dos países amigos, com os quais Portugal tem relações de amizade e cooperação. No caso do Brasil³⁵, verifica-se que os sectores estratégicos são: a energia eléctrica e nuclear; os recursos hídricos; o sector petrolífero; a pesquisa e desenvolvimento tecnológico; as telecomunicações; a região da Amazónia e sua biodiversidade; o espaço aéreo; os transportes e os serviços de informações estratégicos do Estado Brasileiro.

No caso espanhol³⁶, os sectores estratégicos encontram-se definidos por lei, nomeadamente a Lei Orgânica 6/1980³⁷. Esta explicita que os recursos que o Estado deve ter em atenção são os seguintes: os recursos energéticos; as matérias-primas e os produtos alimentares; os recursos industriais e sanitários; as vias de comunicação e os transportes marítimos, terrestres e aéreos; as telecomunicações e os serviços de informação do Estado Espanhol.

Por estes exemplos, somos levados a concluir que, quer os autores referidos, quer ainda os modelos apresentados, são da opinião que os sectores que mais concorrem para a definição de uma Política de Defesa Nacional, são os relacionados com os sectores energético, a electricidade, os combustíveis derivados do petróleo e o gás natural; transportes; telecomunicações; sector alimentar e os serviços de informação do Estado. Ou seja, quer em termos nacionais, quer em termos internacionais, verifica-se uma concordância em termos da identificação de quais

³⁴ Entrevista conduzida ao MGEN Pinto Ramalho, Director da Direcção Geral de Política de Defesa Nacional, no âmbito de um trabalho na cadeira de Estratégia, efectuada por um grupo de trabalho no decorrer do Curso de Estado-Maior 02-04. Em Apêndice 1 – Extractos da entrevista ao MGEN Pinto Ramalho.

³⁵ Em Apêndice 2.

³⁶ Em Apêndice 2.

³⁷ Em Anexo H.



são os sectores que o Estado deve preservar, como forma de potenciar as suas possibilidades e diminuir as suas vulnerabilidades.

IV.2. Caso Nacional

Para definirmos quais são os sectores estratégicos nacionais, temos que ter presente, o que se encontra explicitado nos documentos que dão corpo à Política de Defesa Nacional, nomeadamente o CEDN, bem como aqueles que lhe deram origem.

No documento³⁸ que foi posto em discussão para a revisão do CEDN, é referido no seu ponto 5, o seguinte: *“Incumbe ao estado garantir em todos os momentos, a funcionalidade dos sistemas vitais de segurança nacional, nomeadamente as redes de energia, comunicações, transportes, abastecimentos e informação.”* Constatamos assim que, para as entidades políticas portuguesas, estes são os sectores da sociedade que devem ser preservados.

Nas GOCEDN e no próprio Conceito, são novamente referidos os sectores que o Estado deve garantir, bem como a sua ligação com a defesa.

Encontram-se assim definidos os sectores estratégicos que Estado considera como fundamentais para defesa do território, os quais devem ser desenvolvidos em conformidade com as directivas emanadas do Conselho de Ministros e apoiadas nas GOP que todos os anos são aprovadas na Assembleia da República. Estas definem a forma como o governo prevê o desenvolvimento das suas políticas para os diversos sectores da actividade governativa.

É pois, com este “pano de fundo” que iremos identificar quais são em nossa opinião, os sectores estratégicos de interesse para a formulação de uma actual Política de Defesa Nacional. Esta identificação tem carácter pessoal e resulta de uma interpretação e análise, nomeadamente dos autores tidos como referência e modelos de outros países, e ainda da leitura dos diversos documentos que enformaram este trabalho.

Assim, os sectores estratégicos são:

- Sector Alimentar;
- Sector da Educação e Cultura;

³⁸ Bases do Conceito Estratégico de Defesa Nacional.



- Sector da Política Externa;
- Sector das Telecomunicações;
- Sector dos Transportes;
- Sector Energético;
- Sistema de Informações do Estado.

Em relação ao sector alimentar é fundamental que esta seja preservado, na medida em que importamos muito daquilo que consumimos, e que grande parte dos bens essenciais vêm de países vizinhos, o que, a ocorrer algo de imprevisível, poderá acarretar graves consequências para a nossa sobrevivência. Por isso como medida preventiva para debelar esta nossa vulnerabilidade, teremos que incrementar o desenvolvimento das nossas estruturas agrárias e de pesca, de forma a contrariar essa provável escassez de recursos no mercado externo, bem como, criar infra-estruturas de armazenamento, gerindo “stocks” que possam ser utilizados em situação de crise, ou diversificando os nossos fornecedores ou mesmo ainda alterando as rotas comerciais.

No que diz respeito ao sector da educação e cultura, podemos referir que o capital humano é constituído como um recurso fundamental dos países, principalmente na obtenção de investimento estrangeiro. Uma sociedade que tenha os seus recursos humanos bem preparados e com elevadas habilitações, estará em melhor condição não só para assimilar o progresso tecnológico, mas também para adaptar-se às constantes evoluções. Poderá constituir-se como um factor de atracção do investimento, uma vez que, no espaço económico onde Portugal se encontra inserido, não pode competir com países de mão-de-obra mais barata, restando-lhe impor-se pela qualidade técnica e habilitações dos seus recursos humanos. O conhecimento da sociedade reforça a coesão nacional, a justiça social, o bem-estar e o progresso, sendo o factor humano reforçado em termos da informação recebida, do conhecimento entretanto adquirido, a par de uma assimilação de valores.

A cultura de um povo deve pois reflectir a sua propensão para o conhecimento daquilo que é dele, criando no seu seio o gosto pela sua identidade, não renegando jamais o seu passado, no caso português tem oitocentos anos de história, que foi construído ao longo de gerações de homens e mulheres que sempre souberam dar o seu melhor na preservação da identidade nacional.



Quanto à política externa, esta é fundamental para a manutenção e preservação do lugar que Portugal ocupa no mundo. Os laços que estabelecemos com os nossos vizinhos e parceiros, ajudam a desenvolver sinergias de cooperação nos domínios da Defesa Nacional. A nossa participação em organizações de cariz económico e de segurança facilita a nossa integração nos domínios da segurança colectiva. Uma diplomacia actuante junto das organizações de que fazemos parte ajuda a debelar as possíveis vulnerabilidades existentes.

No domínio das telecomunicações, a sua preservação é fundamental visto que, quer os cidadãos quer os agentes das actividades económicas e financeiras, necessitam de estabelecer ligações internas e externas como forma de criar riqueza para o País. Nos dias de hoje, os elementos constituintes de uma sociedade, não sabem viver sem um meio que os coloque em contacto com alguém do outro lado do mundo. O desenvolvimento dos meios de transmissão de mensagens, verbais ou escritas, sofreu um enorme desenvolvimento em termos mundiais. Neste sector perfeitamente liberalizado, é necessário criar condições para que os operadores reforcem a sua capacidade de auto-sustentação, sob pena de, de um momento para o outro, o País ficar sem capacidade de comunicação e portanto vulnerável.

No que respeita ao sector dos transportes, a sua importância está relacionada com a mobilidade das pessoas e bens. Todos os dias centenas de milhares de cidadãos nacionais movimentam-se, utilizando os mais diversos meios de transporte. As transacções que todos os dias são efectuadas para os mais diversos destinos, fazem com este sector de actividade tenha um papel determinante na actividade económica do país. As ligações aéreas e marítimas com as regiões autónomas fazem parte da nossa coesão nacional.

Outro sector a ter em linha de conta é o sector energético, o qual é em tudo semelhante aos dos bens essenciais, já que neste sector, e no domínio dos produtos petrolíferos, somos totalmente dependentes de terceiros. A contribuição deste sector para o desenvolvimento sustentado de Portugal é enorme. Grande parte do tecido empresarial português necessita deste sector para operar, ou através do consumo de produtos derivados do petróleo ou da energia eléctrica produzida nas centrais eléctricas que consomem produtos petrolíferos. Acresce ainda a necessidade diária de combustível para fazer deslocar pessoas e bens, criando assim riqueza ao país e por conseguinte a todos os seus cidadãos. Dentro deste sector, a energia eléctrica assume especial importância, já que sem ela o país sentiria grandes dificuldades em



sobreviver, atendendo ao facto da quase totalidade do tecido empresarial, dos serviços e da utilização doméstica, necessitar dela para poder realizar as suas actividades. Convém referir que neste tipo de energia, Portugal não é tão dependente do exterior, já que existe um conjunto de centrais hidroeléctricas que conseguem fornecer uma grande quantidade de energia³⁹. Em relação ao gás natural mantém-se a situação verificada nos produtos petrolíferos.

Por último, temos o sector das informações do estado. Este sector é importante, na medida em que permite às autoridades políticas adquirirem a percepção daquilo que se passa em redor, favorecendo a melhoria do processo de decisão, a adopção das medidas adequadas e reagindo atempadamente aos possíveis problemas. Quer sejam os serviços de informação e segurança ou os serviços de informações estratégicas de defesa e militares, ambos sob dependência do Primeiro-Ministro, permitem ao Estado recolher informações necessárias à salvaguarda da independência nacional e garantia da segurança interna.

Expostos que foram os sectores estratégicos nacionais, passaremos de seguida a enunciar quais serão as suas principais linhas de acção, para que de uma forma integrada, permitam ao Estado Português desenvolver a sua Política de Defesa Nacional de uma forma ampla, não esquecendo a referência feita na CRP, onde é referido que a Defesa Nacional é um dever de todos os portugueses⁴⁰.

IV.3. Linhas de Acção

Como foi referido anteriormente, os sectores estratégicos devem ser desenvolvidos de uma forma integrada, partindo das directivas emanadas do Conselho de Ministros, tendo como suporte base as GOP e concretizados através da acção governativa dos respectivos titulares das pastas, de forma a reforçar o nosso Potencial Estratégico.

Vejamos em seguida, as principais linhas de acção preconizadas para os sectores estratégicos mencionados anteriormente, tendo como suporte bibliográfico a análise das GOP para o ano de 2003 e a consulta de especialistas na matéria. Devido ao elevado número de sectores estratégicos, aliado ao facto de o nosso

³⁹ A capacidade de produção de energia eléctrica produzida por centrais hidroeléctricas é 23,2% do total nacional de produção de energia eléctrica. (Fonte: <http://www.ren.pt>, 10 de Outubro 2003, 21h30)

⁴⁰ Artigo 276.º da CRP.



estudo ter sido norteado por dois termos, como sejam a “mobilidade e a auto-sutentação”, iremos apenas analisar os seguintes: o sector alimentar, a politica externa, os transportes e o sector energético.

IV.3.1. Sector Alimentar

De uma forma geral o sector da alimentação em Portugal sofre de graves problemas, já que importamos grande parte do que consumimos. Hoje em dia, os produtos que são vendidos nos nossos mercados, incluindo as grandes superfícies, não são produzidos no nosso país⁴¹. Esta é, uma das razões, que leva a que este sector seja tão dependente de terceiros, tornando-se uma vulnerabilidade em termos do potencial estratégico nacional.

É do conhecimento geral que a agricultura portuguesa, vive um dos períodos mais delicados da sua história. Por um lado, tem de fazer face aos grandes desafios que lhe são colocados⁴² e, por outro, sofre de um atraso estrutural em relação às suas congéneres europeias.

Como podemos então melhorar este cenário tão difícil para a nossa agricultura?

Em primeiro lugar há necessidade de que a nossa agricultura produza mais e melhor, respeitando o ambiente e criando novas formas de trabalhar a terra⁴³.

Outro factor a ter em conta é o desenvolvimento de estruturas organizativas de profissionais ligados ao mundo rural, como forma de promoção e desenvolvimento para a comercialização dos produtos agrícolas. Em conjugação com as universidades e demais estabelecimentos de ensino, criar sinergias para que a investigação por eles efectuada seja transmitidos aos agricultores, abrindo assim portas para o desenvolvimento sustentado da nossa agricultura.

É necessário promover junto dos agricultores, as vantagens dos programas estruturais em vigor⁴⁴, tornando mais fácil a sua candidatura aos referidos

⁴¹ A título de exemplo, o consumo português de frutos atingiu em 1999/2000 1263 milhares de toneladas, representando a produção nacional cerca de 52% da quantidade necessária para satisfazer o mercado. No caso da batata foram atingidos valores da ordem dos 40% nas importações para satisfação dos consumidores. Os nossos principais fornecedores de produtos hortícolas são: a Espanha, França e Países Baixos. (Fonte: *Avaliação das Vulnerabilidades Internas do Sector Agro-Alimentar* (2001), Comissão de Planeamento da Agricultura, Pescas e Alimentação de Emergência, Lisboa)

⁴² Reforma da Política Agrícola Comum, o alargamento da UE aos países de Leste (com a Polónia como grande produtor agrícola) e a liberalização dos mercados mundiais no âmbito da OMC.

⁴³ A produção de produtos agrícolas biológicos é disso um bom exemplo.

⁴⁴ Os programas estruturais são: Agris (Medida Agricultura e Desenvolvimento Rural dos Programas Operacionais Regionais, a qual tem como principais objectivos: Melhorar a competitividade agro-florestal e



programas, simplificando todo o processo burocrático e apostar naqueles projectos com maior impacto na competitividade e na qualidade dos produtos.

Outra forma de desenvolver a nossa agricultura, seria o lançamento a nível nacional de uma campanha de promoção dos produtos “*Produzido em Portugal*”, acompanhada de uma sensibilização junto dos produtores, para que estes produzam mais e melhor, apoiados em processos seguros de produção e de transformação.

Entretanto alguns passos foram já dados nesse sentido, com a criação da Agência para a Qualidade e Segurança Alimentar⁴⁵. Esta agência tem como missão fundamental: “*garantir de elevados padrões de qualidade e segurança alimentar, mediante a avaliação científica, rigorosa e independente dos riscos existentes e na sua comunicação, com a participação activa dos consumidores, dos agentes económicos e sociais e da comunidade científica.*”⁴⁶.

Por aqui podemos observar a preocupação dos decisores políticos em criar condições para que a nossa produção de bens essenciais se adapte às normas europeias de controlo de qualidade alimentar. No entanto, muito está ainda por fazer. Os atrasos de anos e anos de produções agrícolas, de matriz familiar, condicionam o desenvolvimento de uma agricultura virada para o futuro. O despovoamento dos campos é outro elemento que deve ser considerado, bem como o fraco apego à terra por parte das gerações mais recentes.

Dentro deste sector estratégico, as pescas ocupam um lugar de eleição, já que Portugal é um país, por tradição, de marinheiros. No entanto, a nossa frota pesqueira sofreu, nos últimos anos, enormes perdas em termos de embarcações com capacidade de pesca em alto mar. Desde a entrada de Portugal na União Europeia (EU)⁴⁷, assistiu-se à agonia lenta da nossa frota bacalhoeira, ao desmantelamento da frota que operava nas costas do Norte de África, à redução do número de embarcações de pesca costeira, ao encerramento de indústrias de

sustentabilidade rural); Agro (Programa Operacional Agricultura e Desenvolvimento Rural, este programa tem como principais eixos prioritários: melhorar a competitividade agro-florestal e a sustentabilidade rural e reforçar o potencial humano e os serviços à agricultura e zonas Rurais); Ruris (Plano de desenvolvimento rural, este plano tem como objectivo estratégico a promoção de uma agricultura competitiva em aliança com o desenvolvimento rural sustentável).

(Fonte: http://www.min-agricultura.pt/servlet/page?pageid=159,161&_dad=extcnt&_schema=PORTAL30, 18 de Setembro 2003, 09h30).

⁴⁵ Criada pelo Decreto-Lei nº 180/2000, de 10 de Agosto que sofreu ajustamentos pelo Decreto-Lei nº 82/2001, de 9 de Março e pelo Decreto-Lei nº 308/2002, de 16 de Dezembro.

⁴⁶ Fonte: <http://www.confgrri.pt/PoliticaAgricola/Temas/SegurancaAlimentar/Documentos/doc8.htm>, 22 de Setembro 2003, 23h30

⁴⁷ Anteriormente designada por CEE.



tratamento de pescado nomeadamente conserveiras, tudo isto com o consentimento das autoridades comunitárias⁴⁸.

Num sector onde há uns anos atrás conseguíamos ter alguma independência face aos outros países, assistimos agora ao total domínio do mercado nacional por parte de empresas estrangeiras⁴⁹. A título de exemplo, a quase totalidade do bacalhau consumido em Portugal, é importado de países como a Noruega ou a Islândia, já que, a quantidade de pescado produzido por embarcações nacionais, não tem muita expressão na quantidade necessária para satisfazer o mercado nacional⁵⁰.

Neste sector urge então tomar medidas que façam inverter esta situação, já que nos encontramos completamente desguarnecidos. Assim, as nossas vulnerabilidades dentro deste sector são enormes, sendo a contribuição do mesmo sector para o potencial estratégico nacional diminuta. Tratando-se de um sector fundamental para a sobrevivência da população, a sua não protecção por parte dos decisores políticos poderá, a breve prazo, tornar o país totalmente dependente do exterior, podendo numa situação extrema, outros que não os portugueses, passarem a decidir os destinos do país.

IV.3.2. Sector da Política Externa

Ao analisarmos este sector, verificamos que o mesmo é, por assim dizer, o “rosto” que Portugal transmite para o mundo globalizado. Sem uma política externa activa e actuante nos diversos domínios da actividade diplomática, o país poderá passar despercebido nesta aldeia global. Portugal desde sempre estabeleceu relações diplomáticas com os mais diversos povos e culturas. A nossa epopeia dos descobrimentos assim o comprova.

⁴⁸ Nos dias de hoje, as autoridades nacionais não têm capacidade para definir uma estratégia para o sector, já que, Portugal se encontra obrigado a seguir as estratégias da Política Comum de Pescas.

⁴⁹ O consumo aparente de pescado em Portugal atinge cerca de 600.000 Ton de pescado, sendo a componente da produção da frota nacional da ordem das 200.000 Ton, pouco mais de um terço das necessidades. Os principais fornecedores do mercado nacional têm origem na EU, maioritariamente de Espanha. (Fonte: *Vulnerabilidades do Sector Pesqueiro em Portugal* (2000), Direcção-Geral das Pescas e Aquicultura, Ministério da Agricultura do Desenvolvimento Rural e das Pescas)

⁵⁰ Segundo a Direcção-Geral das Pescas e Aquicultura, “*Nos últimos anos (não se vislumbra alteração desta tendência no futuro) este produto tem sido obtido na quase totalidade pela via da importação (da Noruega e da Islândia, fundamentalmente), na forma de salgado verde para posterior seca e embalagem no nosso país*”. (Fonte: *Vulnerabilidades do Sector Pesqueiro em Portugal* (2000), Direcção-Geral das Pescas e Aquicultura, Ministério da Agricultura do Desenvolvimento Rural e das Pescas)



A nossa dádiva ao mundo traduz-se na descoberta de novos mundos, no incremento das relações comerciais entre povos até aí desconhecidos e fundamentalmente, a nossa língua como sinal de união entre povos nos mais diversos continentes.

A língua portuguesa ocupa hoje um lugar de destaque entre as mais faladas no mundo, sendo um valor que devemos preservar na nossa identidade como nação, traduzindo uma potencialidade que devemos explorar.

No âmbito da política externa, como devemos marcar a nossa presença e projectar a imagem?

Desde logo, no domínio da UE, onde Portugal não pode colocar-se à margem das decisões tomadas em Bruxelas. Deve, antes, acompanhar de forma cuidada tudo aquilo que se passa ao nível das decisões políticas, defendendo os seus interesses, numa perspectiva de desenvolvimento nacional. O alargamento da UE a mais dez países do Norte e do Centro da Europa, poderá acarretar graves problemas de ordem social e económica, para os quais o País deve estar preparado. O fim do III QCA em 2006 é um referencial que temos que acautelar, já que, no fim desse ano, as ajudas comunitárias ao nosso desenvolvimento integrado deixam de se fazer sentir, com todas as consequências que podem daí advir.

Temos pois que reivindicar mais meios financeiros, para que o desenvolvimento das nossas regiões mais desfavorecidas, continue a ser feito, sob o risco de termos uma faixa litoral⁵¹ mais desenvolvida, e um interior, mais pobre e despovoado⁵².

Podemos afirmar que a UE continua a ser um local privilegiado para a afirmação de Portugal nas organizações internacionais. Importa pois impulsionar a nossa participação nas políticas europeias, nomeadamente na Política Externa e de Segurança Comum, intervindo de forma integrada na segurança do continente europeu e, por conseguinte, na nossa própria segurança.

Outra área que deve merecer especial atenção é a área das relações com a comunidade de língua portuguesa, através do desenvolvimento da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, como espaço de cooperação entre povos que em *“português se entendem”*. O incremento das relações bilaterais com os diversos países da comunidade é uma forma de estreitar relações, desenvolver a

⁵¹ Corresponde aos distritos de Setúbal, Lisboa, Leiria, Aveiro, Porto e Braga.

⁵² Estima-se que, em 2015, 45% da população portuguesa resida na área da Grande Lisboa. (Jornal Expresso, 13 de Setembro de 2003)



cooperação, apoiar projectos de desenvolvimento e reforçar acordos de parcerias. Devemos pois potenciar a comunidade de língua portuguesa, como um espaço de vontades e de afirmação da língua e cultura portuguesa.

A presença de Portugal nas Organizações Internacionais, nomeadamente nas de segurança e defesa, permite a Portugal ter garantias de solidariedade por parte dos seus aliados, em caso de agressão. No entanto, a nossa participação nas mesmas, deve ser de pleno direito, como forma de termos “voz” nas decisões políticas. A nossa participação nos teatros de operações da Bósnia Herzegovina e no Kosovo é disso um bom exemplo. Com esta atitude, passamos a ser vistos como parceiros credíveis, com capacidade, ainda que limitada à nossa posição geoestratégica, de poder influenciar as decisões tomadas nos diversos fóruns internacionais.

Dentro desta problemática, outro aspecto que convém realçar, é o das relações com os nossos vizinhos, especialmente com os nossos vizinhos Espanha e Marrocos.

Com Espanha, porque é o único país com o qual fazemos fronteira, logo temos de ter uma relação privilegiada numa perspectiva de integração Ibérica, já que nas nossas ligações terrestres com o Norte da Europa, temos obrigatoriamente que passar pelo seu espaço territorial. Necessitamos portanto de ter boas relações a nível diplomático. As Cimeiras Ibéricas são uma excelente forma de estreitar ligações, reforçando assim a nossa posição aos mais diversos níveis⁵³.

Quanto a Marrocos, as nossas relações devem ser vistas num clima de aproximação de Portugal ao Norte de África, numa tentativa de criar condições para que os países da bacia do Mediterrâneo encontrem a paz e a prosperidade. Ao serem criadas condições para o seu desenvolvimento, a população passa a ter uma qualidade de vida superior evitando assim a sua constante migração para os países “ricos” do Norte, trazendo graves problemas de exclusão social, inadaptação e fenómenos de marginalização. Portugal deve estar atento ao que se passa nesses países⁵⁴, numa atitude de prevenção e acompanhamento da situação política e social.

Devemos ainda estreitar laços com o outro lado do Atlântico, nomeadamente com os Estados Unidos da América, numa atitude de relações transatlânticas privilegiadas. Em primeiro lugar a comunidade portuguesa aí radicada a isso exige,

⁵³ Ao nível de convergência política, económica e cultural.

⁵⁴ Marrocos, Argélia, Tunísia, Líbia, Egipto e países do Médio Oriente.



por outro, os acordos de cooperação firmados há mais de cinquenta anos impõem que se continue a privilegiar essas relações.

Num quadro de relações bilaterais, devemos ainda estreitar relações com os países onde existem comunidades de portugueses, já que elas constituem a presença de Portugal além fronteiras, devendo desenvolver formas de cooperação que permitam a sua integração social e cívica nos respectivos países de acolhimento.

Temos que ter ainda em atenção os luso-descendentes, já que estes portugueses, alguns de segunda e terceira geração, não têm por vezes a noção da realidade portuguesa, principalmente da sua história e língua. Urge assim, criar condições para que a identidade portuguesa seja ensinada numa perspectiva de valorização da nossa língua e cultura⁵⁵ e reforçando a nossa presença junto dessas comunidades, de forma a potenciar a sua presença nas sociedades onde se inserem.

Seria de todo o interesse implementar uma diplomacia económica, onde os interesses das empresas portuguesas seriam fomentados juntos dos países onde existem representações diplomáticas, como forma de internacionalizar o tecido empresarial português, garantindo assim, oportunidades de negócio e projectando a etiqueta “*Made in Portugal*”.

Como pequena síntese, podemos afirmar que Portugal deve ser um membro activo nas organizações internacionais a que pertence. Deve estreitar laços de cooperação com os países onde existam interesses comuns, nomeadamente com aqueles que fazem parte da CPLP e onde existam comunidades portuguesas.

Devemos pois apostar numa política externa capaz de prever atempadamente os problemas, que saiba defender os interesses nacionais e que desenvolva políticas de apoio às comunidades de imigrantes espalhadas pelo mundo. Que a sua acção na defesa dos interesses nacionais, nas diversas organizações de que Portugal faz parte, seja activa e consistente, com capacidade de intervenção para os problemas que Portugal enfrenta na actualidade.

⁵⁵ A difusão via satélite da RTP Internacional e da RTP África, são um bom exemplo de difusão da língua e cultura portuguesa. Segundo informação recolhida junto da RTP, a RTPi é vista por mais de 60 milhões de telespectadores. (Fonte: http://www.rtp.pt/web/empresa/rtp_i.shtml, em 24 de Setembro 2003, 23h40)



IV.3.3. Sector dos Transportes

Sendo Portugal um país periférico em relação aos seus vizinhos europeus, torna-se imperativo que o país faça a sua integração num sistema de ligações transeuropeias, de forma a minimizar os custos associados à situação geográfica. É do conhecimento geral que um sistema de transportes existe para responder às necessidades de locomoção de pessoas e mercadorias, de uma forma eficiente, aproveitando ao máximo as suas potencialidades e a sua forma de operar.

Como foi referido, o espaço nacional é simultaneamente periférico e assimétrico. Periférico, porque entre nós e a Europa, mais rica a Norte, fica a Espanha com a sua morfologia própria que condiciona as nossas ligações. Assimétrico porque os arquipélagos que fazem parte do espaço nacional, encontram-se mais próximos de outros países que do continente europeu. Isto implica que temos que desenvolver mais infra-estruturas para estabelecer contacto com as referidas populações.

Se observarmos Portugal, constatamos que é um pequeno território onde as distâncias variam no sentido Este-Oeste na ordem dos 200 km e no sentido Norte-Sul de 600 km, e que grande parte da população reside numa faixa litoral que vai de Setúbal até Viana do Castelo e no corredor de Lagos a Olhão. Esta concentração é ainda agravada pela existência de duas grandes áreas metropolitanas⁵⁶, que representam, por si só, um terço da população. Para além disto, grande parte das cidades do nosso país é de pequena dimensão, quando comparadas com as suas congéneres europeias.

Para agravar ainda mais a assimetria de Portugal, grande parte das indústrias produtivas situam-se em redor das cidades de Lisboa-Setúbal e Porto-Braga-Aveiro.

Num território com tantas assimetrias, como podem ser articulados os transportes de forma a satisfazer toda a população? Convém ter presente que a população que vive fora dos grandes centros, também sente a necessidade de se movimentar.

A partir dos finais dos anos oitenta, após a nossa adesão à UE, com a construção de inúmeras estradas e auto-estradas, o país assumiu que o seu principal meio de transporte era o rodoviário em detrimento dos restantes. Mas facto mais grave foi o de que os cidadãos, ao nível das grandes cidades e principais



aglomerados habitacionais têm privilegiado, o transporte individual em detrimento do colectivo, nas suas deslocações.

Face a este panorama, com o transporte colectivo posto à margem e uma não articulação entre os seus diversos meios, não é surpreendente que este seja apenas utilizado por quem não tem alternativa. A agravar ainda mais a situação, assiste-se em Portugal a uma verdadeira desorganização no domínio do transporte colectivo de passageiros e a uma ausência de políticas neste domínio, que tem dominado nos últimos anos o sector dos transportes públicos⁵⁷.

Quanto aos pesados de mercadorias, verificam-se constantemente enormes “caravanas” de camiões pelas estradas nacionais, fazendo muitas vezes pequenos percursos com pouca tonelagem a transportar, não rentabilizando a sua capacidade de carga. Há ainda acrescentar que grande parte das nossas exportações são efectuadas por via terrestre, com todas as implicações a nível económico.

Ao nível dos outros meios, o panorama não é dos mais favoráveis. No sector marítimo, a nossa frota de navios mercantes tem um peso pouco significativo nas exportações, apesar das nossas importações nomeadamente de bens essenciais, serem feitas por via marítima.

Em termos ferroviários, temos assistido à epopeia em que se transformou a modernização da linha do Norte e ao mau serviço prestado aos passageiros que circulam na Rede Ferroviária Nacional. Não sendo este panorama satisfatório, constata-se igualmente atrasos na conclusão das obras do Metro de Lisboa. Há ainda que fazer referência aos problemas que existiram no Metro do Porto durante a fase do lançamento da obra.

Em termos de transportes aéreos, o cenário é significativamente melhor, a companhia aérea nacional (TAP AIR PORTUGAL), apesar dos contratempos em termos financeiros, consegue cumprir a sua actividade com elevado grau de satisfação dos passageiros, bem como as outras companhias aéreas nacionais existentes no mercado. Neste sector, Portugal encontra-se numa situação favorável. No entanto, no que diz respeito à TAP, a sua situação poderá alterar-se, em virtude

⁵⁶ Lisboa e Porto.

⁵⁷ A título de exemplo, a situação vivida todos os dias pelos habitantes que residem junto do IC19 que liga Sintra a Lisboa e vice-versa, é exemplo de como sector dos transportes públicos está mal organizado. A ausência de parques de estacionamento junto às estações de caminho de ferro, a fraca qualidade do material circulante, a insegurança vivida dentro das carruagens, a ausência de meios de transportes rápidos e flexíveis na cidade de Lisboa, são tudo razões para que os cidadãos privilegiem o seu automóvel para se deslocarem, muitas das vezes sozinhos criando enormes complicações na fluidez do tráfego.



desta companhia poder entrar num processo de privatização. Segundo fontes governamentais, pretende-se encontrar um parceiro estratégico que poderá levar, numa situação extrema, o seu centro de decisão para fora do território nacional.

Feita que foi uma breve caracterização do sector, vejamos quais serão as formas de actuação para desenvolver esta área determinante para a sociedade.

Em primeiro lugar, temos que orientar todo o nosso sistema de transporte numa perspectiva de ligações às redes europeias e, em especial, com a nossa vizinha Espanha, já que partilhamos com ela um futuro europeu comum. Nesse sentido, somos de opinião de que se devem potenciar as ligações com os nossos vizinhos espanhóis, em virtude de grande parte do nosso comércio com a Europa ter que ser obrigatoriamente feito pelas suas infra-estruturas rodoviárias e ferroviárias.

No entanto, a nossa costa Atlântica e os portos que nela se situam, potenciam que grande parte dos produtos destinados a Espanha possam ser transaccionados nas nossas infra-estruturas portuárias, bastando para isso que aqueles melhorem a sua produtividade e que sejam construídas as acessibilidades terrestres ainda em falta.

Se entretanto analisarmos a Decisão N.º 1346/2001/CE do Parlamento Europeu e do Conselho de 22 de Maio de 2001⁵⁸, verificamos que os principais portos nacionais referidos são os de Leixões, Aveiro, Lisboa, Setúbal e Sines. Deve ainda existir uma ligação ferroviária de grande dimensão que una Portugal a Espanha, com início na região do centro de Portugal e prolongando-se por Madrid em direcção a Barcelona e posteriormente a Marselha, já em território francês. Outro factor a ter em linha de conta são as nossas exportações, efectuadas com países geograficamente implantados para lá dos Pirinéus e Espanha⁵⁹.

Tendo por base estes factores, as características dos nossos portos principais⁶⁰ e a situação geográfica dos principais centros financeiros e industriais espanhóis

⁵⁸ Em Anexo A – Extracto da Decisão N.º 1346/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 22 de Maio de 2001.

⁵⁹ Segundo a Direcção Geral das Relações Económicas Internacionais (DGREI) do Ministério da Economia nos primeiros cinco meses de 2003, a Espanha foi o nosso principal fornecedor com 28,1%, seguida da Alemanha com 14,5% e da França com 9,9%. Quanto às importações a Espanha foi o nosso principal destino com 21,7%, seguida da Alemanha com 16,1% e da França com 12,9%. (Fonte: <http://www.dgrei.pt>, 27 de Setembro 2003, 23h30)

⁶⁰ O Porto de Sines é considerado um excelente porto de águas profundas, onde podem atracar superpetroleiros e encontra-se numa fase de desenvolvimento para se tornar a breve prazo num dos maiores portos de movimentação de contentores da Europa; o Porto de Lisboa têm-se vindo a afirmar como um excelente porto de granéis alimentares; já o Porto de Setúbal especializou-se no sistema “Ro-Ro”, fruto das exportações da Autoeuropa situada em Palmela. O Porto de Aveiro, tradicional porto de pesca, tem nestes últimos anos encetado uma modernização no sentido de se tornar um pólo de desenvolvimento para a Região Centro. O Porto de



(Madrid e Barcelona), podemos afirmar que Portugal poderá perfilar-se como principal meio para as suas exportações, já que Madrid se encontra no centro do país e Barcelona no Mar Mediterrâneo.

Para que estas sinergias possam ser eficazes, é necessário que algumas opções políticas tenham que ser tomadas, nomeadamente o traçado do comboio de alta velocidade que privilegie o percurso com início junto à região de Lisboa-Sines, com capacidade para operar com comboios que transportem mercadorias e uma ligação do tipo auto-estrada que ligue Sines à A2⁶¹.

Somos ainda de opinião, que deveria ser construída uma plataforma logística no seguimento dos itinerários que partem de Lisboa e Setúbal em direcção à fronteira espanhola, o que iria permitir uma melhor articulação na distribuição das mercadorias de/para esse mercado.

Ainda dentro deste sector, outra direcção que poderia desenvolvida permitindo assim servir o Norte do País, seria a que, partindo do Porto de Aveiro, chegaria a Salamanca, permitindo chegar mais rapidamente aos mercados da Europa evitando a passagem por Madrid⁶², potenciando os Portos de Leixões e Aveiro. Para que isso seja possível será necessário transformar o actual IP5 numa rodovia do tipo auto-estrada⁶³ e melhorar significativamente o traçado de linha ferroviária da Beira-Alta.

Outras medidas que a nível nacional devem ser implementadas são: efectuar uma intervenção de fundo no IP3, de forma a melhorar as suas condições de circulação entre Viseu e Coimbra; proceder a uma intervenção de fundo no IP4, nomeadamente melhorar as condições de circulação entre Amarante e Vila Real e concretizar a sua ligação à rede principal espanhola a partir de Bragança, criando assim alternativas à circulação de e para Espanha.

Para a deslocação de passageiros para Além dos Pirinéus, o futuro pertence ao transporte aéreo, já que a distancia a percorrer, aliada ao factor tempo, vai de certa maneira condicionar a escolha do meio a utilizar. Uma questão que poderá ser colocada, será a de concentrar todos os passageiros no mesmo aeroporto, procedendo-se em seguida à sua distribuição pelos restantes aeroportos nacionais.

Leixões é o maior porto do Norte de Portugal, tem excelentes condições de navegabilidade, já que permite o tráfego marítimo com todo o tempo.

⁶¹ Prolongamento do IP8 até Santiago do Cacém, e daí até ao nó de saída para Ferreira do Alentejo e Beja, na A2; ou a transformação do IC33 em auto-estrada, itinerário que liga o nó de Grândola na A2 a Santiago do Cacém, onde por sua vez se junta ao IP8.

⁶² Este itinerário, é o mais utilizado por automobilistas no seu deslocamento de e para a Europa do Norte, nomeadamente os cidadãos nacionais que trabalham nesses países.



Ou em alternativa, criar condições para que cada aeroporto se especialize em determinados mercados como forma de rentabilizar as suas instalações aeroportuárias, ficando o aeroporto de Lisboa como a principal entrada de passageiros, o aeroporto do Porto como principal infra-estrutura do Norte peninsular e aeroporto de Faro como principal aerogare dos voos para turistas, criando capacidades para estender a sua influência à região da Andaluzia.

Estamos certos de que esta última situação é a ideal, até porque Lisboa continuará a absorver grande parte dos passageiros⁶⁴ e, por conseguinte, continuará a ser o aeroporto de referência. Quanto aos aeroportos do Porto e de Faro poderão alargar a sua influência às regiões espanholas raianas, com as quais têm vindo a estreitar relações políticas e económicas.

Quanto a outras linhas de acção, podemos referir que é fundamental criar infra-estruturas multimodais nas áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto, bem como junto das principais cidades, como forma de rentabilizar os meios de transporte existentes. Concretização da implantação do Metro do Porto e do Sul do Tejo, bem como o desenvolvimento de outras estruturas semelhantes, em locais do país onde isso seja rentável, o caso do Metro do Mondego e de Mirandela, são disso um bom exemplo.

Quanto aos outros meios de transporte, consideramos que devem ser tomadas medidas para desenvolver as companhias de navegação nacionais, de forma a criar condições para que estes tenham capacidade de expandir a sua actividade nomeadamente com os países de língua portuguesa. No que diz respeito ao sector aéreo, consideramos que a privatização da companhia nacional é um facto. Urge, no entanto, acautelar que as principais rotas se mantenham, nomeadamente com os países onde se encontram comunidades portuguesas e com os Países de Língua Portuguesa.

Outro aspecto a considerar é a construção do futuro aeroporto de Lisboa, o qual necessita urgentemente que a sua data da construção seja definida com clareza,

⁶³ Velha aspiração das “gentes” locais.

⁶⁴ Em 2001 foram embarcados em Lisboa o seguinte número de passageiros: 4618078; e desembarcados o seguinte número: 4593876. No Porto foram embarcados o seguinte número de passageiros: 1327068; e desembarcados o seguinte numero: 1355514. Por aqui podemos aferir que o tráfego de passageiro no aeroporto de Lisboa é praticamente o dobro do Porto.

(Fonte. http://www.ine.pt/prodserv/quadros/mostra_quadro.asp, 28 de Setembro 2003, 16h30)



sob pena do aeroporto da Portela não conseguir satisfazer as necessidades em termos de tráfego num futuro próximo⁶⁵.

Como pequena síntese, gostaríamos de referir que urge criar centros multimodais nas principais cidades do país, integrando fundamentalmente o transporte rodoviário e o ferroviário. É igualmente indispensável concluir o Plano Rodoviário Nacional⁶⁶ numa perspectiva de ligações transeuropeias, reforçando a cooperação com Espanha neste domínio. Finalmente criar condições para que as companhias de navegação e aéreas efectuem o seu desenvolvimento, criando condições para que os seus centros de decisão continuem em mãos portuguesas.

IV.3.4. Sector Energético

Desde sempre Portugal foi dependente neste sector. Apesar de ser um país sem reservas petrolíferas, cedo compreendeu que neste sector era totalmente vulnerável. Com um sector energético assente no consumo de produtos derivados do petróleo, qualquer perturbação no mercado internacional, nomeadamente nos nossos principais fornecedores, poderá por em causa a nossa liberdade de acção.

Em termos nacionais, a transformação dos produtos derivados do petróleo, encontra-se a cargo da Galp Energia, com uma capacidade de destilação, em termos globais de 15,2 milhões de toneladas/ano, garantindo entre 80% a 90% dos produtos petrolíferos consumidos no país⁶⁷. Em termos de armazenagem, e a título de exemplo, a refinaria de Sines tem uma capacidade de 1.500.000m³ de petróleo em bruto e 1.600.000 m³ de produtos intermédios e acabados⁶⁸.

Em termos da origem dos produtos petrolíferos⁶⁹, verifica-se que a maior percentagem vem de outras proveniências⁷⁰, seguida do continente africano⁷¹.

⁶⁵ Segundo o Professor José Hermano Saraiva a indústria do futuro é o turismo, logo tem que se apostar na construção de infra-estruturas que permitam apostar nesta faixa de mercado.

⁶⁶ Em Anexo B – Extracto do Plano Rodoviário Nacional.

⁶⁷ Fonte: <http://www.galpennergia.com>, 10 de Outubro 2003, 22h00

⁶⁸ Idem.

⁶⁹ Em termos de exploração de produtos petrolíferos a Galp Energia encontra-se representada através da empresa Galp Exploração e Produção Petrolífera, Lda, a qual tem como principal estratégia investir na pesquisa e Produção de Petróleo em áreas com boas perspectivas petrolíferas, em associação com empresas de reconhecida idoneidade e capacidade técnica e financeira, adquirindo participações em campos já em produção ou em fase de desenvolvimento. Esta empresa encontra-se envolvida em 9 projectos de exploração e produção petrolífera. Sendo 5 em Angola através de contratos de partilha de produção estabelecidos entre os diversos consórcios e empresa estatal Sonangol. Os outros são com o Brasil através da sua filial local a Petrogal Brasil a qual detém interesses em 4 projectos de prospecção e pesquisa na Bacia de Santos, todos operados pela companhia estatal brasileira Petrobrás. (Fonte: <http://www.galpennergia.com>, 10 de Outubro 2003, 22h30)



Portugal tem mercados diversificados no que respeita à proveniência das reservas petrolíferas, o que o torna menos dependente de alguns países.

Por aqui podemos concluir que este sector se encontra consolidado, já que a empresa líder se encontra em plena expansão quer no mercado nacional, quer no mercado espanhol, onde a expansão é realmente significativa. Como afirma o Presidente da Comissão Executiva da Galp Energia SGPS, SA⁷² *“A Missão de “Criar valor para o Accionista, satisfazer o Cliente e contribuir para o bem estar da Sociedade, com uma Equipa que aposta na conquista de uma posição de liderança no mercado ibérico de energia”, traduz a nossa ambição”*.

Em suma, esta é uma das empresas referência em Portugal, na qual o Estado detém uma participação no seu capital social com algum significado⁷³. Por essa razão, continuará a produzir riqueza para o nosso país, não se prevendo que o seu centro de decisão seja transferido para fora do território nacional.

Dentro deste sector encontramos a energia eléctrica, a qual é produzida sob as mais diversas proveniências, como a seja a de origem hidráulica, térmica ou eólica. No caso português a sua produção encontra-se concentrada na empresa Rede Eléctrica Nacional (REN), que tem como principal actividade a gestão técnica do Sistema Eléctrico Nacional e gestão global do Sistema Eléctrico do Serviço Público, bem como o transporte de energia eléctrica e o planeamento, construção, exploração e manutenção da Rede Nacional de Transporte. Tem ainda como missão a responsabilidade de garantir o fornecimento ininterrupto de electricidade, a custos mínimos, mantendo o equilíbrio entre a produção e a procura. Esta empresa tem como objectivo último a sua contribuição para o desenvolvimento do país e o bem-estar das populações⁷⁴.

O Sistema Eléctrico Nacional encontra-se assente num Sistema Eléctrico de Serviço Público e Sistema Eléctrico Independente⁷⁵.

⁷⁰ América do Sul, Comunidade dos Estados Independentes, Mar do Norte e Mediterrâneo. (Fonte. Relatório de Gestão e Contas Consolidadas 2002 da Galp Energia, 25)

⁷¹ Os valores das importações com dados de 2002 são os seguintes: de outras proveniências 5.900 (10³ tonelada), do continente africano 3.200 (10³ tonelada), do Golfo Pérsico 3.100 (10³ tonelada). (Fonte. Relatório de Gestão e Contas Consolidadas 2002 da Galp Energia, 25)

⁷² Mexia, Dr. António (2003), “Mensagem do Presidente da Comissão Executiva”,
Fonte: <http://www.galpennergia.com>, 10 de Outubro 2003, 00h30.

⁷³ O capital social da Galp Energia encontra-se assim distribuído: Estado Português – 34,81%, ENI – 33,34%, EDP – 14,27%, CGD – 13,50%, Iberdrola – 4,00 %, Portgás – 0,04%, Setgás – 0,04%.
(Fonte: <http://www.galpennergia.com>, 10 de Outubro 2003, 00h00)

⁷⁴ Fonte: <http://www.ren.pt>, 10 de Outubro 2003, 16h30

⁷⁵ O Serviço Eléctrico Público compreende a Rede Nacional de Transporte, explorada em regime de concessão de serviço público pela REN, o conjunto de instalações de produção (Produtores Vinculados) e redes de



Todo este sistema é alimentado por centrais térmicas e centrais hidroeléctricas bem como pela produção de energias alternativas que no seu conjunto produziram cerca de 40 677 GWh⁷⁶ durante o ano de 2002⁷⁷. Para alimentar estas centrais térmicas foram gastos em termos globais e a título de exemplo, 5.401 (10³ toneladas) de carvão nas centrais térmicas de Sines e do Pego em Abrantes⁷⁸.

Com estes dados, podemos observar que Portugal é dependente das importações de combustíveis fósseis para produzir este tipo de energia. Ora se algo de anómalo se verificar nos mercados de origem desses produtos, a produção deste tipo de energia pode ficar em risco. Segundo os dados recolhidos junto da REN, a quantidade de energia produzida é directamente proporcional ao consumo diário⁷⁹.

Ainda dentro deste sector, temos o caso do gás natural, também importado do exterior, nomeadamente da Argélia⁸⁰, através de um gasoduto que atravessa o norte de Africa até Tanger, passando o Estreito de Gibraltar e entrando na Península Ibérica por Tarifa. A sua entrada em território nacional é feita em Campo Maior dando-se início à rede de distribuição portuguesa, que se estende desde Setúbal até Valença do Minho, onde volta a entrar em território espanhol⁸¹. De introdução recente no nosso país, cedo se impôs termos nacionais como alternativa ao gás proveniente da transformação do petróleo bruto. O seu consumo atingiu, no ano de 2002 o número 3.005 Mm³ contra os 1.000 Mm³ do ano de 1998⁸². A distribuição por sectores de actividade em termos de emprego é de cerca de 44% para as centrais termoeléctricas produtoras de energia eléctrica; 39% para o sector industrial; e 17% para as diferentes distribuidoras a nível nacional⁸³.

Em termo de reservas nacionais, a Transgás⁸⁴ celebrou contratos com diversos fornecedores, permitindo assim diversificar a oferta em termos de mercado

distribuição (Distribuição Vinculada) explorado mediante um regime de licença vinculada ao Serviço Público. O Sistema Eléctrico Independente é composto pelo Sistema Eléctrico Não Vinculado e pelos produtores em regime especial (energias renováveis e cogeneradores) que fazem entregas às redes do Serviço Eléctrico Público ao abrigo de legislação específica. (Fonte: <http://www.ren.pt>, 10 de Outubro 2003, 16h45)

⁷⁶ Deste valor há a destacar que 34,6% foi produzida em centrais consumidoras de carvão natural; 18,7% em centrais consumidoras de gás natural; 17,7% em centrais consumidoras de fuel óleo e gasóleo; 23,2% em centrais hidroeléctricas; há a destacar que só 4% deste tipo de energia é importado, nomeadamente de Espanha. (Fonte: <http://www.ren.pt>, 10 de Outubro 2003, 21h30).

⁷⁷ Fonte: Relatório e Contas 2002, Rede Eléctrica Nacional, S.A., 101.

⁷⁸ Idem.

⁷⁹ Anexo C – Quantidade de Energia Produzida e Consumida em Portugal durante o ano de 2002.

⁸⁰ Jazidas de Hassi R'Mel (Fonte: <http://www.galpenenergia.com>, 10 de Outubro 2003, 23h00)

⁸¹ Anexo D – Mapa da Rede de Transporte de Gás Natural em Alta Pressão.

⁸² Fonte: Relatório e Contas de 2002, TRANSGÁS Sociedade Portuguesa Gás Natural, S.A., 5.

⁸³ As distribuidoras a nível nacional são: Duriensegás, Portogás, Luisitaniagás, Beiragás, Tagusgás, Lisboaágas, Setgás, Dianagás e Medigás. (Fonte: <http://www.galpenenergia.com>, 10 de Outubro 2003, 24h00)



abastecedor⁸⁵. Simultaneamente começou a ser construído em Sines um terminal de gás liquefeito que, na sua fase final de implementação, terá uma capacidade de armazenagem de 400.000m³⁸⁶. Encontram-se também em construção na região de Carriço, quatro cavidades subterrâneas que permitirão a armazenagem de 100 Mm³⁸⁷.

Podemos pois verificar, e no que diz respeito ao gás natural, que o mesmo começa a ganhar o seu espaço dentro do tecido energético nacional, com uma crescente procura interna, o que por si só justifica que o Estado continue a fazer investimentos nesse sector, para que ele se torne mais um elemento a acrescentar ao potencial que o país detém.

Como forma de reorganizar o mercado interno da energia e aumentar a nossa capacidade em termos energéticos, o Governo, através da resolução do Conselho de Ministros n.º 14/2003 de 5 de Fevereiro de 2003, decidiu reestruturar este sector. Esta reestruturação teve como ponto de partida um trabalho realizado no âmbito dos Ministérios das Finanças e Economia⁸⁸.

Analisando esse documento, verificamos que a política energética para o futuro passa por três pilares fundamentais: garantir a segurança do abastecimento nacional; fomentar o desenvolvimento sustentável; e promover a competitividade nacional.

Como forma de garantir a segurança do abastecimento, são preconizados vários objectivos, os quais irão permitir reduzir a dependência nacional do exterior. Os objectivos a concretizar são os seguintes: reduzir a dependência externa de energia primária através dos aproveitamentos hidroeléctricos e incentivando as energias renováveis; diversificar as fontes externas por países e por tipo de fontes⁸⁹; garantir

⁸⁴ Empresa nacional de serviço público transportadora do gás natural, pertencente ao Grupo Galp Energia.

⁸⁵ Foram celebrados contratos com a Nigéria LNG e a Shell Espana, no valor 3.000 Mm³/ano, o que vai permitir a longo prazo um fornecimento 5.750 Mm³/ano, este valor encontra-se associado o gás proveniente da Argélia.

⁸⁶ Esta capacidade de armazenagem permite um “stock” médio de 10 dias de consumo médio.

(Fonte: <http://www.transgasatlantico.pt/NG02.htm>, 11 de Outubro 2003, 01h00)

⁸⁷ Fonte: Relatório e Contas de 2002, TRANSGÁS Sociedade Portuguesa Gás Natural, S.A., 8.

⁸⁸ Este trabalho foi realizado pelo Sr. Eng João Talone (Presidente da Comissão Executiva da EDP), que no final apresentou um relatório que serviu de base as medidas que entretanto foram tomadas ao nível ministerial.

⁸⁹ Esta diversificação pode ser conseguida através da melhoria do abastecimento do gás natural com a concretização do terminal de gás liquefeito de Sines e da armazenagem subterrânea de gás natural. O reforço das ligações eléctricas com Espanha e através dela ao mercado europeu do além Pirinéus. Uma aposta nas energias renováveis através de um reforço do parque de centrais hidroeléctricas e eólicas.



reservas estratégicas de combustíveis⁹⁰, bem como uma capacidade adequada de produção de energia eléctrica.

Para fomentar o desenvolvimento sustentável será necessário criar mecanismos que permitam concretizar o protocolo de Quioto⁹¹ e ainda promover uma utilização mais racional da energia. Com vista à concretização do último objectivo, será necessário concretizar o Mercado Ibérico da Electricidade⁹²; estabelecer o Operador de Mercado Ibérico⁹³; criar uma harmonização das tarifas; a liberalização da oferta de electricidade no referido mercado; a possibilidade de todos os consumidores poderem escolher a seu fornecedor de electricidade e fomentar a liberalização da oferta de gás natural entre outros em Portugal, de forma a que as empresas portuguesas possam ter as mesmas condições que as suas congéneres europeias.

Como sector importante para a concretização do potencial estratégico nacional verificamos que o mesmo se encontra numa fase de afirmação. Sabendo que este sector pertence às forças concentráveis, podemos verificar que as medidas aprovadas para o seu desenvolvimento fortalecem a sua capacidade de intervenção junto dos parceiros internacionais e simultaneamente criam condições para que as reservas estratégicas nacionais sejam acauteladas, através de parques de armazenamento de combustíveis fósseis, e da diversificação dos mercados de origem desses mesmos produtos. Não convém esquecer, que neste sector, a sociedade portuguesa é totalmente dependente do exterior.

⁹⁰ As reservas nacionais são definidas como sendo as quantidades de produtos de petróleo que se encontram armazenadas em território nacional com o fim de serem introduzidas no consumo, quando expressamente determinado pelo governo, para fazer face a situações de perturbação no abastecimento. No caso nacional são: 90 dias para a gasolina de automóveis, gasolina de aviação, gasóleos e fuelóleo; 30 dias para os gases de petróleo liquefeito (GPL). (Fonte: Decreto Lei n.º 339-D/2001, Diário da República, I Série A, 299, (28 de Dezembro de 2001), 8512-(15) – 8512-(16)).

⁹¹ Este protocolo de 11 de Dezembro de 1997 estabelece que os países signatários do mesmo introduzam nas suas políticas um conjunto de recomendações que visem fundamentalmente o aumento da eficiência energética em sectores relevantes da economia nacional; a pesquisa, a promoção, o desenvolvimento e o aumento de formas novas e renováveis de energia; a introdução de medidas para limitar e/ou reduzir as emissões de gases de efeito de estufa; além de outras. (Fonte: http://www.diramb.gov.pt/data/basedoc/TXT_LI_22177_10001.htm#b0063, 11 de Outubro 2003, 11h40)

⁹² Este mercado encontra-se neste momento, à data da elaboração deste trabalho, em concretização numa perspectiva de liberalização da oferta de electricidade ao nível da Península Ibérica, com benefícios para os consumidores dos dois países em termos de melhoria de qualidade de serviço, preços mais competitivos e garantia de abastecimento. Este mercado pressupõe a articulação no sentido da convergência do gás e da electricidade, já que pretende-se que grande parte da electricidade produzida em centrais térmicas passe a ter como combustível o gás natural.

⁹³ Este operador terá dois pólos, ficando um em Portugal com a responsabilidade dos mercados a prazo e financeiros, o outro em Espanha que ficará com a responsabilidade do mercado diário e intradiário.



IV.4. Centros de Decisão

Embora não se constituindo como sector estratégico, muito se tem falado sobre esta temática, a partir do momento que o Sr. Presidente da República lançou este assunto para debate na sociedade portuguesa. Desde logo, políticos, empresários e jornalistas começaram a defender que um dos principais objectivos da actividade económica e empresarial, deverá ser a manutenção em mãos portuguesas dos chamados centros de decisão nacional, pois se assim não for, poderão ocorrer consequências económicas negativas e poderá ser posta em causa a identidade nacional (Carrapatoso, 2003)⁹⁴.

Outros comentadores há que afirmam que esta problemática não é um assunto político, mas antes económico. Como afirma João César das Neves⁹⁵ *“O jogo económico é muito diferente do político. Uma empresa, qualquer que seja a sua nacionalidade do seu capital e trabalho, só sobrevive se satisfizer os seus clientes. Quando uma companhia, por motivos «patrióticos» ou outros, falta a esse dever, o seu poder esvai-se e abre perspectivas à concorrência. (...) São os campos cultural, institucional, político e militar que marcam identidades e afirmam independências. À economia pede-se que funcione bem, à política que defina o rumo”*. Ou seja, para este economista, a localização dos centros de decisão não é importante, mas sim que, as empresas por eles tuteladas tenham um bom desempenho e que criem riqueza, competindo ao poder político definir objectivos e efectuar uma boa governação.

Como diz Ludgero Marques⁹⁶ *“É necessário que o governo perceba para os portugueses não fiquem apenas com os restos que os outros estrangeiros não querem”*. Ou seja, caberá ao Governo, mas também à sociedade, nomeadamente aos empresários, tomar as iniciativas necessárias para que tal facto não aconteça. Pede-se pois ao Governo que crie condições para que mantenha sob a sua tutela as empresas que são referência para o sector⁹⁷ e aos empresários que sejam competentes com elevador poder empreendedor, de forma a que as suas empresas

⁹⁴ Carrapatoso, António (2003), “Objectivo ou consequência”, Expresso, 08 de Março.

⁹⁵ Neves, João César das (2003), “Centros de Decisão”, Diário de Notícias, 04 de Agosto.

⁹⁶ Marques, Ludgero (2002), Canal de Negócios, 30 de Outubro. (Fonte: <http://negocios.oninet.pt>, 08 de Outubro 2003, 16h00)

⁹⁷ Casos da EDP, Galp, Portugal Telecom, REN, além de outras.



consigam encontrar o seu espaço num mercado global, onde a concorrência é a palavra de ordem.

Neste contexto, somos de opinião de que mudar ou não os centros de decisão para fora do território nacional é uma questão que irá manter-se na opinião pública. No entanto, consideramos que o problema se coloca essencialmente ao nível das empresas determinantes para o país. Para as restantes, as leis do mercado devem funcionar livremente num clima de sã concorrência.

Como pequena sinopse, podemos afirmar que a deslocação dos centros de decisão em alguns sectores de actividade é incontornável, já que, a aquisição das mesmas por parceiros estrangeiros mais poderosos é uma realidade. No entanto, os empresários e o Governo, devem manter uma política activa de preservação daquelas empresas que são tidas como referência da identidade nacional.



CONCLUSÕES

Tendo como referência as hipóteses orientadoras levantadas no início do nosso estudo chegamos às seguintes conclusões:

- A Defesa Nacional é um direito e um dever de todos os portugueses, competindo às Forças Armadas a defesa militar da República;
- Ao Estado compete criar condições de forma a que o país se desenvolva de modo harmonioso, criando condições para a segurança e bem-estar dos cidadãos;
- A Defesa Nacional é a actividade desenvolvida pelo Estado e pelos cidadãos, de forma a garantir a independência nacional, a integridade do território, a segurança e liberdade das populações contra qualquer ameaça ou agressão externa. É constituída por uma componente militar e outra não militar;
- O Primeiro-Ministro é o principal coordenador da Política de Defesa Nacional. É ele quem define as principais linhas de acção para a sua consecução, através do programa do Governo no início da legislatura e das Grandes Opções do Plano apresentadas anualmente na Assembleia da República;
- Compete ainda a cada responsável pelos diversos sectores de actividade governativa, definir as políticas conducentes à concretização dos objectivos da Política de Defesa Nacional;
- A Nação portuguesa enfrenta um conjunto de ameaças que podem ser identificadas como o terrorismo transnacional, a proliferação de Armas de Destruição Maciça e a ocorrência de acidentes Nucleares Biológicos Químicos e Radiológicos, redes de tráfico de pessoas e bens, crime organizado, tráfico de armamento e narcotráfico, a desigualdade entre as populações, um mau serviço por parte da justiça e a não integração dos emigrantes na sociedade;
- As potencialidades que Portugal apresenta são: a enorme extensão da ZEE; a posição geográfica assente no “poder funcional” que é conferido pela situação geográfica do conjunto nacional; a coesão nacional; a nossa inserção no espaço europeu; um estado unitário sem problemas fronteiriços; subsolo rico em minérios; a existência de grandes comunidades de emigrantes espalhadas



- pelo mundo; a facilidade de comunicações marítimas e aéreas entre as parcelas do território nacional; entre outras;
- As vulnerabilidades apresentadas por Portugal são: a total dependência do exterior ao nível do sector energético; a necessidade das trocas comerciais com os nossos principais parceiros europeus terem de ser processadas através de Espanha; o contínuo envelhecimento e desertificação do interior do país; a impossibilidade de intervir na política económica com a adesão ao Euro; fraca capacidade militar comparativamente a parceiros de igual dimensão; entre outras;
 - Da análise do CEDN, verificamos que as ameaças que Portugal pode enfrentar encontram-se inventariadas. No entanto, os riscos que podemos assumir não são alvo de qualquer referência, ficando-se com a sensação de que temos capacidade para enfrentar qualquer tipo de ameaça, qualquer que seja;
 - Outro factor a ter em linha de conta da análise do referido documento, é a não explicitação das linhas de acção estratégica para as diversas componentes não militares da Defesa Nacional, e ainda, a não referência às potencialidades e vulnerabilidades que o país apresenta;
 - As componentes não militares da Defesa Nacional são: ciência e tecnologia; educação e cultura; ordenamento do território e ambiente; economia e finanças; indústria e energia; transportes e comunicações e sistema de informações da República;
 - Os sectores estratégicos nacionais são: o sector alimentar, o sector da educação e cultura, o sector da política externa, o sector das telecomunicações, o sector dos transportes, o sector energético e o sector de Informações da República;
 - O sector alimentar encontra-se desprotegido já que importamos grande parte daquilo que consumimos, o que representa uma vulnerabilidade pois a breve prazo, se não forem tomadas as medidas necessárias, podemos ficar dependentes de decisões que outros possam tomar;
 - No que diz respeito ao sector da política externa, este pode ser considerado uma potencialidade, se Portugal tiver uma política activa junto das organizações de que faz parte, aproveitando ainda as sinergias das



comunidades portuguesas espalhadas pelo mundo, como veículo de projecção da língua e cultura portuguesa;

- Em relação ao sector dos transportes, será necessário criar centros multimodais nas principais cidades do país, integrando o transporte rodoviário com o ferroviário; concluir o Plano Rodoviário Nacional numa perspectiva de ligações transeuropeias; concretizar a construção da rede ferroviária de alta velocidade com valência de transporte de mercadorias e por último definir a data de início da construção do novo aeroporto de Lisboa, como forma de elevar o potencial estratégico nacional;
- O sector energético, no qual somos totalmente dependentes do exterior, necessitará da criação de reservas estratégicas para os diversos combustíveis; de formas de energia alternativas; do estabelecimento do Mercado Ibérico de Electricidade; da diversificação dos mercados de origem dos produtos petrolíferos;
- No que diz respeito aos centros de decisão, somos de opinião de que a deslocação dos mesmos é incontornável, já que a aquisição de empresas por parte de investidores estrangeiros mais poderosos é uma realidade. No entanto, caberá ao Estado e aos investidores nacionais a sua manutenção em território nacional dos pertencentes a empresas de referência.

Em forma de síntese salientamos que os sectores estratégicos nacionais participam na consecução da Política de Defesa Nacional, em virtude do seu desenvolvimento permitir ao país criar capacidades, tendo em vista debelar as suas vulnerabilidade, as quais, conjuntamente com as potencialidades, irão anular as ameaças, ou no mínimo, atenuar os seus efeitos. Estamos convictos de que esta tarefa não é de fácil concretização, atendendo a que o nosso atraso em alguns sectores é ainda significativo. Urge, pois, que os portugueses acreditem nas suas próprias capacidades, inteligência e auto-estima, cabendo ao Governo conduzir políticas que reforcem o seu desenvolvimento.



BIBLIOGRAFIA

LIVROS

- ALMEIDA, F. Valente de (1990), *Do poder do Pequeno Estado*, Instituto de Relações Internacionais, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Lisboa;
- ALVES, José Lopes (1999), *Estratégia – Panorama Geral da Sua Teoria*, 1ª Edição, Nova Enciclopédia, Publicações Dom Quixote, Lisboa;
- AMARAL, Diogo Freitas (1985), *Política Externa e Política de Defesa (Discursos e outros textos)*, Cognito, Lisboa;
- BARRENTO, COR CAV António Eduardo Queiroz Martins (1991), *Reflexões sobre Temas Militares*, Instituto de Altos Estudos Militares, Lisboa;
- CABRAL, Francisco Sarsfield, MATEUS, Abel, TAVARES, Luís Valadares (2003), *Reformar Portugal 17 Estratégias de Mudança*, 4ª edição, Oficina do Livro-Sociedade Editorial Lda, Lisboa;
- CARDOSO, Pedro (1980), *As Informações em Portugal*, Nação e Defesa, Instituto de Defesa Nacional, Lisboa;
- CARVALHO, Virgílio (1995), *A Importância do Mar para Portugal*, Coleção Defesa Nacional - II Série, Instituto de Defesa Nacional, Lisboa
- *Comprendre la Defense* (1999), Institut des Hautes Études de Defense Nationale, Editions Economica, Paris;
- *Conjuntura Internacional 1996* (1996), Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Lisboa;
- CORREIA, Pedro de Pezarat (2002), *Manual de Geopolítica e Geoestratégia – Conceitos, Teorias e Doutrinas*, Volume I, Coleção Andaimos do Mundo n.º 3, Quarteto Editora, Coimbra;
- COUTO, COR ART Abel Cabral (1988a), *Elementos de Estratégia – Apontamentos para um Curso*; Volume 1, Instituto de Altos Estudos Militares, Lisboa;
- COUTO, COR ART Abel Cabral (1988b), *Elementos de Estratégia – Apontamentos para um Curso*, Volume 2, Instituto de Altos Estudos Militares, Lisboa;
- DIAS, Jorge (1986), *O essencial sobre Os Elementos Fundamentais da Cultura Portuguesa*, 2ª Edição, Imprensa Nacional Casa da Moeda, Lisboa;



- *Estratégia* (1999), Volume XI, Instituto Português da Conjuntura Estratégica, Amadora;
- JOHNSON II, Douglas V. (1994), *The Impact Of the Media on National Security Policy Decision Making*, Strategic Studies Institute, U.S. Army War College, Carlisle Barracks, Pennsylvania;
- LOURENÇO, Eduardo (2001), *A Europa Desencantada – Por uma mitologia europeia*, 1ª Edição, Gradiva, Lisboa;
- MACHADO, Fernando (2002), *Visto da Católica – A Economia em Exame (1998-2000)*, Principia – Publicações Universitárias e Científicas, Cascais;
- MARCHUETA, Maria Regina (2003), *Reflexões sobre o Terrorismo Internacional*, 1ª Edição, Edições Duarte Reis, Lisboa;
- MATHIEU, Jean-Luc (2003), *LA Defense Nationale*, 2ª Edição, Presses Universitaires de France, Paris;
- MATTOSO, José (2001), *A Identidade Nacional*, 2ª Edição, Gradiva, Lisboa;
- PINTO, Paulo Teixeira (2001), *Um Dever Chamado Futuro – Para a definição de um conceito estratégico português*, Oficina do Livro – Sociedade Editorial Lda, Lisboa;
- RASCÃO, José (2001), *Sistemas de Informação para as Organizações – a informação chave para a tomada de decisão*, 1ª Edição, Edições Sílabo, Lisboa;
- RIBEIRO, José Manuel Félix (2002), *Portugal 2015 – Internacionalização da Economia uma Reflexão Prospectiva*, Departamento de Prospectiva e Planeamento, Ministério das Finanças, Lisboa;
- RODRIGUES, Alexandre Reis (2002), *Nos meandros da política de defesa*, Editorial Notícias, Lisboa;
- ROGEIRO, Nuno (2002), *Guerra Em Paz – A Defesa Nacional na Nova Desordem Mundial*, Hugin, Lisboa;
- SANTOS, Boaventura de Sousa (2001), *Entre o ser e estar: raízes, percursos e discursos da identidade*, A Sociedade Portuguesa Perante os Desafios da Globalização/8, Edições Afrontamento, Porto;
- SANTOS, GEN José Alberto Loureiro dos (1991), *Como Defender Portugal – Opções Estratégicas*, Instituto de Altos Estudos Militares, Lisboa;
- SANTOS, GEN José Alberto Loureiro dos (2000), *Reflexões sobre Estratégia – Temas de Segurança e Defesa*, 2ª Edição, Publicações Europa-América, Mem Martins;



- SANTOS, GEN José Alberto Loureiro dos (2003), *A Idade Imperial, a Nova Era, Reflexões sobre Estratégia III*; 2ª Edição, Publicações Europa-América, Mem Martins;
- VIEGAS, COR INF José Manuel da Silva (1988), *Lei de Defesa Nacional e das Forças Armadas (Anotada)*, Instituto de Altos Estudos Militares, Lisboa;
- VITORINO, António (1998), *Opções de Política de Defesa Nacional*, Ministério da Defesa nacional, Lisboa.

PUBLICAÇÕES OFICIAIS

- *A Economia Portuguesa – Produtividade e Competitividade* (2002), Direcção-Geral de Estudos e Previsão, Ministério das Finanças, Lisboa, Novembro;
- *A Economia Portuguesa – Uma Visão Estratégica para Vencer o Século XXI* (1998), Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional, Ministério do Equipamento, do Planeamento e da administração do Território, Lisboa, Dezembro;
- *Anuário 1996/97*, Volume I, Secção de Ensino de Administração, Instituto de Altos Estudos Militares;
- *Anuário 2002* (2002), Secretaria Geral, Ministério da Economia, Lisboa
- *Anuário do CND94*, Volume V, Curso de Defesa Nacional 1994, Instituto de Defesa Nacional, Lisboa;
- *Avaliação das Vulnerabilidades Internas do Sector Agro-Alimentar* (2001), Comissão de Planeamento da Agricultura, Pescas e Alimentação de Emergência, Lisboa;
- *Constituição Federal 1988* (1988), Secretaria Geral da Mesa, Senado Federal, Brasília, Brasil;
- *Constitución Española* (1978), Congreso de los Diputados y del Senado, Madrid;
- *Directiva Ministerial de Defesa Militar 2002* (2002), Ministério da Defesa Nacional, Lisboa;
- *Grandes Opções do Plano 2003* (2003), Departamento de Prospectiva e Planeamento, Ministério das Finanças, Lisboa;
- *Libro Blanco de la Defensa 2000* (2000), Secretaría General Técnica, Ministerio de Defensa, Madrid;



- *Livro Branco da Defesa Nacional* (2001), Ministério da Defesa Nacional, Lisboa;
- *ME 50-45-00*, Organização Militar, Instituto de Altos Estudos Militares, Lisboa, Março 2000;
- *Nato Handbook* (2001), Nato Office of Information and Press, Brussels – Belgium;
- *Plano de Desenvolvimento Regional 2000-2006* (1999), Ministério do Planeamento, Lisboa;
- *Portugal – Uma visão estratégica para vencer o Século XXI, Plano Nacional de Desenvolvimento Económico e Social 2000-2006* (1998), Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional, Ministério do Equipamento, do Planeamento e da Administração do Território, Lisboa;
- *Quadro Comunitário de Apoio III*, Ministério do Planeamento, Lisboa;
- *Relatório de Gestão e Contas Consolidadas 2002* (2002), Galpenergia SGPS SA, Lisboa;
- *Relatório do Conselho de Administração 2001* (2001), Departamento de Estudos Económicos e Departamento de Contabilidade, Banco de Portugal, Lisboa;
- *Relatório e Contas 2002* (2002), Rede Eléctrica Nacional SA, Lisboa;
- *The Physical Protection of Critical Infrastructures and Key Assets* (2003), White House, Washington;
- *Vulnerabilidades do Sector Pesqueiro em Portugal* (2000), Direcção-Geral das Pescas e Aquicultura, Ministério da agricultura do Desenvolvimento Rural e das Pescas, Lisboa.

LEGISLAÇÃO

- *Decisão N.º 1346/2001/CE do Parlamento Europeu e Conselho de 22 Maio de 2001*, in “Jornal Oficial das Comunidades”, 6 de Julho de 2001, L185/1-L185/36;
- *Decreto Lei n.º 10/2001*, Diário da República, I Série B, 19, (23 de Janeiro de 2001), 338 – 342;
- *Decreto Lei n.º 339-D/2001*, Diário da República, I Série A, 299, (28 de Dezembro de 2001), 8512-(14) – 8512-(27);
- *Decreto N.º 3.564, de 17 Agosto de 2000*, Subchefia para os Assuntos Jurídicos, Presidência da República, Brasília, Brasil;



- *Emenda Constitucional N.º 6, de 15 de Agosto de 1995*, Subchefia para os Assuntos Jurídicos, Presidência da República, Brasília, Brasil;
- *Lei N.º 10.233, de 5 de Junho de 2001*, Subchefia para os Assuntos Jurídicos, Casa Civil, Presidência da República, Brasília, Brasil;
- *Lei n.º 8.630, de 25 de Fevereiro de 1993*, Subchefia para os Assuntos Jurídicos, Presidência da República, Brasília, Brasil;
- *Lei N.º 9.074, de 7 de Julho de 1995*, Subchefia para os Assuntos Jurídicos, Presidência da República, Brasília, Brasil;
- *Lei N.º 9.472, de 16 de Julho de 1997*, Subchefia para os Assuntos Jurídicos, Presidência da República, Brasília, Brasil;
- *Lei N.º 9.491, de 9 de Setembro de 1997*, Subchefia para os Assuntos Jurídicos, Presidência da República, Brasília, Brasil;
- *Lei N.º 9.648, de 27 de Maio de 1998*, Subchefia para os Assuntos Jurídicos, Presidência da República, Brasília, Brasil;
- *Lei N.º 9.883, de 7 de Dezembro de 1999*, Subchefia para os Assuntos Jurídicos, Casa Civil, Presidência da República, Brasília, Brasil;
- *Lei N.º 9.986, de 18 de Julho de 2000*, Subchefia para os Assuntos Jurídicos, Casa Civil, Presidência da República, Brasília, Brasil.

ARTIGOS DE JORNAIS E REVISTAS

- CARVALHO, COR INF Leonel; MARTINS, COR INF Monteiro; SILVÉRIO, COR INF Jorge (1997), “O País Que Somos. O Portugal Que Queremos Ser. Contributos Para Um Conceito Estratégico Nacional: No Quadro Global e Regional; No Quadro Multinacional e Bilateral”, in *Boletim do Instituto de Altos Estudos Militares*, N.º 43, Lisboa, 21 de Novembro de 1997, 53-61;
- CASTRO, João Augusto de Araújo (1999), “O Poder Nacional, Limitações de Ordem Interna e Externa”, in *Parcerias Estratégicas*, Número 6, Rio de Janeiro, Março de 1999, 216-240;
- FERNANDES; MGEN Mariz (2002), “Política de Defesa Nacional”, in *Boletim Informativo da Associação de Auditores dos Cursos de Defesa Nacional*, N.º 3/2002, Lisboa, Junho de 2002, 3;
- FREIRE, COR INF Idílio de Oliveira; COUTINHO, COR CAV Luís Manuel Pereira; AUGUSTO, COR INF Firmino Luís Ferreira (1997), “O País Que Somos: Caracterização Geopolítica de Portugal no Virar do Século”, in *Boletim do Instituto de Altos Estudos Militares*, N.º 42, Lisboa, 21 de Maio de 1997, 67-107;



- GARCIA, Maria da Glória (1995), “A Defesa Nacional como Dever e direito Fundamentais do Cidadão e do Estado”, in *Nação e Defesa*, Ano XXI, N.º 77, Instituto de Defesa Nacional, Lisboa, Janeiro-Março de 1996, 65-79;
- GOMES, Marta Mucznik (2002), “A evolução da política de Defesa Nacional e do seu conceito estratégico”, in *Combatente – Dos Combatentes, para os Combatentes*, Edição n.º 321, Lisboa, Setembro/Outubro de 2002, 14-19;
- LOPES, Doutor António Jorge de Figueiredo (1994), “Vectores Fundamentais da Política de Defesa Nacional”, in *Boletim do Instituto de Altos Estudos Militares*, N.º 33, Lisboa, 28 de Fevereiro de 1995, 25-35;
- LUNGREN, Ronaldo (2002), “Uma Estratégia de Segurança para o Brasil”, in *Revista Autor*, Ano II, Junho de 2002, 1-17;
- MOREIRA, Professor Doutor Adriano Alves (1998), “A perspectiva histórica da língua e de cultura. O final do milénio”, in *Seminário: Comunidade dos Países de Língua Portuguesa*, Edições Atena e Instituto de Altos Estudos Militares, Lisboa, Novembro de 1999, 21-29;
- PAES, Vice-Almirante José Manuel Castanho (2002), “Defesa Nacional: Uma perspectiva sobre a arquitectura e hierarquia dos conceitos”, in *Anais do Clube Naval*, Volume 132, Tomos 4 a 6, Lisboa, Abril a Junho de 2002, 309-324;
- SANTOS, Brig José Alberto Loureiro (1986), “A Questão do Plano Geral de Defesa Nacional”, in *Nação e Defesa*, Ano XI, N.º 40, Instituto de Defesa Nacional, Lisboa, Outubro-Dezembro de 1986, 13-24;
- SILVA, COR Tir António d'Oliveira Baptista e (1992), “Subsídios para a Organização do Estado para fazer face a Situações de Crise”, in *Nação e Defesa*, Ano XVII, N.º 63, Instituto de Defesa Nacional, Lisboa, Julho-Setembro de 1992, 29-57;
- VITORINO, António (1997), “A Política de Defesa Nacional”, in *Nação e Defesa*, Ano XXII, N.º 83, Instituto de Defesa Nacional, Lisboa, Julho-Setembro de 1997, 29-43.

TRABALHOS DE INVESTIGAÇÃO

- ALVES, COR Cipriano de Sousa Fernandes (1996), *Contributos para a definição de uma Doutrina Nacional de Defesa Terrestre, face às Características do Território Nacional e do Sistema de Forças – Tipos e Formas de Defesa. Novos Conceitos a adoptar*, TILD, CSCD 95/96, Instituto de Altos Estudos Militares, Lisboa;
- ANTUNES, COR INF João Nuno Jorge Vaz (2003), *As Ameaças Assimétricas e a Importância das Informações. Subsídios para a Reorganização das Informações Militares*, TILD, CSCD 02/03, Instituto de Altos Estudos Militares, Lisboa;



- CAMILO, COR INF Carlos Manuel Costa Lopes (1998), *O Apoio das Componentes não Militares de Defesa ao Sistema de Forças do Exército, em Estados de Excepção, Crise ou Guerra*, TILD, CSCD 97/98, Instituto de Altos Estudos Militares, Lisboa;
- CARRASCO, TCOR CAV; COIMBRA, MAJ ART; COSTA MAJ INF/PARA; FONSECA MAJ ENG; HENRIQUES TCOR INF (1994), *As Novas Dimensões do Conceito Estratégico de Defesa Nacional*, Curso de Estado-Maior 93/94, SEE, Instituto de Altos Estudos Militares, Lisboa;
- COELHO, COR Adelino Rodrigues (1984), *Política de Defesa Nacional perante as Crises: Estado de Emergência e Estado de Sítio*, TILD, CSCD 83/84, Instituto de Altos Estudos Militares, Lisboa;
- GOUVEIA, MAJ INF João Carlos Ferreira (2002), *A Participação do Exército Português nos Compromissos Internacionais – Uma Afirmação do Estado*, TILD, Curso de Estado-Maior 01/03, Instituto de Altos Estudos Militares, Lisboa;
- MONTEIRO, COR INF Pina; RODRIGUES COR TM Guerreiro; SILVA COR CAV Ferreira da; ANTUNES COR INF Vaz; MASCARENHAS, COR ENG Maia (2003), *A Orgânica do EMGFA face ao actual Ambiente Operacional*, TAG N.º 2, SEA, CSCD 02/03, Instituto de Altos Estudos Militares, Lisboa;
- RAMOS, Maj CAV Paulo (2001), *Estratégia e Cultura*, TILD, Curso de Estado-Maior 00/02, Instituto de Altos Estudos Militares, Lisboa;
- SOUSA, COR INF José Inácio (2001), *O Exército e os Novos Desafios para a Segurança e Defesa. O Emprego da Componente Operacional do Sistema de forças no Quadro Multinacional*, TILD, CSCD 00/01, Instituto de Altos Estudos Militares, Lisboa.

SÍTIOS NA INTERNET

- <http://negocios.oninet.pt>, 08 de Outubro 2003, 16h00;
- <http://semanal.expresso.pt/default.asp?edition=1611>, 23 de Setembro 2003, 00h10;
- <http://www.avebadajoz.org/modelos/sections/index.php?op=vilwarticle&artil=36>, 29 de Outubro 2003, 23h30;
- <http://www.centroatl.pt/edigest/edicoes/ed50man-c.html>, 12 de Março 2003, 12h50;
- <http://www.ces.es/inicio1.htm>, 07 de Setembro 2003, 10h30;
- <http://www.confagri.pt/PoliticaAgricola/Temas/SegurancaAlimentar/Documentos/doc8.htm>, 22 de Setembro 2003, 23h30;



- <http://www.congreso.es/>, 09 de Setembro 2003, 00h25;
- <http://www.csis.org/pubs/index.htm>, 01 de Abril 2003, 22h30;
- <http://www.darpa.mil/>, 01 de Abril 2003, 17h35;
- <http://www.defenselink.mil/>, 01 de Abril 2003, 17h30;
- <http://www.dgp.pt>, 28 de Fevereiro 2003, 01h30;
- <http://www.dgrei.pt/>, 27 de Setembro 2003, 23h30;
- http://www.diramb.gov.pt/data/basedoc/TXT_LI_22177_10001.htm#b0063, 11 de Outubro 2003, 11h40;
- <http://www.finance.army.mil>, 31 de Março 2003, 17h30;
- <http://www.galpenergia.com>, 10 de Outubro 2003, 00h00;
- <http://www.galpenergia.com>, 10 de Outubro 2003, 00h30;
- <http://www.galpenergia.com>, 10 de Outubro 2003, 22h00;
- <http://www.galpenergia.com>, 10 de Outubro 2003, 22h30;
- <http://www.galpenergia.com>, 10 de Outubro 2003, 23h00;
- <http://www.galpenergia.com>, 10 de Outubro 2003, 23h30;
- http://www.galpenergia.com/Galp+Energia/Portugues/academia+energia/papers/historico_noticias.htm, 18 de Setembro 2003, 09h30;
- <http://www.iea.org/stats/files/selstats/keyindic/country/portugal.htm>, 01 de Outubro 2003, 01h00;
- <http://www.iestradas.pt/prn2000/>, 26 de Setembro 2003, 23h10;
- <http://www.iestradas.pt/prn2000/interPRN/index.html>, 28 de Setembro 2003, 23h30;
- <http://www.ine.pt/prodserv/indicadores/ultindic.asp>, 15 de Setembro 2003, 22h30;
- http://www.ine.pt/prodserv/quadros/mostra_quadro.asp, 28 de Setembro 2003, 16h30;
- <http://www.la-moncloa.es/>, 07 de Setembro 2003, 09h55;
- <http://www.la-moncloa.es/>, 09 de Setembro 2003, 14h15;



- <http://www.la-moncloa.es/web/pdf/constitucion.pdf>, 07 de Setembro 2003, 10h00
- <http://www.mde.es/mde/docs/librob.htm>, 10 de Abril 2003, 19h40;
- http://www.mde.es/mde/docs/pdf/cap_3.pdf, 05 de Setembro 2003, 23h40;
- <http://www.mde.es/mde/intro.htm>, 05 de Setembro 2003, 23h30;
- <http://www.mde.es/mde/politica/pdf/red.pdf>, 05 de Setembro 2003, 24h00;
- <http://www.mde.es/mde/politica/poli4.htm>, 05 de Setembro 2003, 00h05;
- <http://www.mdn.gov.pt/>, 12 de Março 2003, 11h30;
- http://www.mdn.gov.pt/Defesa/Estrutura/Organigrama/org_CSDN.htm, 16 de Setembro 2003, 15h25;
- http://www.mdn.gov.pt/Defesa/Legislacao/Legislacao_Defesa_Nacional/resolucao_conselho_ministro_9_94.htm, 12 de Março 2003, 11h50;
- <http://www.mdn.gov.pt/Destaque/destaque.asp?n=389>, 15 de Setembro 2003, 16h00;
- http://www.min-agricultura.pt/servlet/page?_pageid=159,161&_dad=extcnt&_schema=PORTAL30, 22 de Setembro 2003, 23h00;
- <http://www.min-economia.pt/port/documentos/anuario2002.pdf>, 18 de Setembro 2003, 09h20;
- http://www.min-economia.pt/port/documentos/programas/com_sector_energ.pdf, 29 de Setembro 2003, 00h00;
- http://www.min-economia.pt/port/documentos/programas/sector_energetico_ultimo.pdf, 29 de Setembro 2003, 23h30;
- http://www.min-economia.pt/port/documentos/programas/sint_pol_energetica.pdf, 11 de Outubro 2003, 10h30;
- http://www.min-economia.pt/port/documentos/programas/sint_portugal2010.pdf, 18 de Setembro 2003, 09h10;
- <http://www.min-financas.pt>, 13 de Março 2003, 11h00;



- http://www.min-nestrangeiros.pt/politica/programa_gov/, 23 de Setembro 2003, 17h13;
- <http://www.negocios.pt>, 12 de Março 2003, 11h40;
- <http://negocios.oninet.pt>, 08 de Outubro 2003, 16h00;
- <http://www.ordemeconomistas.pt/colunadeopiniao/images/2002-09-23-oEstadoEaEconomiaNoSecXXI-nicolauSantos.doc>, 14 de Setembro 2003, 22h00;
- <http://www.pcp.pt/index2.html>, 11 de Junho 2003, 23h30;
- <http://www.portugal.gov.pt/pt/Sistema+Politico/Constituicao/default.htm>; 22 de Agosto, 10h30;
- <http://www.portugal.gov.pt/Documentos/20030403ReestruturaçãoSectorEnergético>, 29 de Setembro 2003, 21h30;
- <http://www.premier-ministre.gouv.fr/fr/p.cfm?ref=6979#>, 08 de Setembro 2003, 21h20;
- <http://www.qca.pt/po/poe/html/pg010.html>, 12 de Março 2003, 10h50;
- <http://www.ren.pt>, 10 de Outubro 2003, 16h30;
- <http://www.ren.pt>, 10 de Outubro 2003, 16h45;
- <http://www.ren.pt>, 10 de Outubro 2003, 21h30;
- <http://www.ren.pt>, 10 de Outubro 2003, 21h30;
- <http://www.ren.pt/sections/tecnica/ecsre/chart.asp>, 10 de Outubro 2003, 16h30;
- http://www.rtp.pt/web/empresa/rtp_i.shtm, 24 de Setembro 2003, 23h40;
- <http://www.senado.gov.br/bdtextual/const88/const88.htm>, 04 de Setembro 2003, 23h00;
- http://www.telecom.pt/InternetResource/PTSite/PT/Canais/SobreaPT/envolvimento_social/envolvimento_social.htm, 25 de Setembro 2003, 12h00;
- <http://www.transgasatlantico.pt/NG02.htm>, 11 de Outubro 2003, 01h00;



APÊNDICE 1

EXTRACTO DA ENTREVISTA AO MGEN PINTO RAMALHO¹

(...)

Quais são as que têm valor estratégico?

O sector dos abastecimentos de energia, o sector alimentar é sempre um sector estratégico. Um país que importe tudo aquilo que come, está em situação muito difícil, a ausência de reservas de guerra, ou já nem falo em termos de reservas de guerra, a ausência de reservas que permitam reagir a situações de anormalidade grave, de escassez momentânea de recursos, é uma forma clara de afectar a nossa capacidade de decisão, se realmente existirem reservas estratégicas do ponto de vista de uma lógica nacional. Ou pelo menos se não tivermos a totalidade, tenhamos parte ou a capacidade de decidir sobre elas.

A ZEE é sempre um bem, embora não seja um espaço de soberania, é um espaço de recursos que devem ser protegidos, mas que devem sobretudo ser transaccionados. Não devemos perder a noção de que realmente podemos tirar os recursos que pudermos, mas temos de ter a flexibilidade e a inteligência para que aquilo que não tivermos capacidade de explorar, pelo menos que se negoceie, numa perspectiva vantajosa do ponto de vista nacional (ex. pesca do atum).

Um país que tem recursos limitados, tem de os utilizar com grande eficácia. Quando põe em questão os recursos estratégicos, isso é tudo importante, não há nada que possa ser desperdiçado. Se calhar também é importante neste momento, o próprio turismo, sobretudo com a situação que se vive por aí fora, e que realmente se nós conseguirmos valorizar e transformar este País numa Área de Serviços nesse domínio em que realmente nos promova e nos dê uma possibilidade de crescimento, tem de se proteger. Mas é claro, isso depois tem a ver com a segurança e tudo o mais.

Nada deve ser desperdiçado num País como o nosso. Um dos princípios que se deve estimular é esta noção de que é preciso proteger aquilo que é importante ou potencialmente importante.

(...)

Quais são as áreas estratégicas que deveriam ser objecto da Defesa Económica?

Se temos alguma coisa que nos dá poder funcional e que nos torna importantes, do ponto de vista económico ou da posição, isso tem que necessariamente ser protegido. Se quisermos sobreviver temos de salvaguardar? Potenciar as nossas capacidades, minorar as nossas vulnerabilidades.

¹ Entrevista concedida a um grupo de trabalho, no âmbito da cadeira de Estratégia durante a frequência do CEM 02-04.



Se não tivermos nada a proteger então estamos muito mal. Existem áreas que deveriam ser intervencionadas pelo Estado:

- Energia
- Transportes
- Circulação
- Alimentação
- Companhia aérea de bandeira
- Companhia de navegação
- Companhias de seguros
- Bancos

Os Espanhóis são nossos parceiros, mas há vazios estratégicos. Os vazios ocupam-se. Se nós os abrimos alguém os vai ocupar, dentro do nosso Território Nacional ou nas organizações Internacionais às quais pertencemos, e aquele que está em melhor condições para o fazer são os Espanhóis.



APÊNDICE 2

MODELOS IMPLEMENTADOS NOUTROS PAÍSES

No âmbito deste trabalho, iremos descrever como países amigos de Portugal tratam as questões da Defesa Nacional. De entre os vários países com que Portugal tem relações de amizade e cooperação, escolhemos o Brasil e a Espanha.

O Brasil, por ser um dos nossos principais parceiros da CPLP e ainda porque é o espaço territorial onde mais povos falam a língua de Camões. A Espanha, porque é o único país que tem fronteiras terrestres com a pátria lusa e ainda por ser o nosso principal parceiro em termos de trocas comerciais.

1. BRASIL

No preâmbulo da Constituição Federal de 1988¹, ficou inscrito o seguinte *“instituir um Estado democrático destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, como a solução pacífica das controvérsias”*, por aqui se vê, que os legisladores brasileiros expressam, desde logo, a natureza do Estado Brasileiro.

Ao analisarmos a Constituição Federal², verificamos que no seu artigo primeiro são enunciados os fundamentos da República Federativa do Brasil, e que são os seguintes: *“a soberania; a cidadania; a dignidade da pessoa humana; os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa; o pluralismo político”*. Mais à frente destaca ainda, os objectivos fundamentais da República: *“construir uma sociedade livre, justa e solidária; garantir o desenvolvimento nacional; erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais; promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.”*

¹ Em Anexo E – Preâmbulo da Constituição Federal de 1988.

² Em Anexo F – Extractos da Constituição Federal de 1988.



Podemos então observar que estes são os fundamentos que norteiam a sociedade brasileira, no que diz respeito às políticas sociais, ao seu desenvolvimento, bem como à sua segurança.

Da análise efectuada ao seu Conceito Estratégico Nacional datado de Abril de 2003³, verificamos que o Brasil, devido às suas excelentes relações com os vizinhos e com o mundo, não enfrenta ameaças directas ao seu território, nem à sua população. Contudo, os maiores entraves ao seu desenvolvimento sócio-económico são as ameaças de natureza não militar, que decorrem fundamentalmente das próprias vulnerabilidades da sociedade brasileira. São identificadas ameaças externas do tipo: *“crimes transfronteiriços; pressões internacionais referentes à Amazónia; terrorismo internacional e os crimes cibernéticos”*. Como ameaças ou vulnerabilidades internas, são enunciadas as seguintes: *“violência urbana; pobreza e desigualdade social; dependência de capitais externos; educação; as infraestruturas; epidemias”*.

Como forma de combater estas debilidades, é definido um conjunto de linhas de acção estratégica aos mais diversos níveis, que passam pela área económica; social, ciência e tecnologia; infra-estruturas no que concerne à energia eléctrica e aos transportes terrestres e marítimos, a educação, o meio ambiente com a preservação da biodiversidade da floresta amazónica, a segurança pública e institucional.

Abordada que foi a problemática de como o Brasil olha para a sua inserção no mundo, e quais as suas principais ameaças e vulnerabilidades, vamos de seguida enumerar quais as sectores estratégicos, que o Estado Brasileiro considera para fazer cumprir a sua Defesa Nacional.

Esta tarefa não foi fácil, visto que estes sectores não se encontram descritos em nenhuma publicação quer de uso livre, quer classificada. O processo para a determinação dos mesmos baseou-se em contactos estabelecidos com o aluno do CEM⁴, originário do Brasil, e ainda de leituras de diversos documentos que entretanto foram consultados. Só assim foi possível fazer a sua contabilização.

Podemos então concluir que, para as autoridades políticas Brasileiras, os sectores que são considerados estratégicos para o país são: a energia eléctrica, os recursos hídricos; a energia nuclear; o sector petrolífero; a pesquisa e

³.Anexo G – Conceito Estratégico Nacional da República Federativa do Brasil.

⁴ Major de Cavalaria Jorge António Smicelato, aluno do CEM 02-04.



desenvolvimento tecnológico; o sector das telecomunicações; a região da Amazónia e a sua biodiversidade; o espaço aéreo; o sector dos transportes; os serviços de informação estratégicos.

Da análise feita, verificamos que estes sectores encontram-se referenciados no seu Conceito Estratégico Nacional, onde como já referimos são identificadas linhas de acção estratégica, com vista à definição de políticas para o seu desenvolvimento.

À ainda a acrescentar que o Estado Brasileiro desenvolveu o conjunto de mecanismos de regulação, para que a administração estatal desenvolva esses mesmos sectores e evitar que eles sejam controlados por centros de decisão estrangeiros. Essa regulação é feita através de agências reguladoras criadas para desenvolver o respectivo sector. Temos agências nas áreas das telecomunicações, dos recursos hídricos, da energia eléctrica, entre outras.

Como pequena síntese, podemos dizer que os sectores estratégicos contribuem para o desenvolvimento dos objectivos fundamentais do República Federativa, e que os mesmos se encontram protegidos por mecanismos de regulação, que os protegem de possíveis ameaças.

2. ESPANHA

A Defesa Nacional em Espanha, após a implantação do regime democrático, é regulada pela Lei 6/1980 de 1 de Julho⁵, na qual se estabelece, os critérios básicos da Defesa Nacional e da Organização Militar. Posteriormente foi reformulada parcialmente pela Lei 1/1984 de 5 Janeiro, sem, no entanto, sofrer grandes alterações.

Existem três grandes áreas que a dita lei consagra, e que são: o que se entende por Defesa Nacional, quais os órgãos e entidades do Estado que têm competências no domínio da Defesa Nacional e ainda o estabelecimento de quais os critérios básicos da organização militar.

Para o Estado Espanhol, a Defesa Nacional é entendida como sendo a integração e acção coordenada de todas as energias, forças morais e materiais de que a nação dispõe, contra qualquer forma de agressão, devendo para isso todos os espanhóis participarem. Tem ainda, como finalidade, garantir a unidade da nação espanhola devendo, para isso, o Estado, de acordo o Art.º 97 da sua Constituição,



garantir a integridade do território, a organização constitucional e a protecção da população.

A Política de Defesa, como parte integrante da Política Geral do país, determina os objectivos da Defesa Nacional e os recursos a ela associados, bem com a forma de obtê-los. Esta política é definida pelo Governo, apoiado pela Junta de Defesa Nacional, sendo as suas linhas gerais discutidas nas Cortes⁶. A sua direcção pertence ao Primeiro-Ministro, e por delegação de competências, ao Ministro da Defesa.

Esta política enforma naquilo que o Estado Espanhol definiu como sendo os seus interesses nacionais de segurança. Eles devem ser protegidos pela acção governativa do governo, tendo para isso que desenvolver todos os esforços para os protegê-los. Estes dividem-se em “*vitales y estratégicos*”⁷.

Os interesses vitais são aqueles que o Estado Espanhol, está disposto a proteger e defender contra qualquer ameaça ou risco, pois os mesmos podem afectar a sobrevivência da nação espanhola. Esses interesses são então: “o território peninsular e os extra-peninsulares com os seus acessos aéreos e marítimos, a população, a organização constitucional, a soberania e a independência”⁸.

Os interesses estratégicos são aqueles que dizem essencialmente respeito à segurança e à protecção dos interesses vitais. Podem ser classificados como sendo aqueles que derivam da posição geoestratégica espanhola, e nesse caso temos: o assegurar que as vias de comunicação entre as diversas partes do território espanhol, se mantenham livres; a manutenção da estabilidade em toda a bacia do mediterrâneo; a cooperação com os países do Norte de África. Temos ainda a destacar interesses ao nível da liberdade de trocas comerciais e das comunicações, nomeadamente, os realizadas na região euro-atlântica.

Ainda dentro deste conjunto de interesses há a destacar aqueles relacionados com a necessidade assegurar das matérias-primas essenciais para manter o bem-estar e prosperidade do povo espanhol. Espanha é extremamente dependente de produtos petrolíferos e de matérias-primas. (Libro Blanco de la Defensa, 2000)

⁵ Em Anexo H – Ley Orgánica 6/1980, de 1 de Júlio.

⁶ As Cortes são constituídas por duas câmaras. Uma alta ou Senado e uma baixa ou Congresso dos Deputados, é a esta ultima que nos estamos a referir. (Interpretação livre do Autor)

⁷ *Libro Blanco de la Defensa 2000*, Ministério da Defensa, Madrid, 68.

⁸ Idem, 69 (Tradução livre do Autor).



Definidos que foram os interesses vitais e estratégicos, vejamos agora quais os objectivos e linhas de actuação da Política de Defesa. O planeamento dessa política, encontra-se delimitado a três grandes objectivos, que enformam essa mesma política. Os objectivos são⁹:

- Consolidar a presença de Espanha nas organizações internacionais de segurança e defesa, casos da NATO e da OSCE, assumindo plenamente as suas responsabilidades e os respectivos compromissos, como resultado da sua participação;
- Melhorar a eficácia das Forças Armadas espanholas, com o propósito de que estejam plenamente aptas a levar a cabo as missões que constitucionalmente lhe estão cometidas; contribuir, dentro das possibilidades nacionais, para na segurança e defesa colectiva com os países aliados, e colaborar na manutenção da paz e estabilidade internacional particularmente em torno do nosso espaço geográfico e cultural;
- Conseguir que a sociedade espanhola compreenda, apoie e participe com maior intensidade na tarefa de manter um dispositivo de defesa adaptado às suas necessidades, responsabilidades e interesses estratégicos espanhóis.

Para que estes interesses e objectivos sejam cumpridos, a Defesa Nacional de Espanha encontra-se articulada da seguinte forma¹⁰.

O Rei, como autoridade máxima em termos constitucionais, exerce o comando supremo da Forças Armadas e a defesa da constituição. Esta situação é em tudo semelhante à realidade portuguesa, ou seja os poderes de um chefe de estado num regime semi-presidencialista.

As Cortes aprovam as leis referentes às matérias de defesa, como sejam os seus orçamentos, e exercem o controlo do governo e da administração militar. A elas compete declarar a guerra e fazer a paz, aprovar os estados de alerta, de excepção e de sítio.

Compete ao Governo definir a Política de Defesa e assegurar a sua execução.

⁹ Idem, 72 (Tradução livre do Autor).

¹⁰ Apontamentos coligidos junto do Adido Militar, acreditado junto da Embaixada de Espanha em Portugal, Sr. Tenente Coronel Julio Allonso.



O Primeiro-Ministro dirige a Política de Defesa, exerce a direcção da guerra e define os objectivos estratégicos.

Outro órgão com responsabilidades na definição da Política de Defesa é a Junta de Defesa Nacional. Este órgão, com carácter consultivo, tem como missão, assessorar o Governo em matérias de defesa e apoiar o Rei nos aspectos relacionados com essa mesma matéria. Na direcção da guerra apoia o Primeiro-Ministro.

Por último, temos o Ministro da Defesa que por delegação do Primeiro-Ministro, exerce a direcção da Política de Defesa, propõe ao Governo os objectivos da Política de Defesa, elabora, determina e executa a Política Militar, formula o Plano Estratégico Conjunto e dirige por delegação do Governo a administração militar.

Os restantes Ministros, executam a sua parte correspondente da Política de Defesa, como iremos ver já em seguida.

O planeamento da Defesa Nacional tem como 1ª fase a promulgação da Directiva de Defesa Nacional¹¹, a qual dá início a todo o processo¹². Com esta directiva pretende-se assim que todas entidades com responsabilidade na Defesa Nacional elaborem as linhas de acção estratégica dos referidos ministérios. A parte Militar fica à responsabilidade do Ministério da Defesa, as restantes, como sejam os “*Ministérios da Economia, Negócios Estrangeiros, Finanças, Administração Interna, Obras Publicas, Trabalho e Assuntos Sociais, Saúde e Consumo*”¹³, preparam o seu plano específico, como contributo para o esforço de defesa.

Estes planos ministeriais devem conter os seguintes elementos: medidas concretas a serem desenvolvidas em cada ministério; recursos que necessitam de ser alocados para cumprir as medidas anteriores e ainda os prazos previstos para o seu cumprimento, de modo a poderem ser modificados, caso seja necessário.

Após a sua elaboração por parte dos Ministérios, estes são reunidos num único documento, que o Ministro da Defesa apresenta à Junta de Defesa Nacional, para que dê o seu parecer, modificando em caso de necessidade, sendo posteriormente remetida ao Governo para aprovação.

¹¹ Esta directiva é um documento no qual o Governo, sob proposta do Ministro da Defesa, define os Objectivos da Defesa Nacional e expõe as linhas genéricas de actuação que considera mais adequadas para os alcançar. Constituiu a base do Planeamento de Defesa Nacional e da Defesa Militar, bem como das linhas de actuação dos outros ministérios.

¹² Em Anexo I – Directiva de Defesa Nacional 1/2000.

¹³ Fonte. <http://www.la-moncloa.es/>, 09 de Setembro 2003, 14h15; (Tradução livre do Autor).



Está assim concluída a elaboração do Plano Geral da Defesa Nacional, o qual se constitui como o documento orientador da Política Geral do Estado Espanhol. Este documento terá como finalidade proporcionar uma efectiva Segurança Nacional e a manutenção do objectivo permanente, independentemente das diversas opções políticas que venham a ser tomadas.

Visto que foi, o enquadramento da Política de Defesa, iremos em seguida identificar quais são, no entender das autoridades espanholas, os sectores estratégicos importantes para desenvolver a sua capacidade de segurança e defesa.

Analisando a Lei Orgânica 6/1980¹⁴, verificamos que o “Título II” é dedicado à contribuição dos recursos da nação para a Defesa Nacional. Nele existe um conjunto de artigos que identificam as contribuições individuais e colectivas para a defesa. Desde logo os cidadãos, como base fundamental, e os recursos materiais qualquer que seja a sua proveniência. Estes devem ser coordenados pelo Governo, de forma a atingir os objectivos fixados pela política de defesa. Os principais recursos que devem ser tomados em atenção são:

- *“Os recursos energéticos, tanto os locais como os vindos do exterior;*
- *As matérias-primas e produtos alimentares, tanto os locais como os vindos do exterior;*
- *Os recursos industriais e sanitários;*
- *As vias de comunicação e os transportes terrestres, marítimos e aéreos;*
- *As telecomunicações;*
- *Os serviços de informação.”*¹⁵

São estes os recursos que o Estado Espanhol deve preservar para atingir os objectivos da defesa nacional, de forma a cumprir os seus interesses vitais e estratégicos. Assim, estamos na presença dos sectores estratégicos nacionais de Espanha, os quais devem ser objecto de atenção por parte das autoridades políticas.

Ao analisarmos estes sectores, ainda que sumariamente, os mesmos não são mais do que aqueles que se encontram representados na Junta de Defesa Nacional, por parte dos Ministros que lá têm assento. Ou seja, há uma interdependência entre a actividade ministerial e os sectores por eles tutelados.

¹⁴ Anexo H - Ley Orgânica 6/1980, de 1 de Júlio.

¹⁵ Anexo H - Ley Orgânica 6/1980, de 1 de Júlio, 4 (Tradução livre do Autor).



Esta será a forma de cumprir aquilo que se encontra expresso no Preâmbulo¹⁶ da Constituição Espanhola, onde é afirmado: *“Proteger a todos los españoles y pueblos de España em ejercicio de los derechos humanos, sus culturas y tradiciones, lenguas e instituciones. Promover el progreso de la cultura y economia para asegurar a todos una digna calidad de vida.”*¹⁷

¹⁶ Anexo J - PREÁMBULO da Constitución Española.

¹⁷ “Proteger todos os espanhóis e povos de Espanha o exercício dos direitos humanos, sua cultura e tradições, línguas e instituições. Promover o progresso da cultura e da economia para assegurar a todos uma digna qualidade de vida.” (Tradução livre do Autor)



ANEXO A

EXTRACTO DA DECISÃO N.º 1346/CE DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO, DE 22 DE MAIO DE 2001¹

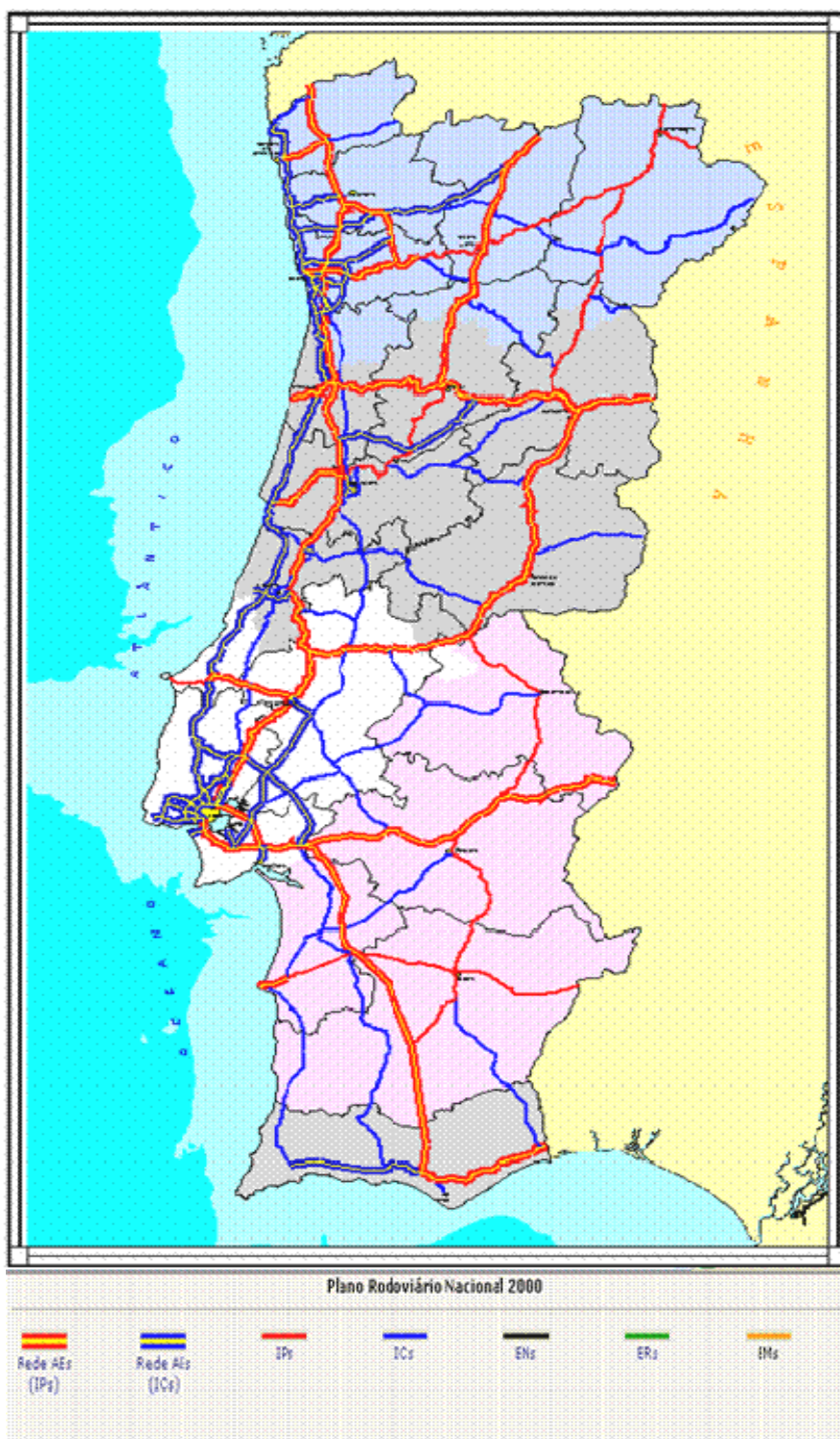


¹ Fonte: Decisão n.º 1346/2001/CE do Parlamento Europeu e do Conselho de 22 de Maio de 2001, in Jornal Oficial das Comunidades Europeias, L185, 6 de Julho de 2001, Pag 31.



ANEXO B

EXTRACTO DO PLANO RODOVIÁRIO NACIONAL¹

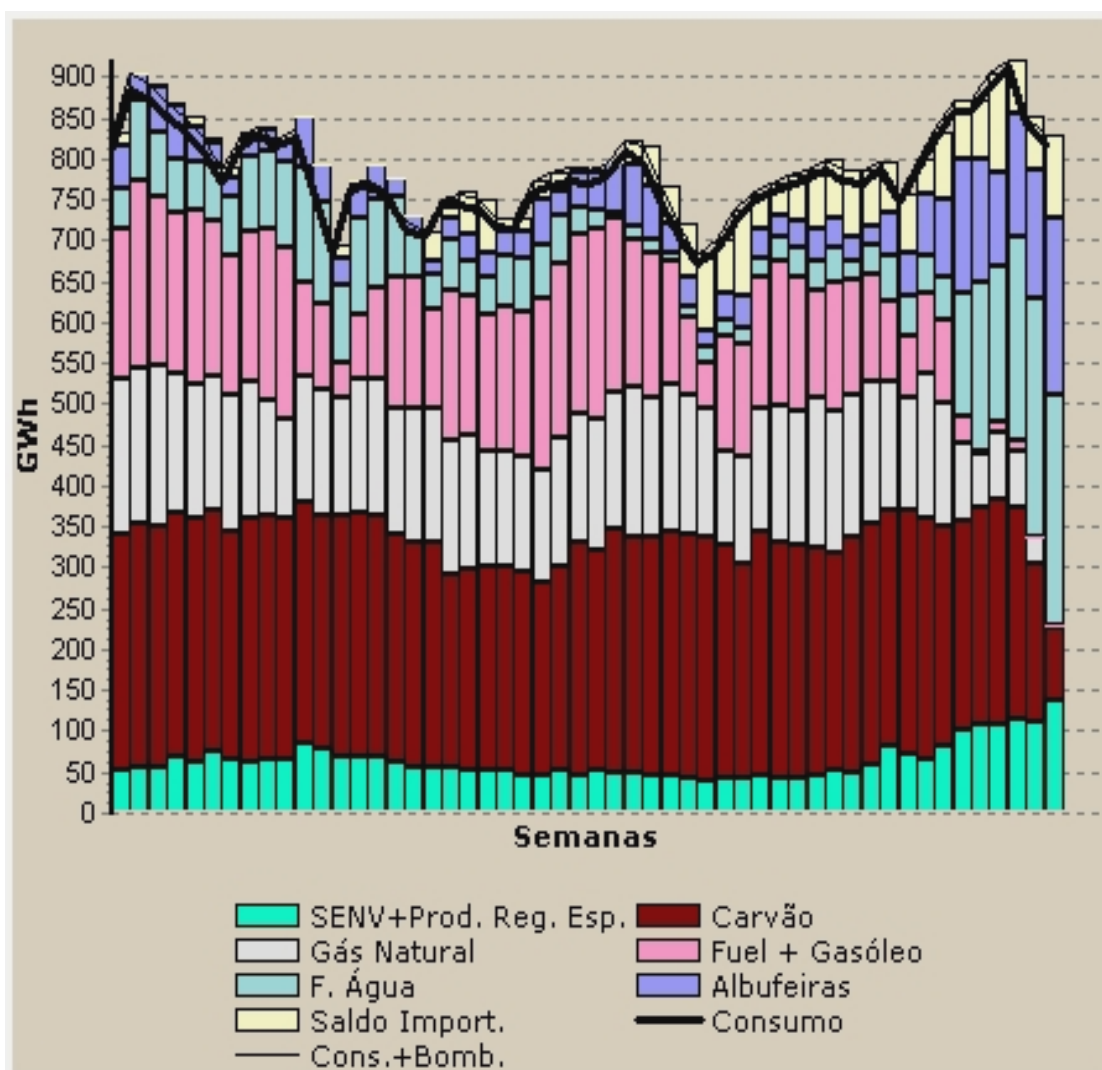


¹ Fonte: <http://www.iestradas.pt/prn2000/interPRN/index.html>, 28 de Setembro 2003, 23h30.



ANEXO C

QUANTIDADE DE ENERGIA PRODUZIDA E CONSUMIDA EM PORTUGAL DURANTE O ANO DE 2002¹

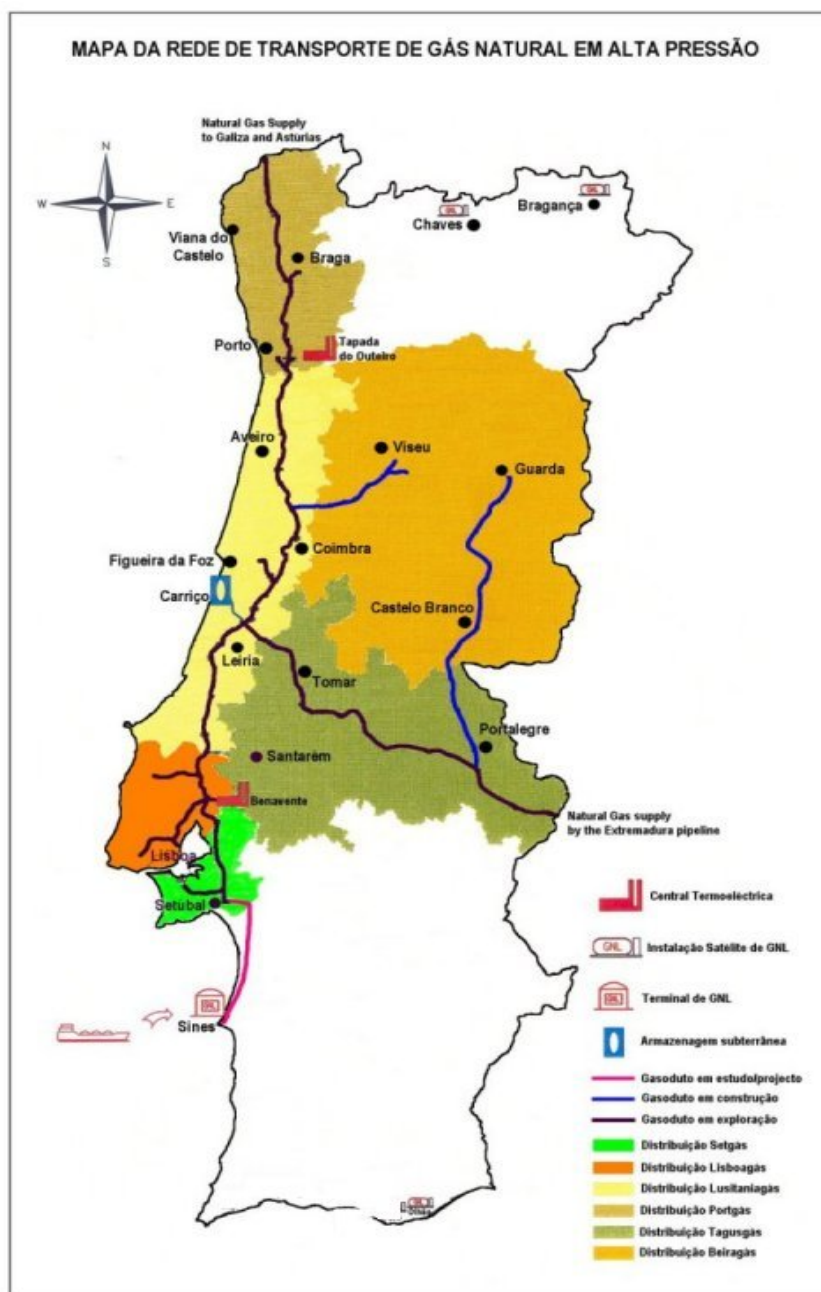


¹ Fonte: <http://www.ren.pt/sections/tecnica/ecsre/chart.asp>, 10 de Outubro 2003, 16h30.



ANEXO D

MAPA DA REDE DE TRANSPORTE DE GÁS NATURAL EM ALTA PRESSÃO¹



¹ Fonte: <http://www.galpennergia.com>, 10 de Outubro 2003, 23h30.



ANEXO E

PREÂMBULO DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988¹

PREÂMBULO

*“Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembleia Nacional Constituinte para instituir um Estado Democrático, destinado a assegurar a exercíção dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias, promulgamos, sob a protecção de Deus, a seguinte **CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL.**”*

¹ Fonte: <http://www.senado.gov.br/bdtextual/const88/const88.htm>, 04 de Setembro 2003, 23h00.



ANEXO F

EXTRACTOS DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988¹

TÍTULO I

Dos Princípios Fundamentais

Art. 1.º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado democrático de direito e tem como fundamentos:

- I. - a soberania;
- II. - a cidadania;
- III. - os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa;
- IV. – o pluralismo político.

Paragrafo único. Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição.

Art. 2.º São Poderes da União, independentes e harmónicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário

Art. 3.º Constituem objectivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

- I. - constituir uma sociedade livre, justa e solidária;
- II. – garantir o desenvolvimento nacional;
- III. - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;
- IV. – promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

(...)

¹Fonte: <http://www.senado.gov.br/bdtextual/const88/const88.htm>, 04 de Setembro 2003, 23h00.



ANEXO G

CONCEITO ESTRATÉGICO NACIONAL DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL¹

1. APRESENTAÇÃO

A trajetória de um país materializa-se segundo a aspiração de seu povo quando orientada para objetivos de longo prazo que consolidem o anseio coletivo. É essencial que os representantes do povo, sob a perspectiva do Estado, interpretem esses objetivos e os desdobrem em ações e políticas que contribuam, de forma consistente e continuada, para os atingir, o que pressupõe a mobilização de todos os setores da Nação.

Este documento delineia uma visão para a concepção de políticas e abordagens voltadas para a segurança estratégica nacional ou que nela tenham reflexos. Não se trata de tentar predizer o futuro, mas, sendo impraticável conformá-lo integralmente, de preparar-se para ele, com as suas variações e incertezas. Essa visão tem como pressuposto básico a qualidade de vida da sociedade brasileira, considerando o Estado não o destinatário dos esforços, mas o agente; não o provedor do bem-estar, mas aquele que pavimenta o caminho para a sua universalização e preservação.

Constitui, portanto, um conceito no qual a segurança estratégica da Nação é vista como a resultante de múltiplos fatores, uns intrínsecos ao País, outros ainda a depender do esforço coletivo, exigindo a contribuição, em maior ou menor grau, de todos os setores. Abrange aspectos políticos, econômicos e sociais que vão além das preocupações exclusivas do sistema de defesa.

O caráter difuso da segurança estratégica nacional, no entanto, não reduz a responsabilidade do Estado e de seus agentes pela sua consecução.

2. FUNDAMENTOS DO ESTADO BRASILEIRO

A destinação, os fundamentos e os objetivos do Estado Brasileiro estão definidos na Constituição Federal, refletindo os interesses e as aspirações mais perenes do Povo Brasileiro.

No preâmbulo, a Carta Magna registra a motivação que inspirou os constituintes: *instituir um Estado democrático destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias*. Manifesta, assim, de início, a essência do Estado Brasileiro e sua vocação para a paz.

¹ Documento obtido junto do Aluno do CEM 02-04, Maj Cav Jorge Smicelato.



No artigo primeiro, a Constituição enuncia a indissolubilidade da República e os fundamentos do Estado democrático de direito: a soberania, a cidadania, a dignidade da pessoa humana, os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa e o pluralismo político.

Destaca, pouco adiante, os objetivos fundamentais da República: a construção de uma sociedade livre, justa e solidária, a garantia do desenvolvimento nacional, a promoção do bem de todos, além da erradicação da pobreza e da marginalização e a redução das desigualdades sociais e regionais.

A Constituição explicita, ainda, os direitos sociais: a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância e a assistência aos desamparados.

São essas, portanto, as premissas norteadoras de quaisquer políticas sociais, de desenvolvimento e de segurança.

3. O CONTEXTO INTERNACIONAL

Profundas modificações no cenário mundial, precipitadas pela desagregação da União Soviética, marcaram o nascimento do século XXI. Com o aceleração do processo de globalização, o mundo tornou-se mais complexo, mais interdependente e menos seguro. Em consequência dos ataques terroristas de 2001 ao território da maior potência militar do planeta, o tema da segurança foi alçado ao primeiro plano da agenda das relações internacionais, ofuscando outras questões de grande sensibilidade.

No plano intelectual, o movimento de globalização pode ser considerado um êxito. No campo económico, entretanto, a expectativa de um sistema mais justo e eficiente, como resultado do processo, não se vem realizando. Países menos favorecidos, atingidos por sérios entraves ao seu desenvolvimento, aguardam a construção de nova ordem económica mais solidária, enquanto a concentração da riqueza nos países mais ricos amplia as assimetrias.

O aumento da velocidade e da amplitude de acesso às informações determina a repercussão imediata de fatos regionais sobre todo o planeta.

Sucessivas crises económico-financeiras externas, a partir de 1995, causaram a desconfiança dos mercados em relação a todos os países emergentes, cobrando alto preço de suas economias.

No nível global, verifica-se a constituição de grandes blocos económicos, centrados nos países que atuam como catalisadores da mundialização dos mercados. Esses blocos definem, praticamente, a inclusão e o grau de participação nos processos geradores de riqueza.

No campo da segurança, assim como no económico, a cooperação constitui o caminho mais profícuo para os Estados atingirem seus objetivos e interesses, motivando a disseminação de blocos e coalizões. O Estado, no entanto, permanece como o principal ator das relações internacionais.



A tecnologia e a capacidade de inovação, essenciais para a agregação de valor, determinam condições favoráveis à competitividade. Por meio desses fatores, altamente dependentes de capital, os processos de produção são controlados pelos países de maior poder econômico.

Uma contradição marca a economia contemporânea: a produção de *commodities* e outras mercadorias globais é permanentemente incrementada nos países em desenvolvimento, sem que, no entanto, o processo consiga resolver as questões sociais, pois redundando em queda de preços dos bens exportados e, em geral, acentua o desemprego. Resta a esses países encontrar espaços em que possam desenvolver alguma vantagem competitiva, de forma a evitar a estagnação econômica.

A estabilidade global está associada ao encaminhamento de soluções para antagonismos históricos e, principalmente, à atenuação de problemas sociais, urbanos e ambientais, só possível com prosperidade. Ainda assim, pobreza e marginalização social continuarão a ser as maiores preocupações do mundo nas próximas décadas.

No plano regional, o Brasil mantém com os vizinhos sul-americanos relações de paz e amizade, e com eles define o espaço mais desarmado do planeta. Perduram, todavia, na região, alguns problemas fronteiriços e de limites a requerer solução. A questão da narcoguerrilha colombiana é das mais graves a desafiar o conjunto sul-americano.

As iniciativas de integração da infra-estrutura regional, especialmente na área energética e de transportes, têm sido ampliadas. O Brasil empenha-se firmemente por uma maior aproximação entre os países do subcontinente.

Dentre os princípios constitucionais pelos quais a República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais, destacam-se o respeito à autodeterminação dos povos, a não-intervenção, a igualdade entre os Estados, a solução pacífica dos conflitos, a cooperação entre os povos para o progresso e o repúdio ao terrorismo e ao racismo. A posição geográfica, a estabilidade de suas fronteiras e, mais relevante, a fidelidade aos citados princípios distinguem o Brasil como um pólo de paz para a região.

4. O AMBIENTE NACIONAL

O estado de direito, onde todos são submetidos ao alcance da lei, assegura espaço para o exercício da cidadania plena. A democracia é uma conquista amadurecida sobre a qual não pairam nem seriam toleradas quaisquer formas de ameaça. A mesma disposição estende-se ao âmbito regional, pois a indispensabilidade da democracia firmou-se como condição essencial para ingresso e permanência nos organismos multilaterais.

Nos últimos vinte anos, o País modificou-se: o Produto Interno Bruto cresceu 55%; a população alcançou 171 milhões de habitantes, um incremento de mais de 40%. Porém, apesar de sucessivos esforços e de grande volume de recursos



aplicados, o quadro da desigualdade apresentou apenas pequenos sinais de melhoria. O País continua *mal desenvolvido*, por ter experimentado um crescimento desequilibrado e socialmente injusto, situação contrária à desejada coesão social.

De todos os objetivos que a Constituição Federal impõe, o que constitui maior desafio é a redução das desigualdades. Essa deverá ser a meta principal, ainda, dos mandatos de muitos governos. O crescimento econômico será necessário para criar oportunidades de trabalho e de renda, e, paralelamente, evitar que novos contingentes resvalém para a marginalidade social. É imperativo atenuar as desigualdades regionais, que tendem a perenizar as distorções na distribuição da riqueza e da população pelo território nacional.

As excessivas disparidades entre as classes econômicas extremas representam um grande indutor da violência e constituem o maior obstáculo a superar na direção da paz social e do bem-estar do povo brasileiro, podendo constituir ameaça à consolidação do Estado democrático.

A parcela pobre da população é a que mais carece da ação do Estado, merecendo proteção e apoio diferenciados. A fome e a miséria precisam ser, urgentemente e em definitivo, debeladas.

A questão demográfica também contribui para a pobreza e a desigualdade. Embora os índices de crescimento populacional venham diminuindo, verificam-se sensíveis diferenças nas taxas de fecundidade, tendo as mulheres de menor renda e escolaridade uma taxa muito superior à média nacional.

No aspecto econômico, o País experimentou uma notável mudança ao conquistar e consolidar a estabilidade monetária, eliminando as elevadas taxas de inflação que prejudicavam a economia e impediam planejamentos confiáveis. A estabilidade que eliminou o imposto inflacionário e resgatou da miséria milhões de brasileiros não foi suficiente, no entanto, para reduzir a pobreza a níveis compatíveis com a riqueza nacional.

A responsabilidade fiscal, fundamento da estabilidade econômica, foi instituída no Brasil por meio de lei, em maio de 2000. Desde então, tem balizado a política fiscal pelas exigências que impõe na elaboração e execução dos orçamentos da União e dos Estados e Municípios. A Lei de Responsabilidade Fiscal estabelece princípios, normas e regras de um regime de gestão fiscal responsável, a serem observados pelos Poderes de cada esfera de governo. Determina que, para qualquer nova despesa continuada, seja indicada a fonte de financiamento, além de punir os administradores que infrinjam os princípios e limites nela estabelecidos.

O Sistema de Defesa Nacional ganhou nova feição com a criação do Ministério da Defesa, em 1999, tendo por objetivo a racionalização de tarefas e despesas, e, principalmente, o preparo das Forças Armadas para o emprego combinado.

Recursos financeiros insuficientes têm impedido o reequipamento e a modernização dos meios materiais das Forças nos níveis que seriam adequados. Os recursos humanos, no entanto, fruto de um sistema de ensino próprio ajustado às necessidades do País, estão plenamente capacitados para absorver incrementos de modernidade.



Na última década, recrudescceu a violência, especialmente nas grandes áreas urbanas, gerando forte sensação de insegurança. Em determinados locais das regiões metropolitanas, marcados pelo reduzido controle do Estado sobre os poderes marginais, observam-se, por vezes, embaraços à prestação de serviços públicos e privados. Dessa forma, a questão da segurança pública, antes circunscrita à alçada dos membros da Federação, atingiu gravidade que reclama a mais alta consideração do Estado.

5. FATORES ADVERSOS²

Graças, particularmente, às excelentes relações que mantém com seus vizinhos e com o mundo, o Brasil não enfrenta ameaças diretas ao seu território ou à sua população. Os maiores óbices na trajetória do desenvolvimento sócio-econômico são de natureza não-militar e decorrem, principalmente, de suas próprias vulnerabilidades.

1) Fatores externos

- Crimes transfronteiriços

Está clara a natureza internacional do crime organizado. O crime transfronteiriço que mais atinge o Brasil é o narcotráfico, que dá origem a outros delitos, como o contrabando de armas, munições e insumos químicos, além da *lavagem* do dinheiro obtido ilicitamente. O País caracteriza-se por ser um país de trânsito da droga, tendo conseguido limitar sensivelmente o ciclo de produção em seu território. O comércio de drogas movimentava centenas de bilhões de dólares ao ano no mundo, manejando poder de corrupção capaz de afetar a estrutura legal de um país e esgarçar seu tecido social, além de ser contínuo gerador de violência.

- Pressões internacionais referentes à Amazônia

Pela sua imensidão territorial e pelas riquezas naturais e minerais que encerra, a Amazônia constitui alvo de cobiça e motiva pressões, geralmente disfarçadas sob a capa das causas ambiental e indígena, o que pode dificultar a concretização dos interesses nacionais na região.

- Terrorismo internacional

O território brasileiro tem-se mantido livre de ações do terrorismo internacional, mas, em face da ampliação dessa atividade no mundo, poderá ver-se envolvido por questões internacionais correlatas com repercussão em áreas de jurisdição brasileira, exigindo contínuo acompanhamento.

- Crimes cibernéticos

A tecnologia moderna torna possível, por meio de infiltração em redes de computadores, interferir nas telecomunicações, sistemas de energia, controle de tráfego aéreo, operações bancárias e outros serviços essenciais. Existe a

² - Os fatores adversos envolvem fatores de risco e vulnerabilidades.

- Fatores de risco são condições internas ou externas que podem afetar a segurança do país, gerando efeitos desfavoráveis ou afetando os interesses nacionais.

- Vulnerabilidades são situações, processos ou fenômenos internos que diminuem a capacidade de resposta a riscos (existentes ou potenciais) ou favorecem seu desenvolvimento.



possibilidade de introdução de vírus e bombas lógicas em sistemas computacionais, atingindo a infra-estrutura civil e militar do País. A utilização do espaço cibernético, especialmente a Internet, coloca sob risco informações sigilosas do Estado.

2) Fatores internos

- Violência urbana

O País, nos últimos vinte anos, vem experimentando dramático aumento da violência, responsável por prejuízos que, segundo estimativas, atingem cerca de 10% do PIB. A gravidade da violência nas grandes cidades é resultado de uma conjunção de fatores, como o crescimento do crime organizado e a ausência do Estado, o despreparo policial, a impunidade, a favelização, a desagregação familiar, o desemprego, o baixo nível educacional, as desigualdades sociais e a desesperança. A criminalidade pode resvalar para situação de descontrole social de difícil reversão, afetando seriamente a economia do País, afastando investimentos e gerando um ciclo vicioso de mais desemprego e violência.

- Pobreza e Desigualdade Social

O Brasil é um dos países com maior concentração de renda. O percentual da população que se encontra abaixo da linha de miséria é considerável, independentemente do critério estatístico adotado. Os altos níveis de marginalização constituem obstáculo à coesão nacional, podendo originar ou potencializar conflitos e crises.

- Dependência de capitais externos

A abertura econômica brasileira, na última década, alterou o padrão de transações correntes, introduzindo desequilíbrio na balança de pagamentos, compensado pela entrada de recursos externos. Se o processo de privatizações, por um lado, significou ingresso de moeda forte, por outro, resultou em desnacionalização de empresas brasileiras, o que implica crescentes remessas de divisas para o exterior.

Nos próximos anos, o Brasil continuará dependendo de expressivo montante de recursos externos. Crises de confiança, induzidas por adversidades na conjuntura internacional ou pelas próprias dificuldades internas, podem deteriorar a capacidade de captação, gerando graves e imediatos reflexos na economia do País.

- Educação

A educação de um povo é o alicerce sobre o qual se constrói sua riqueza econômica e cultural. A despeito do progresso já realizado, haja vista a universalização quase total da educação no nível fundamental, permanece, ainda, defasagem sensível em relação à escolaridade observada nos países desenvolvidos, além de a qualidade do ensino oferecido necessitar de aperfeiçoamento.

- Infra-estrutura

O crescimento da demanda por energia elétrica, sem o equivalente incremento do sistema de geração, provocou situação de crise em 2001. Há áreas do território nacional com precária infra-estrutura energética, de transportes e de comunicações, o que compromete o desenvolvimento e reforça as desigualdades



regionais.

- Epidemias

A porosidade das fronteiras, a mobilidade dos vetores de contaminação, o compartilhamento de rios e a recepção de águas usadas por países limítrofes são fatores que, associados às falhas de cobertura do sistema de saneamento básico, oferecem condições propícias à disseminação de doenças infecciosas no território nacional, afetando não só o homem como também a comercialização de produtos brasileiros no exterior.

6. DIRETRIZES

O reconhecimento constitucional do valor da livre iniciativa não implica renunciar a um projeto de desenvolvimento nacional que transcenda as políticas gerais baseadas nas forças do mercado e garanta o total aproveitamento das potencialidades do País, segundo prioridades definidas internamente.

O crescimento econômico pretendido é o que, gerando empregos, permite desconcentrar renda. Ele não decorrerá apenas da racionalidade do mercado: dependerá, também – e preponderantemente –, da atuação criteriosa do Estado.

Na consecução dos objetivos econômicos e sociais, cabe ao Estado assegurar ambiente macroeconômico favorável e proporcionar infra-estrutura física e institucional adequada, com estabilidade e segurança. O Estado deve prevenir-se da desintegração econômica e social, assim como da estagnação, assegurando a universalização dos direitos básicos.

A estratégia a ser adotada pelo Estado Brasileiro deve considerar que o *desenvolvimento humano é o fim, o crescimento econômico é o meio*. A expansão econômica alarga a base material para o atendimento das necessidades humanas, requerendo, entretanto, o detalhamento de políticas específicas para educação, saúde, habitação, garantia alimentar e segurança, entre outras. No estabelecimento dessas políticas, algumas condicionantes estarão presentes, no médio prazo:

- manutenção da democracia com multipartidarismo;
- ampliação da tendência globalizante;
- crescente demanda de energia;
- limitadas reservas conhecidas de petróleo e de gás;
- crescente valorização dos fatores ambientais;
- infra-estrutura insuficiente para as necessidades nacionais;
- grande área agricultável;
- escassez de recursos para investimentos, resultante de insuficiente poupança interna;
- dívida pública volumosa;
- dependência de capitais externos.

O resultado dessas políticas deve levar à redução das desigualdades individuais e regionais e à melhor capacitação da população, para que possa adaptar-se, progressivamente, às crescentes exigências dos tempos modernos. Os efeitos não serão imediatos e terão que considerar as necessidades básicas de



infra-estrutura social e física; a geração de empregos; a distribuição de renda; a liberdade de expressão; a identidade cultural e a crença no futuro.

A agenda de ação do Estado para o desenvolvimento sócio-econômico deve focalizar desafios-chaves do atual contexto nacional:

- garantir a erradicação da pobreza e o desenvolvimento humano, revertendo o processo de marginalização social;
- reduzir a violência, aumentando a proteção ao cidadão e aos direitos humanos;
- ampliar o saneamento básico e a ação preventiva de saúde;
- defender os interesses nacionais no âmbito externo;
- prover, ampliar e garantir a infra-estrutura de transportes, de comunicações e de suprimento energético no País;
- promover o desenvolvimento agrário, preservando a agricultura de subsistência;
- melhorar a qualidade e as condições de oferta do ensino e incentivar a cultura, o esporte e o turismo;
- dotar o País dos meios necessários à execução de sua Política de Defesa.

Medidas que garantam transparência administrativa devem ser objeto de constante aperfeiçoamento, pois ampliam a governabilidade e reduzem possibilidades de desvios. Os ocupantes de cargos públicos, especialmente os eleitos, obtêm reconhecimento pela fidelidade às suas propostas, pela lisura de seus atos e pela sensibilidade com que tratam as reais necessidades do povo.

A construção da realidade desejada requer a visualização do caminho e a consciência da mudança possível. Ela deve contemplar a segurança estratégica do País, de forma que a implementação do projeto nacional possa superar os óbices que despontem sem afastar-se do curso traçado. Os esforços setoriais devem contribuir para o fortalecimento das instituições e da vontade nacional, pelo desenvolvimento do potencial humano e material do País.

a. Área econômica

O Brasil não pode alhear-se do processo de globalização, sob risco de isolamento que poderia conduzir ao obscurantismo. A exposição de países com diferentes níveis de desenvolvimento à competição desregrada, no entanto, apresenta efeitos colaterais que podem ser nefastos, dentre eles, principalmente, o aumento da concentração de riqueza e o desemprego. O desnivelamento é agravado quando países e grupos poderosos lançam mão de práticas protecionistas, segundo sua conveniência, para neutralizar vantagens competitivas de países mais pobres.

Assim, a participação do Brasil no comércio internacional tem que ser ampliada com uma agressiva gestão para eliminar as barreiras aos produtos nacionais e com medidas para aumentar a competitividade, de forma a alcançar novos nichos de mercado. Por sua vez, a economia brasileira deve, tanto quanto possível, estar salvaguardada dos capitais internacionais especulativos.

É necessário reduzir o déficit em transações correntes, sustentado



basicamente pela entrada de recursos externos, o que passa pela expansão das exportações e geração de adequado saldo positivo na balança comercial. O equilíbrio das contas externas garantirá maior segurança, estabilidade e credibilidade à economia brasileira.

Para que tal modelo seja bem-sucedido é fundamental a mobilização em torno de um projeto de exportação. O sucesso dos produtos agrícolas brasileiros no comércio exterior pode ainda ser ampliado, mas há necessidade de intensificar a exportação de produtos de maior valor agregado. No caso dos manufaturados, por exemplo, devem-se buscar políticas que contemplem projetos de inclusão nas cadeias produtivas internacionais.

São indispensáveis novas medidas de incentivo à criação de empregos. As empresas enfrentam a competição do mercado privilegiando o aumento da produtividade, o que obriga, em muitos casos, a cortar despesas reduzindo pessoal. Cabe ao poder público amenizar essa tendência, promovendo a geração de oportunidades de trabalho nos setores da economia mais intensivos em mão-de-obra, tais como a habitação popular, o saneamento, o transporte coletivo, os serviços sociais — educação, saúde, proteção da infância e dos idosos. Atenderiam, paralelamente, à demanda latente dos segmentos sociais que não têm poder aquisitivo para acessar esses serviços. A contratação de obras e serviços no País deve ser estimulada, em especial quando as diferenças de custo no exterior sejam socialmente menos relevantes que os empregos que se deixariam de criar.

b. Área social

Não se pode prescindir dos programas sociais que visem, em essência, à preservação da vida. Mas há necessidade, também, de inovar com programas que assegurem a inserção social.

O prosseguimento da reforma agrária infra-estruturada e dos programas de apoio aos pequenos agricultores, que favorecem a fixação do homem ao campo, contribui para a redução de desigualdades econômicas, além de amenizar a tendência de crescimento desordenado das áreas urbanas. Tem reflexo, em longo prazo, no alívio de tensões que poderiam resultar em convulsão social.

A reforma agrária deve superar a condição de simples instrumento de política social destinado a prover subsistência a pequenos agricultores, passando a alavancar um desenvolvimento agroindustrial moderno, intensivo em conhecimentos e gerador de riqueza. Aos empregos propriamente agrícolas juntam-se oportunidades de trabalho na indústria, criando um ciclo virtuoso que pode resgatar as zonas rurais do seu histórico atraso. Nesse sentido, torna-se apropriado explorar as possibilidades oferecidas pelas diversas formas de cooperativismo. Esse é um caminho que pode introduzir no mercado milhões de excluídos, promovendo o crescimento econômico na base e não no vértice da pirâmide social.

A previdência social, direito estabelecido na Constituição, exige a transição para um modelo economicamente sustentável, reduzindo os déficits sistemáticos que prejudicam a economia brasileira, para que os benefícios que proporciona possam ser garantidos às gerações futuras.



c. Defesa e Relações Exteriores

A consolidação de uma identidade sul-americana que reflita a unidade do seu espaço geográfico dependerá de iniciativas diplomáticas brasileiras para o estabelecimento de soluções comuns nos temas de interesse do subcontinente, observadas as peculiaridades dos países integrantes.

A sua vocação para a paz e a permanente cautela quanto ao emprego de ações coercitivas para a solução de problemas entre Estados e Nações não devem induzir o Brasil a posições acanhadas ou secundárias no cenário mundial. A simpatia produzida pela postura diferenciada brasileira deve ser acompanhada do respeito que permita a tomada de decisões em conformidade com os reais interesses nacionais.

A construção de um espaço cada vez mais livre de ameaças, a partir do pólo de paz brasileiro, não dispensa a capacitação para o exercício da soberania, considerada em seu conceito tradicional e sem adjetivações. Os mecanismos de defesa, portanto, devem ser continuamente aprimorados, ao mesmo tempo em que se construam mais intensos laços de cooperação e novas medidas de confiança mútua com as nações vizinhas.

O País deverá estar voltado estrategicamente para a Amazônia e para as fronteiras terrestres das faixas norte e centro-oeste, em face da sua permeabilidade e do potencial de ocorrência de conflitos de múltiplas naturezas. Precisarás contar com uma estrutura militar, articulada em todo território nacional, com capacidade e credibilidade para gerar efeito dissuasório eficaz.

O interesse estratégico brasileiro transcende à massa continental sul-americana e inclui substancial parcela do Oceano Atlântico, exigindo, além do estreitamento de relações com os vizinhos amazônicos, a intensificação da cooperação com os países africanos da costa atlântica e os de língua portuguesa.

A relação entre o orçamento de defesa e o produto interno bruto brasileiro é bem menor que a média mundial. Além disso, a parcela destinada às despesas de custeio e de pessoal aproxima-se do total alocado, o que coíbe os investimentos e compromete a capacidade operativa das Forças Armadas. Num tempo em que a segurança do Estado volta a ter prioridade reconhecida, o orçamento de defesa precisa ser, progressivamente, recomposto, adequando-se à estatura político-estratégica do País.

Além de suas missões constitucionais, as Forças Armadas serão solicitadas a ampliar as ações complementares de relevante alcance social e a contribuir para a manutenção da paz no mundo por meio da participação em forças multinacionais, sob a égide dos organismos internacionais legítimos. Deverão, também, estar em condições de apoiar as ações de combate a delitos transfronteiriços e ambientais na área da logística, da inteligência e das comunicações.

É essencial o fortalecimento equilibrado da capacitação da indústria nacional de material de defesa, com o envolvimento dos setores industrial,



universitário e técnico-científico, a fim de desenvolver a fundamental autonomia estratégica para o preparo das Forças Armadas.

A busca de maior influência nos organismos de deliberação multilaterais se insere em uma nova realidade, distinta da vigente quando da criação desses foros. O Brasil possui representatividade política, econômica e em outro campos para pleitear participação nas decisões que afetam os destinos do mundo.

d. Ciência e tecnologia

O aumento da concorrência internacional reforça a importância da dimensão científico-tecnológica na busca por competitividade. Todavia, o desenvolvimento científico-tecnológico deve focar, prioritariamente, as necessidades brasileiras, sejam econômicas ou sociais.

A integração entre os diversos setores — governo, indústria, Universidade e centros de pesquisa — no desenvolvimento de produtos diferenciados e de alto valor agregado permite abordagens mais abrangentes e eficazes. Para tanto, é importante identificar sinergias e complementaridades entre as atividades apoiadas por financiamentos públicos e os investimentos do setor privado.

Os financiamentos públicos são alavancadores do desenvolvimento científico e tecnológico. Devem ser concentrados em tecnologias específicas do interesse do Estado, e assegurada a sua continuidade.

A tendência internacional é de restrições crescentes em transferência ou compartilhamento de tecnologias sensíveis. As tecnologias de interesse do Estado devem utilizar indicadores de avaliação próprios que salvaguardem o conhecimento nacional, evitando a necessidade de exposição exigida por critérios tradicionais.

e. Infra-estrutura

O Brasil precisa contar com planejamento energético de cunho estrutural, de forma a adequar a matriz energética e a produção às necessidades decorrentes de uma demanda crescente, coerente com o projeto de desenvolvimento sustentável. O Brasil detém potencialidades na produção de energia alternativa, em especial pela exploração da biomassa e das fontes eólica e solar, o que depende do emprego eficiente da base científico-tecnológica do País.

Na infra-estrutura de transportes, há que se continuar identificando os pontos de estrangulamento e buscando parcerias com a iniciativa privada para a realização dos investimentos necessários. O desenvolvimento e a exploração dos modais mais adequados às grandes dimensões do País, como a cabotagem, as hidrovias e ferrovias, devem ser objeto de permanente incentivo da União, pois reduzem os custos e amenizam a dependência do transporte rodoviário.

As privatizações realizadas no setor de telecomunicações permitiram grande ampliação da oferta de serviços, hoje disponíveis à maior parte da população. É necessário, ainda, prosseguir com os incentivos à universalização, estendendo os serviços às áreas mais remotas e às comunidades mais carentes.

Deve-se reforçar a capacidade reguladora do Estado, sem abdicar do planejamento de longo prazo, a despeito das privatizações e concessões oferecidas,



para que não se perca a dimensão estratégica da infra-estrutura nacional. Os contratos de gestão devem espelhar essas diretrizes.

f. Educação

A universalização do ensino fundamental é objetivo a ser alcançado nos próximos anos. O avanço já realizado, embora expressivo, ainda não permitiu atingir a totalidade das crianças brasileiras. Além da universalização, é necessário cuidar da qualidade do ensino. O ensino de boa qualidade gera reflexos positivos que são amplificados em todos os setores, sendo, talvez, o principal componente do ciclo virtuoso que, no longo prazo, resulta em inclusão social.

O papel que a mulher vem assumindo no mercado de trabalho exige que creches e pré-escolas sejam amplamente disponibilizadas para atendimento desse segmento social.

O ensino médio no Brasil dedica-se excessivamente à preparação para o exame vestibular, em detrimento de outros objetivos, como a formação do cidadão e o desenvolvimento das potencialidades dos jovens para o ingresso no mercado de trabalho, no contexto regional de cada escola. A ética e o civismo devem ser valorizados, assim como os feitos históricos, com a adoção de livros didáticos que abordem adequadamente esses aspectos.

Tanto no ensino fundamental quanto no ensino médio, é necessário encontrar formas de oferecer aos estudantes maior tempo de permanência na escola, durante a jornada diária. A escola de meio período é uma anomalia que não encontra correspondência nos países onde a educação é mais eficiente. Merece especial consideração a possibilidade de ampliar as atividades esportivas nos currículos escolares, criando-se mais oportunidades de competições entre colégios.

O ensino profissionalizante, que ainda não se consolidou, será de grande importância para preparar mão-de-obra especializada para dar suporte ao desenvolvimento brasileiro.

A universalização do ensino fundamental levará a uma expansão do ensino médio e do ensino superior. Atualmente, cerca de 75% dos estudantes de nível superior estão matriculados em instituições privadas, das quais muitas necessitam melhorar a qualidade do ensino ofertado. A universidade pública poderá atender parcialmente ao previsível aumento da demanda preparando-se para ampliar o número de cursos no turno da noite.

A situação da educação no Brasil acompanha as desigualdades verificadas em outros setores da sociedade. Há, contudo, ilhas de modernidade, como, por exemplo, o sistema de pós-graduação centrado em instituições públicas. A graduação nas universidades públicas também se destaca em relação ao ensino privado. Nos níveis fundamental e médio, no entanto, a escola pública se ressent de maior qualidade.

A elevação da qualidade do ensino em todos os níveis exigirá um programa de educação inovador e a continuidade de esforços, e terá reflexos decisivos na melhoria das condições de vida da população.



Na mesma linha descrita para o setor educacional, deve-se buscar o desenvolvimento e a preservação dos bens culturais da Nação, que conformam a identidade brasileira.

g. Meio ambiente

O Brasil está plenamente empenhado na conservação do meio ambiente e dispõe-se a atender todas as convenções internacionais referentes ao tema, estabelecidas nos foros internacionais legítimos, especialmente na ONU, e neles exercer, inclusive, papel de liderança.

O ambiente amazônico, que encerra a mais rica biodiversidade do planeta, imensos recursos minerais e grandes volumes de água — de importância crescente para o mundo — deve, ao mesmo tempo, ser conservado e protegido. É possível que, no futuro, os indicadores da riqueza de uma nação relacionem-se a seus recursos ambientais preservados. Conservar não implica abster-se da exploração ecologicamente sustentável, ao contrário, o respeito ao meio ambiente deve ser um diferencial que agregue valor e gere oportunidades. Os setores de biotecnologia e ecoturismo, por exemplo, apresentam excelentes oportunidades de crescimento baseado na exploração ambiental. Proteger significa dissuadir ingerências — motivadas pela cobiça — por meio do manejo responsável dos recursos naturais e pela manutenção de adequada capacidade de resposta.

h. Segurança Pública e Institucional

A paz é o corolário da justiça. Ela não pode limitar-se à paz das fronteiras: deve chegar ao cidadão. As pessoas precisam sentir-se seguras para circular, trabalhar, produzir e aproveitar o fruto do trabalho.

Os indicadores da violência que atinge a sociedade chegaram, em muitos locais, a patamares preocupantes, abalando a confiança das pessoas nos instrumentos que deveriam garantir-lhes a segurança.

Há necessidade de ampliar a capacidade de coordenação e a eficácia dos diversos órgãos envolvidos na Segurança Pública. As estruturas policiais e penitenciárias devem ser reforçadas e reorganizadas. Medidas concretas no sentido de apoiar as ações de contenção e repressão de delitos, em todos os níveis da federação, devem ser conduzidas para, mais rapidamente, melhorar a percepção de segurança. Outras providências, especialmente no campo da prevenção, devem ser implementadas para esterilizar o campo fértil da violência.

A certeza do alcance da lei e do cumprimento da pena é a condicionante de maior valor dissuasório à ação criminosa. Compete aos Poderes Judiciário e Legislativo desenvolver mecanismos que contribuam para aprimorar a agilidade da Justiça. O Poder Executivo Federal deve continuar cooperando na reestruturação, no treinamento e no reaparelhamento das polícias estaduais, limitadas em suas possibilidades organizacionais e técnicas.

O crime organizado, em especial o narcotráfico e seus correlatos, deve ser combatido de forma continuada, por meio de ações integradas que privilegiem as atividades de inteligência financeira e policial. É essencial que o Estado se faça



presente em todo o território nacional, impedindo o surgimento de áreas inacessíveis ao controle do poder público.

O sistema de inteligência deverá aperfeiçoar-se pela integração de seus diversos segmentos, tendo como fundamentos a preservação da soberania nacional, a defesa do Estado Democrático de Direito e a dignidade da pessoa humana, de forma a apoiar com informações estratégicas relevantes para o processo decisório.

O terrorismo internacional, associado à existência de armas de destruição em massa sob precários mecanismos de controle, continuará preocupando o mundo nos próximos anos. O Brasil, particularmente por intermédio de seus órgãos de inteligência, deverá permanecer vigilante, de forma a manter-se livre dessa ameaça e para cooperar com a neutralização de suas fontes.

Os órgãos de defesa civil devem equipar-se para, prioritariamente, prevenir e, quando for o caso, responder, com presteza, às calamidades de origem antrópica e aos desastres naturais.

7. CONCLUSÃO

A trajetória rumo ao desenvolvimento sustentável requer significativos investimentos em infra-estrutura e também na área social. Educação, saúde, geração de empregos e segurança devem encimar a lista de prioridades dos programas de governo. Os recursos orçamentários federais são insuficientes para o atendimento de todas as necessidades, requerendo constante busca por maior integração e sinergia entre os programas setoriais, além de parcerias com outros escalões da administração pública, com organizações não-governamentais e com o setor privado. É necessário, cada vez mais, envolver as comunidades e os cidadãos na solução de problemas que afetam a todos.

A necessidade de se alcançar uma inserção competitiva na economia mundial, em face da globalização, com margem de manobra suficiente para a condução de estável desenvolvimento econômico e social exige, cada vez mais, conscientização sobre o caráter único do País e mobilização em torno de um projeto de desenvolvimento que catalise a vontade nacional. É preciso escapar da armadilha dos processos que aumentam as desigualdades e conduzem a riscos crescentes de ruptura social.

É a tarefa para um grande país: construir uma riqueza que não se limite a valores numéricos globais, mas possa ser percebida por meio da qualidade de vida que propicia a todos. Além de soberano, temos de construir um Brasil respeitado e estimado, especialmente pelo seu próprio povo.



ANEXO H

LEY ORGÁNICA 6/1980, DE 1 DE JULIO, POR LA QUE SE REGULAN LOS CRITERIOS BÁSICOS DE LA DEFENSA NACIONAL Y LA ORGANIZACIÓN MILITAR.¹

DON JUAN CARLOS I, REY DE ESPAÑA

A todos los que la presente vieren y entendieren,

Sabed: Que las Cortes Generales han aprobado y Yo vengo en sancionar la siguiente Ley Orgánica.

TITULO PRELIMINAR

Artículo 1.

1.La defensa nacional y la organización militar se regulan por los principios básicos que se establecen en la presente Ley Orgánica.

2.La defensa nacional y la organización de las Fuerzas Armadas son competencia exclusiva del Estado.

Artículo 2.

La defensa nacional es la disposición, integración y acción coordinada de todas las energías y fuerzas morales y materiales de la Nación, ante cualquier forma de agresión, debiendo todos los españoles participar en el logro de tal fin. Tiene por finalidad garantizar de modo permanente la unidad, soberanía e independencia de España, su integridad territorial y el ordenamiento constitucional, protegiendo la vida de la población y los intereses de la Patria, en el marco de lo dispuesto en el artículo 97 de la Constitución.

Artículo 3.

La defensa nacional será regulada de tal forma que, tanto en su preparación y organización como en su ejecución, constituya un conjunto armónico que proporcione una efectiva seguridad nacional.

Artículo 4.

1.La política de defensa, como parte integrante de la política general, determina los objetivos de la defensa nacional y los recursos y acciones necesarios para obtenerlos.

2. La política militar, componente esencial de la política de defensa, determina la organización, preparación y actualización del potencial militar, constituido fundamentalmente por el Ejército de Tierra, la Armada y el Ejército del Aire, teniendo en cuenta las posibilidades de la Nación en relación con la defensa.

¹ Apontamentos coligidos junto do Adido Militar, acreditado junto da Embaixada de Espanha em Portugal, Sr. Tenente Coronel Julio Allonso



TITULO I

De los órganos superiores de la Defensa Nacional.

Artículo 5.

Corresponden al Rey las funciones que, en materia de defensa nacional, le confieren la Constitución las Reales Ordenanzas, y las demás leyes y, en especial, el mando supremo de las Fuerzas Armadas.

Artículo 6.

Las Cortes Generales aprueban las leyes relativas a la defensa, los créditos presupuestarios correspondientes y ejercen el control de la acción del Gobierno y de la Administración Militar. Las Cortes Generales otorgan las autorizaciones previstas en el artículo 63.3 de la Constitución. Asimismo conceden la autorización previa para los tratados o convenios Internacionales de carácter militar, según lo dispuesto en el artículo 94 de la Constitución.

Las Cortes Generales debatirán las líneas generales de la política de defensa y de los programas de armamentos con las correspondientes inversiones a corto, medio y largo plazo. Los efectivos totales de las Fuerzas Armadas y sus plantillas se ajustarán a las previsiones determinadas en las leyes especiales de dotación y a la Ley de Presupuestos, sin sobrepasar los límites que en ellas se fijen.

Artículo 7.

El Gobierno, asistido por la Junta de Defensa Nacional, en la forma prevista en el artículo 9.º de esta ley, determina la política de defensa y asegura su ejecución.

Corresponde al Gobierno dirigir la Administración Militar.

Artículo 8.

El Presidente del Gobierno dirige y coordina la acción del mismo en materia de defensa.

Corresponde, asimismo, al Presidente del Gobierno, ejercer la dirección de la guerra, asistido por la Junta de Defensa Nacional.

Artículo 9.

1.La Junta de Defensa Nacional es el órgano superior asesor y consultivo del Gobierno en materia de defensa nacional. Forman parte de ella, en todo caso, el Presidente del Gobierno, los Vicepresidentes si los hubiere, el Ministro de Defensa, el Presidente de la Junta de Jefes de Estado Mayor y los Jefes de los Estados Mayores del Ejército de Tierra, de la Armada y del Ejército del Aire, y los Ministros competentes en las áreas de Asuntos Exteriores, Economía, Hacienda, Interior, Industria y Energía, Sanidad y Seguridad Social y Transportes y Comunicaciones. Será presidida por el Presidente del Gobierno, cuando no asista a la misma S. M. el Rey.

2.Son funciones de la Junta de Defensa Nacional:

a) Proponer al Gobierno las líneas generales concernientes a la defensa Nacional.



- b) Formular y proponer al Gobierno la política militar y las directrices en que ha de basarse la aportación del potencial no militar al conjunto de la defensa nacional.
- c) Asistir al Presidente del Gobierno en la dirección de la política de defensa, tanto en tiempo de paz como de guerra.
- d) Asistir al Presidente del Gobierno en la dirección general de la guerra.

Artículo 10.

Corresponde al Ministro de Defensa la ordenación y coordinación inmediatas de la política de defensa y la ejecución de la política militar correspondiente.

Ejercer todas las funciones de dirección de la política de defensa, que no se reserve o ejercite directamente el Presidente del Gobierno o que éste no delegue expresamente en un Vicepresidente.

Para ello dispondrá de los siguientes órganos integrados en el Ministerio de Defensa:

- a) La Junta de Jefes de Estado Mayor y los órganos de mando y dirección de la cadena de mando militar de cada uno de los tres Ejércitos.
- b) Los órganos administrativos no encuadrados en la cadena de mando militar, que deberán estar estructurados jerárquicamente de acuerdo con las leyes que regulan la organización de la Administración del Estado.
- c) Los órganos asesores, consultivos y de información que precise en su misión.

Artículo 11.

1.La Junta de Jefes de Estado Mayor es el órgano colegiado superior de la cadena de mando militar de los tres Ejércitos, responsable de que los Ejércitos mantengan, en todo momento, la máxima eficacia operativa conjunta en relación con los recursos que le hayan sido proporcionados.

2.Está encuadrado orgánicamente en el Ministerio de Defensa y depende del Presidente del Gobierno, quien ejerce su autoridad a través del Ministro de Defensa, salvo en aquellas materias que expresamente se reserve para sí.

3.Constituyen esta Junta los Jefes del Estado Mayor del Ejército de Tierra, de la Armada y del Ejército del Aire, y un Presidente con categoría de Teniente General o Almirante, designado por Real Decreto. La Junta cuenta con un Estado Mayor Conjunto, como órgano auxiliar de mando y de trabajo.

4.Sin perjuicio de las demás funciones que le otorguen las leyes, será competencia de la Junta de Jefes de Estado Mayor:

- a) Prestar asesoramiento técnico en la elaboración de la Política Militar que ha de formular la Junta de Defensa Nacional.
- b) Formular y proponer, para su aprobación por el Gobierno, el Plan Estratégico Conjunto, determinando, dentro de él, el Objetivo de Fuerza Conjunto.
- c) Ejercer la conducción estratégica de dicho Plan y coordinar los Planes de los Ejércitos derivados del mismo.
- d) Establecer la doctrina de acción unificada.
- e) Coordinar la regulación de la doctrina militar de los tres Ejércitos, así como los Reglamentos de empleo táctico, logístico y técnico preciso para la mayor operatividad de las Fuerzas Armadas.



Artículo 12.

1.Los Jefes de los Estados Mayores del Ejército de Tierra, de la Armada y del Ejército del Aire ejercen el mando militar de sus respectivos Ejércitos, bajo la autoridad del Ministro de Defensa. Para el cumplimiento de su misión, cada uno de ellos cuenta con un Cuartel General.

2.Los Jefes de los Estados Mayores serán responsables de que sus respectivos Ejércitos mantengan en todo momento la máxima capacidad operativa, de acuerdo con los recursos que les hayan sido asignados.

3.Corresponde fundamentalmente a los Jefes de Estado Mayor de cada Ejército asesorar e informar, continua y permanentemente, al Ministro de Defensa en cuanto a:

- a) Estado de eficacia de su Ejército respectivo.
- b) Necesidades de todo orden para el cumplimiento de su misión.
- c) Repercusión de todo lo anterior en la política militar y de defensa.

Artículo 13.

Los Ministros de los distintos Departamentos son responsables de la ejecución de la política de defensa en la parte que les afecte, y cuya coordinación inmediata corresponde al Ministro de Defensa.

TITULO II

De la contribución de los recursos de la Nación a la defensa nacional.

Artículo 14.

1.Todos los recursos humanos y materiales y todas las actividades, cualquiera que sea su naturaleza, podrán ser movilizados por el Gobierno para satisfacer las necesidades de la defensa nacional o las planteadas por circunstancias excepcionales, en los términos que establezca la Ley de Movilización Nacional.

2.Base fundamental de la defensa nacional son los propios ciudadanos. Por ello, el Gobierno cuidará de desarrollar el patriotismo y los principios y valores reflejados en la Constitución.

Artículo 15.

1.La coordinación de los recursos de la nación, necesarios para lograr los objetivos fijados en la política de defensa, se realizará por los órganos indicados en el título anterior, en la forma que establezca la Ley.

2.La expresada coordinación comprenderá cuanto se relacione con la defensa nacional, y muy principalmente:

- Los recursos energéticos, tanto de las fuentes propias como de las dependientes del exterior.
- Los recursos básicos de materias primas y alimenticias, tanto propias como del exterior.
- Los recursos industriales y los recursos sanitarios.
- Las vías de comunicación y los transportes de tierra, mar y aire.
- Las telecomunicaciones.
- Los servicios de inteligencia y contrainteligencia.

Y, en general, cuantos medios y recursos sean esenciales e incidan de forma sustancial en la defensa nacional.



Artículo 16.

Podrán crearse por el Gobierno, con arreglo a la ley, los órganos precisos para la ejecución de la política de defensa.

Artículo 17.

Una ley establecerá un plan de potenciación de industrias de interés para la defensa nacional adecuado a los objetivos de la misma.

Artículo 18.

Se señalará la asignación de los recursos financieros necesarios para la defensa nacional, estableciendo las partidas presupuestarias, destinadas para los programas militares a corto, medio o largo plazo que permitan alcanzar el Objetivo de Fuerza fijado en el Plan Estratégico Conjunto aprobado por el Gobierno.

Artículo 19.

En las zonas del territorio nacional consideradas de interés para la defensa, en las que constituyen zonas de seguridad de instalaciones militares o civiles declaradas de interés militar, así como en aquellas en que las exigencias de la defensa nacional o el libre ejercicio de las potestades soberanas del Estado lo aconsejen, podrán limitarse los derechos sobre los bienes propiedad de nacionales y extranjeros en ellas situados, de acuerdo con lo que se determine por ley.

Artículo 20.

1. Contribuirán en todo caso a la defensa nacional:

- Las Fuerzas y Cuerpos de Seguridad del Estado, aunque no tengan carácter militar.
- Las Policías de las Comunidades Autónomas y cualesquiera otras del ámbito local.

2. Su contribución se realizará en el marco de la defensa civil bajo la dirección del Ministro del Interior, coordinados por el Ministro de Defensa, en la forma que establezca la ley.

3. Todas las Fuerzas y Cuerpos de Seguridad y las Policías mencionadas, pasarán a depender de la autoridad militar en caso de declaración del estado de sitio, de conformidad con lo que establezca la ley Orgánica prevista en el artículo ciento dieciséis, uno, de la Constitución.

Artículo 21.

La defensa civil es la disposición permanente de todos los recursos humanos y materiales no propiamente militares al servicio de la defensa nacional, y también en la lucha contra todo tipo de catástrofes extraordinarias. Una Ley de defensa civil regulará sus condiciones, organización y funcionamiento.

Artículo 22.

1. Las Fuerzas Armadas, a requerimiento de la Autoridad Civil podrán colaborar con ella en la forma que establezca la ley para casos de grave riesgo, catástrofe o calamidad u otra necesidad pública de naturaleza análoga.

2. En caso de declaración del estado de sitio, la Autoridad Militar que haya de hacerse cargo del mando en el territorio a que afecte asumirá automáticamente las facultades que correspondan a la civil en los estados de alarma y excepción, de



conformidad con lo establecido en la Ley Orgánica prevista en el artículo ciento dieciséis, uno, de la Constitución.

TITULO III

De las Fuerzas Armadas.

Artículo 23.

1.Las Fuerzas Armadas tienen como misión garantizar la soberanía e independencia de España, defender su integridad territorial y el ordenamiento constitucional.

2.Las Fuerzas Armadas están constituidas por el Ejército de Tierra, la Armada y el Ejército del Aire.

Su composición y dimensiones se derivarán del Plan Estratégico Conjunto formulado y propuesto por la Junta de Jefes de Estado Mayor y aprobado por el Gobierno.

Sus características responderán a un criterio de funcionalidad y operatividad.

Su organización se inspirará en criterios de coordinación y eficacia conjunta, persiguiendo la máxima analogía en su estructura esencial, pero respetando, en lo posible, las peculiaridades de cada Ejército, Arma o Cuerpo, cuando se fundamenten en el medio en que se desenvuelven, o en sus tradiciones.

El Ejército de Tierra, la Armada y el Ejército del Aire contarán con las bases, infraestructura y órganos de apoyo logístico, administrativo y de todo tipo que precisen para el cumplimiento de su misión.

Artículo 24.

De acuerdo con el artículo diez, será competencia del Ministro de Defensa decidir el régimen de producción y suministros de los distintos tipos y sistemas de armas y material, de acuerdo con las necesidades y especificaciones formuladas por los respectivos Estados Mayores coordinados por la Junta de Jefes de Estado Mayor, así como fomentar y coordinar la investigación científica y técnica en materias que afecten a la defensa nacional.

Artículo 25.

Los efectivos totales de las Fuerzas Armadas se ajustarán al Objetivo de Fuerza Conjunto, a las previsiones determinadas en las leyes especiales de dotaciones y a la Ley de Presupuestos, sin sobrepasar los límites que en ellas se fijen.

Artículo 26.

1.Las obligaciones, normas de conducta, deberes y derechos específicos de los miembros de las Fuerzas Armadas, así como el régimen de vida y disciplina de las unidades, se determinan en las Reales Ordenanzas regla moral de la institución militar.

2.Las escalas, régimen de ascensos y recompensas, sistemas de ingreso y retiro y empleo de los miembros de las Fuerzas Armadas se regularán por ley, en cuya elaboración se seguirán los criterios unificadores que se desprenden del artículo veintitrés, dos de la presente Ley Orgánica.



Artículo 27.

La enseñanza militar es parte fundamental de la preparación del militar en todos sus niveles. Una ley fijará las normas por las que se regulará dicha enseñanza, cuya misión fundamental será dotar a las nuevas promociones de oficiales y suboficiales de la más alta preparación moral, profesional, científica y humanística, en orden al cumplimiento de los fines asignados por la Constitución.

Artículo 28.

El Ejército de Tierra, la Armada y el Ejército del Aire se estructurarán orgánica y funcionalmente para cumplir conjuntamente la misión constitucional encomendada a las Fuerzas Armadas.

Se tenderá a unificar todos los servicios cuya misión no sea exclusiva de un solo Ejército para permitir el funcionamiento conjunto con criterios de eficacia y economía de medios.

Artículo 29.

1.El Ejército de Tierra, responsable principal de la defensa del territorio nacional, tiene como misión específica el desarrollo de la estrategia conjunta en el ámbito determinado por sus medios y formas propias de acción.

2.El Ejército de Tierra se organiza en proporción adecuada en Armas y Servicios y se articula, según criterios de funcionabilidad y operatividad, en Unidades, Centros y Dependencias de distintos tipos en forma flexible, armónica y polivalente para hacer frente a sus responsabilidades.

Artículo 30.

1.La Armada, responsable principal de alcanzar los objetivos marítimos de la defensa nacional, tiene como misión específica el desarrollo de la estrategia conjunta en el ámbito determinado por sus medios y formas propias de acción.

2.La Armada se compone de la Fuerza, los Servicios y los Organos auxiliares de Mando, de Dirección o de Jefatura. La Fuerza se articula básicamente en Fuerzas de combate, Fuerzas de Protección y Unidades Auxiliares, con características operativas que les permitan hacer frente a sus varias responsabilidades.

Artículo 31.

1.El Ejército del Aire, responsable principal de la defensa aérea del territorio y de ejercer el control del espacio aéreo de soberanía nacional, tiene como misión específica el desarrollo de la estrategia conjunta en el ámbito determinado por sus medios y formas propias de acción.

2.El Ejército del Aire se estructura en Fuerza Aérea y Logística, y se articula básicamente en Mandos Operativos, Unidades, Servicios y Organos auxiliares de características apropiadas a cada una de las misiones que pueden derivarse de sus variadas responsabilidades.



TITULO IV

De la organización territorial.

Artículo 32.

La Ley establecerá las bases de la organización militar del territorio nacional en regiones o zonas.

Artículo 33.

Los Mandos de las regiones o zonas dispondrán de Cuarteles Generales, cuya organización responderá a las necesidades derivadas de las responsabilidades que les correspondan.

Artículo 34.

El Ministro de Defensa, oída la Junta de Jefes de Estado Mayor, podrá proponer al Gobierno el establecimiento de zonas de defensa bajo Mando Unificado.

TITULO V

Del servicio militar.

Artículo 35.

Todos los españoles tienen el derecho y el deber de participar en la defensa de España, según lo establecido en el artículo 30 de la Constitución.

Artículo 36.

El servicio militar tendrá para los españoles carácter obligatorio y prioritario sobre cualquier otro servicio que se establezca.

La Ley establecerá la forma de participación de la mujer en la defensa nacional.

Artículo 37.

La Ley del Servicio Militar fijará y regulará las distintas causas de exención, y determinará la forma y condiciones para el cumplimiento del mismo con carácter tanto voluntario como obligatorio.

La ley regulará la objeción de conciencia y los casos de exención que obliguen a una prestación social sustitutoria.

TITULO VI

De la Guardia Civil.

Artículo 38.

En tiempo de paz, el Cuerpo de la Guardia Civil dependerá del Ministro de Defensa en el cumplimiento de las misiones de carácter militar que por su naturaleza se le encomienden, y del Ministro del Interior en el desempeño de las funciones relativas al orden y la seguridad pública, en los términos que establezca la Ley Orgánica prevista en el artículo ciento cuatro de la Constitución.



El Reglamento Orgánico del Cuerpo de la Guardia Civil será aprobado por el Gobierno a propuesta de los Ministros de Defensa y del Interior, y regulará, de acuerdo con la Ley, su organización, funciones, armamento y el régimen de personal y de disciplina.

Artículo 39.

En tiempo de guerra y durante el estado de sitio, la Guardia Civil dependerá exclusivamente del Ministro de Defensa.

TITULO VII

De la Jurisdicción Militar.

Artículo 40.

1.La Justicia Militar se administrará en nombre del Rey en la forma que señale el Código de Justicia Militar y de acuerdo con lo dispuesto en el artículo ciento veintitrés de la Constitución. El Tribunal Supremo es el órgano jurisdiccional superior en todos los órdenes salvo lo dispuesto en materia de garantías constitucionales.

2.La Ley regula el ejercicio de la Jurisdicción Militar en el ámbito estrictamente castrense y en los supuestos de estado de sitio, bajo los principios de especialidad jurisdiccional, salvaguardando debidamente la unidad de Poder Judicial del Estado.

3.La Jurisdicción Militar conocerá, juzgará y ejecutará lo juzgado en los procedimientos que en la misma se sigan, conforme a lo establecido en el Código de Justicia Militar.

4.El procedimiento penal militar establecerá la garantía de defensa. La apelación, casación o revisión de los fallos de los Jueces y Tribunales estarán regulados en el Código de Justicia Militar con las restricciones que para el estado de sitio o tiempo de guerra se determinen.

5.La constitución, funcionamiento, gobierno y estatuto de la autoridad Judicial Militar; sus Juzgados, Tribunales y Ministerio Fiscal Jurídico Militar y el personal a ellos asignados, se regulará en la ley y en los reglamentos de su desarrollo.

Disposición final.

En el plazo de tres meses, a partir de la entrada en vigor de la presente ley, el Gobierno publicará el calendario de presentación a las Cortes Generales de los proyectos de ley que se determinan en esta Ley Orgánica.

Disposición derogatoria.

Quedan derogadas todas las disposiciones que se opongan a lo establecido en la presente ley, quedando facultado el Gobierno para publicar las correspondientes tablas derogatorias.

Por tanto, Mando a todos los españoles, particulares y autoridades, que guarden y hagan guardar esta Ley Orgánica.

Palacio Real, de Madrid, a uno de julio de mil novecientos ochenta.

JUAN CARLOS R.

El Presidente del Gobierno, Adolfo Suárez González

(B.O.E nº 165/80 de 10/07/80 D.O. nº 158/80)



ANEXO I

EXTRACTOS DA CONSTITUIÇÃO ESPANHOLA¹

PREÁMBULO

La Nación española, deseando establecer la justicia, la libertad y la seguridad y promover el bien de cuantos la integran, en uso de su soberanía, proclama su voluntad de:

- Garantizar la convivencia democrática dentro de la Constitución y de las leyes conforme a un orden económico y social justo.
- Consolidar un Estado de Derecho que asegure el imperio de la ley como expresión de la voluntad popular.
- Proteger a todos los españoles y pueblos de España en el ejercicio de los derechos humanos, sus culturas y tradiciones, lenguas e instituciones.
- Promover el progreso de la cultura y de la economía para asegurar a todos una digna calidad de vida.
- Establecer una sociedad democrática avanzada, y
- Colaborar en el fortalecimiento de unas relaciones pacíficas y de eficaz cooperación entre todos los pueblos de la Tierra.

**En consecuencia, las Cortes aprueban y el pueblo español ratifica la
Siguiente**

C O N S T I T U C I Ó N

(...)

¹ Fonte. <http://www.la-moncloa.es/web/pdf/constitucion.pdf>, 07 de Setembro 2003, 10h00.



ANEXO J

DIRECTIVA DE DEFENSA NACIONAL 1/2000¹

La Directiva de Defensa Nacional (DDN) es el documento en el cual el Gobierno, a propuesta del Ministerio de Defensa, define los **objetivos de la defensa nacional** y expone las **líneas genéricas de actuación** que considera más adecuadas para alcanzarlos. Con un horizonte temporal de **cuatro años**, constituye la **base del planeamiento de la defensa nacional** y de la defensa militar, estableciendo el marco geopolítico en el que deberá desarrollarse y las metas esenciales para el mantenimiento de la estabilidad y la convivencia en paz y en libertad de la nación.

La política de defensa que el Gobierno desarrolla en la actualidad se fundamenta en la Directiva de Defensa Nacional 1/2000, sancionada por el presidente del Gobierno, José María Aznar, el 1 de diciembre de 2000. El documento establece tres grandes áreas de actuación:

1. Garantizar la seguridad y defensa de España y de los españoles en el marco de la seguridad compartida y la defensa colectiva con nuestros socios y aliados
2. Contribuir a las misiones de ayuda humanitaria y operaciones de paz y de gestión de crisis que realicen las organizaciones internacionales y europeas a las que España pertenece
3. Fomentar la conciencia de defensa nacional en la sociedad española a través de la cultura de defensa

Directiva de Defensa Nacional 1/2000

1. Preámbulo

La Directiva de Defensa Nacional 1/1996, de 20 de diciembre, señaló el comienzo de una etapa de renovación en la política de defensa y seguridad de España. Desde su promulgación, la concepción estratégica española se ha adaptado a la situación internacional y al escenario estratégico de principios del Siglo XXI y se han asumido plenamente las responsabilidades y los compromisos derivados de nuestra participación en las organizaciones internacionales de seguridad y defensa.

La concepción estratégica española está, por lo tanto, estrechamente enlazada, en fines y formas de actuación, con el concepto estratégico aliado y tiene entre sus orientaciones fundamentales la de impulsar decididamente la naciente política europea común de seguridad y defensa.

Además, durante la pasada legislatura, se ha adoptado un modelo de Fuerzas Armadas profesionales cuyas capacidades militares se están mejorando mediante nuevos programas de modernización del armamento y material. Por último, se han promovido también actividades para contribuir al desarrollo de la cultura de defensa en nuestra sociedad.

¹ Fonte. <http://www.mde.es/mde/politica/poli4.htm>, 05 de Setembro 2003, 00h05.



En resumen, se han alcanzado, en gran medida, los objetivos básicos de actuación fijados en la anterior Directiva de Defensa Nacional, muy en particular en cuanto se refiere a la consolidación de la presencia internacional de España y al incremento de la eficacia y del grado de disponibilidad operativa de las unidades militares.

Al iniciarse la VII Legislatura, el Gobierno se ha propuesto continuar la profesionalización y modernización de nuestras Fuerzas Armadas de modo que estén mejor preparadas para las misiones que tienen encomendadas y para el nuevo papel que España desea desempeñar en el mundo. Para ello se impulsará la racionalización de las estructuras de defensa, se reforzará la acción conjunta, se armonizarán nuestras capacidades militares con las de nuestros aliados y se proseguirá la colaboración en materia de industria de defensa, en el marco de la Unión Europea.

España ocupa hoy en la escena internacional un lugar que le permite proponerse nuevas metas y plantearse un papel cada vez más destacado. El Gobierno, desde el convencimiento de que para ello es necesaria la integración de todos los esfuerzos nacionales, ha creado recientemente el Consejo de Política Exterior, para la concepción y ejecución de esta estrategia nacional, en la que necesariamente han de inscribirse la política exterior y la política de defensa.

Es precisamente en este contexto, más allá de las tradicionales misiones de disuasión y, en su caso, de defensa del territorio nacional, que constituyen la razón de ser de las Fuerzas Armadas, donde se manifiesta en toda su amplitud su valor como instrumento de la acción exterior del Estado, de nuestra presencia en Europa y de cumplimiento de nuestros compromisos mediterráneo y atlántico.

Esta consideración cobra especial importancia en un escenario estratégico como el actual, caracterizado por la ausencia de amenaza clara y definida a nuestro territorio y por la aparición, si embargo, de riesgos asimétricos, crisis y conflictos que comprometen la paz, la seguridad y la estabilidad en muchas regiones del mundo que pueden afectar a nuestra propia seguridad y, en consecuencia, requerir una respuesta por parte de España.

Por ello, las Fuerzas Armadas actúan, cada vez con mayor frecuencia, en tareas de ayuda humanitaria o en operaciones de gestión de crisis o de prevención de conflictos, supuestos de actuación radicalmente distintos, aunque no excluyentes, de los ya citados de disuasión o defensa territorial contra un ataque generalizado, únicos ejes de la estrategia occidental durante la guerra fría.

La realización de estas nuevas misiones obliga a disponer de fuerzas de características diferentes a las requeridas por el concepto tradicional de la defensa. Hoy es imprescindible que las fuerzas estén dotadas de capacidades conjuntas para la proyección del potencial militar en forma oportuna más allá de nuestras fronteras y para el sostenimiento prolongado de las operaciones. En adelante, la obtención de esas capacidades constituirá la referencia básica obligada en los procesos de planeamiento de fuerzas, tanto en la Alianza Atlántica como en la Unión Europea.

Es evidente que no podemos ignorar el nuevo escenario que supone el que la Unión Europea haya optado claramente por el relanzamiento de la Política



Europa Común de Seguridad y Defensa, lo que impone nuevas obligaciones y requerimientos operativos a nuestras Fuerzas Armadas.

Por todo ello, España, que no es ajena a este proceso de carácter general, debe también conseguir unas capacidades militares acordes con las exigencias del escenario estratégico actual y, con las demandas de seguridad y cooperación generadas como consecuencia del nuevo planteamiento de nuestra acción exterior.

2. Objeto

La presente Directiva tiene por objeto establecer las líneas básicas de la política de defensa para la VII legislatura.

Su finalidad es dotar a España de un eficaz instrumento de disuasión, prevención y respuesta para garantizar de modo permanente su soberanía e independencia, su integridad territorial y el ordenamiento constitucional, proteger la vida, la paz, la libertad y la prosperidad de los españoles y los intereses nacionales allí donde se encuentren, subrayando de forma especial los siguientes objetivos prioritarios.

- 1) Garantizar la seguridad y defensa de España y de los españoles en el marco de la seguridad compartida y la defensa colectiva con nuestros socios y aliados.
- 2) Contribuir a las misiones de ayuda humanitaria y operaciones de paz y de gestión de crisis que realicen las organizaciones internacionales y europeas a las que España pertenece.
- 3) Fomentar la conciencia de defensa nacional en la sociedad española a través de la cultura de defensa

3. Líneas básicas de la política de defensa

A partir de la experiencia adquirida, la política de defensa que se desarrollará durante los próximos cuatro años debe, de una parte, finalizar las tareas iniciadas durante la pasada legislatura y, de otra, iniciar una nueva etapa en la que, a partir de una revisión estratégica de la defensa, se aborden de manera conjunta y global todas las cuestiones orgánicas, funcionales y operativas relacionadas con la Defensa.

En consecuencia, la política de defensa que se desarrollará durante este período, se concretará en las siguientes líneas básicas:

- 1) Abordar una Revisión Estratégica de la Defensa, encaminada a integrar la defensa en el marco más amplio de la seguridad compartida con nuestros socios y aliados y a determinar las capacidades militares necesarias para responder a las exigencias derivadas de ello.

La Revisión Estratégica de la Defensa se elaborará con el mayor consenso posible en los ámbitos parlamentario, institucional y social.

- 2) Complementar la acción exterior del Estado en los ámbitos de seguridad y defensa, contribuir al mantenimiento de la paz, la seguridad y estabilidad internacionales y hacer valer nuestra presencia en las organizaciones de seguridad y defensa colectivas, especialmente en la Alianza Atlántica y en la Unión Europea.



España apoyará los procesos de implantación de las estructuras políticas y militares europeas y participará activamente en las iniciativas de control de armamento y desarme.

- 3) Impulsar decididamente la cultura de defensa en la sociedad española de manera que perciba como propias las cuestiones relacionadas con su seguridad, su libertad y la defensa de sus intereses.
- 4) Culminar la implantación y consolidar el modelo de Fuerzas Armadas profesionales, con especial atención a la formación y a la enseñanza de los soldados y marineros y a la mejora de su calidad de vida.
- 5) Desarrollar los programas de modernización en curso y programar, desde una visión conjunta y de acuerdo con los criterios de prioridad que se señalen, las nuevas adquisiciones de equipos y sistemas de armas, interoperables entre los Ejércitos y con los de nuestros socios y aliados.
- 6) Racionalizar la organización de la Defensa, la estructura de las Fuerzas Armadas y las necesidades de infraestructuras para disponer, a corto plazo, de unos instrumentos que faciliten su administración, preparación y empleo.

Esta nueva organización deberá responder a la fisonomía actual de los conflictos y a los conceptos de seguridad compartida y defensa colectiva que conforman el pensamiento estratégico aliado.

- 7) Intensificar la acción conjunta como principio básico de actuación de las Fuerzas Armadas, integrando las capacidades específicas de los Ejércitos y de la Armada de la manera más eficiente posible.
- 8) Adecuar los recursos presupuestarios para la modernización del armamento, material, equipo e infraestructura de las Fuerzas Armadas, a las exigencias de la política económica del Gobierno, aplicando reformas en los ámbitos de gestión y contratación que permitan su optimización.

4. Disposiciones finales

- 1) El Gobierno, mediante Acuerdo de Consejo de Ministros, a propuesta del Ministro de Defensa, adoptará las disposiciones necesarias para formar el equipo que acometa la Revisión Estratégica de la Defensa.
- 2) El Ministro de Defensa promulgará las directrices específicas para el cumplimiento de lo dispuesto en la presente Directiva.

Madrid, 1 de diciembre de 2000

José María Aznar